

DISSERTAÇÃO APRESENTADA NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA COMO  
REQUISITO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS  
HUMANAS- ESPECIALIDADE DIREITO

ICMS: SONEGAÇÃO FISCAL E DANO SOCIAL

MÉLSI MOREIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. UBALDO CESAR BALTHAZAR

FLORIANÓPOLIS

1999

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

A dissertação ICMS: SONEGAÇÃO FISCAL E DANO SOCIAL

elaborada por MÉLSI MOREIRA

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM DIREITO.

Florianópolis, 05 de outubro de 1999.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar – Presidente

Prof. Dr. Índio Jorge Zavarisi – Membro

Prof. Msc. Hugo Thamir Rodrigues – Membro

Prof. Orientador :

Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar

Coordenador do Curso :

Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar.

“A aprovação do presente trabalho acadêmico não significa o endosso do Professor orientador, da Banca Examinadora e do CPGD/UFSC à ideologia que o fundamenta ou nele é exposta”

## AGRADECIMENTOS

Necessário se faz registrar o agradecimento àqueles que tornaram possível a realização deste estudo. De um modo especial agradeço:

À Universidade Federal de Santa Catarina, na pessoa do Prof. Dr. Antônio Diomário de Queiroz, Reitor que deu os primeiros encaminhamentos ao Curso de Mestrado em Direito a ser oferecido no interior do Estado;

Aos Professores Drs. José Alcebiádes de Oliveira Júnior e Ubaldo Cesar Balthazar, Coordenadores do CPGD, que acreditaram e apostaram na idéia do Mestrado fora da sede, pela dedicada atenção;

Aos Professores Doutores do Curso de Mestrado, Luis Alberto Warat, Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira, José Alcebiádes de Oliveira Júnior, Vera Regina Pereira de Andrade, Silvio Dobrowolski, Antonio Carlos Wolkmer, Ubaldo Cesar Balthazar, Leonel Severo Rocha e Edmundo Lima de Arruda Júnior, pela excelente atuação em cada uma das disciplinas;

Ao Professor Msc. Orides Mezzaroba, coordenador do curso de Mestrado em Direito na UNOESC, pela sua confiança naquele grupo pioneiro;

Às Secretárias, do CPGD-UFSC, Msc. Dilda Mondardo e a Bel. Rosângela Alves e da UNOESC, Bel. Elisabete Carlesso e Bel. Vânia Maria Moreira, sempre disponíveis e solícitas;

Aos colegas e amigos do curso e a todos aqueles que toleraram nossa impertinência por causa deste trabalho;

Ao Professor Orientador, Dr. Ubaldo Cesar Balthazar, de modo muito especial, pelo incentivo, pela paciência e pela valiosa orientação, sempre disponível e atencioso no transcurso deste estudo.

É para mim motivo de orgulho ter recebido as observações críticas do Professor Doutor Índio Jorge Zavarisi e do Professor Mestre Hugo Thamir Rodrigues, que fizeram parte da Banca Examinadora.

Obrigado!

## SUMÁRIO

Glossário das abreviaturas utilizadas.....	vi
Resumo.....	vii
Résumé.....	viii
INTRODUÇÃO .....	01
CAPÍTULO I – ICMS – GENERALIDADES.....	04
1.1. O ICMS – noções gerais.....	04
1.2. A legislação específica referente à sonegação fiscal.....	15
1.3. A (in) eficácia das normas.....	21
CAPÍTULO II – A IDEOLOGIA DA SONEGAÇÃO FISCAL.....	29
2.1. Sonegação Fiscal – idéias comuns.....	29
2.2. Formas de sonegação do ICMS.....	45
2.3. As possíveis causas da sonegação fiscal.....	49
2.4. A sonegação fiscal como forma de redução da receita.....	66
CAPÍTULO III – O DANO SOCIAL COMO CONSEQÜÊNCIA DA SONEGAÇÃO FISCAL DO ICMS.....	72
3.1. Estado, Governo e Administração Pública: breves abordagens .....	72
3.2. O Administrador Público: garantias constitucionais e o poder-dever de agir .....	83
3.3. Os danos sociais visíveis e invisíveis provocados pela sonegação fiscal .....	92
3.4. O poder-dever do governo no combate à sonegação fiscal do ICMS .....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	111
BIBLIOGRAFIA.....	115
ANEXOS	
Anexo 1 – A legislação específica referente à sonegação fiscal do ICMS	
Anexo 2 - Dados das ações fazendárias	
Anexo 3 - Notícias veiculadas a respeito de sonegação de ICMS	

**Abreviaturas utilizadas**

CIASC -	Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina
COFINS -	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL -	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CTN -	Código Tributário Nacional
DIEF -	Declaração de Informações Econômico-Fiscais
FPE -	Fundo de Participação dos Estados
FRIP-EXP -	Fundo de Ressarcimento IPI - Exportações
ICM -	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias
ICMS -	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IPI -	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA -	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRPF -	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - Pessoa Física
IRPJ -	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – Pessoa Jurídica
ITCMD -	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos
IVC -	Imposto sobre Vendas e Consignações
PASEP -	Programas de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PIS -	Programas de Integração Social
TVA -	Taxe sur la Valeur Ajoutée
UFIR -	Unidade Fiscal de Referência

## RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo sobre a sonegação fiscal do ICMS no Estado de Santa Catarina e o dano social dela decorrente.

Responde ele às seguintes indagações: a) Existe sonegação fiscal deste imposto no Estado? b) Ela causa dano social – aqui entendendo-se a postergação e/ou ausência de obras e serviços públicos – à população catarinense?

No primeiro momento, o estudo traz as noções gerais do ICMS, retroagindo ao ICM e ao IVC e especifica a legislação referente ao combate à sonegação fiscal, reportando-se sobre a sua (in) eficácia. Ficou demonstrado que o ICMS é o principal imposto do Estado e que a legislação em vigor não está produzindo os efeitos esperados pelos legisladores no tocante à sonegação fiscal.

Em seguida, o estudo se preocupa com as idéias comuns, as formas e as possíveis causas da sonegação fiscal e procura demonstrar a redução da receita estadual por ela provocada. Constatou-se que ela existe e que suas causas são de natureza moral, cultural, política e social.

No terceiro momento, tece breves considerações a respeito de Estado e de Governo; comenta sobre as garantias constitucionais e o poder-dever da Administração Pública; lista o visível dano social decorrente da sonegação fiscal. Dentre as diversas saídas de combate à sonegação fiscal, são principalmente, apontadas: a) a inclusão na grade curricular do ensino fundamental de uma disciplina que contemple o tributo, mais especificamente, o imposto; b) a implantação de permanentes programas na mídia sobre o significado social do imposto; c) a revisão dos procedimentos de fiscalização, que dêem preferência a fiscalização preventiva sobre a fiscalização recuperativa.

## RÉSUMÉ

Ce travail présente une étude sur la retenue fiscale illégale de l'ICMS (Impôt sur la Circulation des Marchandises et Services) dans l'Etat de Santa Catarina (Brésil), par les entreprises, et les préjudices sociaux qui en résultent.

Il répond aux questions suivantes: a) Existe-t-il de la retenue fiscale illégale de cet impôt dans l'Etat de Santa Catarina? b) Le cas échéant, y aurait-il de préjudice social à la population de l'Etat, entendu ici comme conséquence du besoin de différer les travaux ou même de l'absence desdits travaux et services publics résultants de la rétention fiscale illégale?

Au premier chapitre, l'étude développe les notions générales de l'ICMS, rétroagissant à l'ICM et à l'IVC, spécifiant la législation concernant la fraude fiscale, se rapportant à elle quant à son efficacité ou son inefficacité. On y démontre que l'ICMS est le principal impôt dont dispose l'Etat et que la législation en vigueur n'arrive pas à produire les effets prétendus par les législateurs à ce propos.

Au chapitre suivant, l'étude présente les idées reçues, les formes et les causes probables de la fraude fiscale, tout en cherchant à démontrer la réduction de la recette fiscale qu'elle produit. On y constate qu'elle existe et que ses causes relèvent des questions de nature morale, culturelle, politique et sociale.

Le troisième chapitre présente un bref abordage de l'Etat, de l'Administration publique et du Gouvernement, commente les garanties constitutionnelles et le devoir et le pouvoir de l'Administration publique et présente les préjudices sociaux qui résultent du défaut de ressources. Parmi les plusieurs formes de combat à la retenue fiscale illégale, on présente tout particulièrement: a) inclusion, dans le curriculum d'études de l'enseignement fondamental, d'une matière concernant l'impôt; b) mettre à jour des programmes permanents dans les médias sur le sens et la valeur social de cet impôt; c) révision des procédures de fiscalisation, qui privilégient les actions de prévention, au lieu d'envisager uniquement la fiscalisation de récupération des impôts illégalement retenus.



## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo estudar (e comprovar) a sonegação fiscal do ICMS em Santa Catarina e os danos sociais – aqui entendidos como a postergação e/ou ausência de obras e serviços públicos – dela decorrentes.

O estudo da sonegação fiscal do ICMS não é mera questão acadêmica, já que ela representa sérias implicações, imediatas e mediatas, na vida da população catarinense.

Sobre o assunto, não existem muitas obras. As poucas encontradas não o enfocam do ponto de vista desta dissertação, embora tenham contribuído com valiosas informações.

Como se verá no decorrer do trabalho, pretende resolver o problema de pesquisa, que tem como indagação fundamental: a sonegação fiscal do ICMS causa danos sociais?

Ao se envolver com esse problema central, a dissertação responderá questões como:

- 1ª) quem são os contribuintes do ICMS?
- 2ª) quem sonega e quais são as estratégias de sonegação fiscal do ICMS?
- 3ª) existe (in) eficácia das normas jurídicas no combate à sonegação fiscal do ICMS?
- 4ª) existe fiscalização preventiva e/ou ostensiva no combate a sonegação fiscal do ICMS?
- 5ª) a auditoria fiscal é eficaz para a recuperação do ICMS sonegado?
- 6ª) quais são os deveres dos governantes referentes à sonegação fiscal do ICMS?
- 7ª) quais são os danos sociais decorrentes da sonegação fiscal do ICMS?

8ª) que medidas podem ser tomadas para diminuir e/ou eliminar a sonegação fiscal do ICMS em Santa Catarina?

A solução dessas questões não é pacífica. O estudo, porém, permite uma conclusão clara, facilitadora das decisões dos administradores públicos estaduais concernentes às melhores medidas a serem tomadas no combate à sonegação fiscal.

O trabalho está fundamentado, basicamente, na legislação referente ao ICMS, na doutrina, nas publicações do governo catarinense e em notícias veiculadas pela imprensa.

Por entendermos a significância jurídico-administrativa da dissertação, pretende ela responder a questão problema em três capítulos.

No primeiro, fornece as noções gerais do ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – desde o seu começo. Enfoca, também, o ex-ICM – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - e o IVC - o antigo Imposto sobre Vendas e Consignações. No mesmo capítulo trata, ainda, dos preceitos e das sanções da legislação específica relativa ao ICMS e discorre, rapidamente, sobre a (in) eficácia da legislação no combate à evasão fiscal.

No segundo capítulo, são analisadas as idéias comuns sobre “sonegação”. São listadas algumas das formas de sonegação fiscal conhecidas, destacando-se a mais comum que é a “não documentação do fato gerador da obrigação tributária”.

Discute as possíveis causas da sonegação fiscal e mostra até que ponto as concepções antifisco, antitributação e pró-sonegação foram criadas pela ideologia negativa, por conta de alguns empresários. Por último, demonstra a redução da receita estadual, provocada não só pela sonegação fiscal mas também pela “pouquíssima” cobrança das notificações emitidas por auditoria fiscal, a conhecida fiscalização recuperativa.

No terceiro capítulo, trata dos conceitos de Estado, de Governo e de Administração Pública. Diferencia Governo de Administração, muitas vezes confundidos, embora expressem conceitos diversos nos vários aspectos em que se apresentam. Depois, discorre sobre as garantias constitucionais concedidas ao administrador público e sobre a imposição legal de seu poder-dever de agir. Em seguida, mostra os danos sociais resultantes da sonegação fiscal, entendidos como a postergação e/ou não prestação de obras e serviços públicos à população. Por último, demonstra o dever dos governantes no encaminhamento de novas metodologias no combate à sonegação fiscal do ICMS.

Sem pretender esgotar o assunto, o trabalho demonstra que o Governo Estadual pode utilizar-se de novas diretrizes e orientações, para melhorar a eficiência da fiscalização do ICMS, aumentando, com isso, de forma significativa, a receita do Estado, tendo assim, condições de realizar mais obras e prestar mais serviços à coletividade catarinense.

## **CAPÍTULO I**

### **ICMS - GENERALIDADES**

#### **1.1. O ICMS - Noções Gerais**

##### **1.1.1. Primórdios:**

O Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM - surgiu no Sistema Tributário Nacional com a Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, que promoveu profunda reforma tributária no direito positivo.

O ICM veio substituir o Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), porque este tributo apresentava várias desvantagens do ponto de vista econômico.

Entre os defeitos e desvantagens do IVC, segundo Bernardo Ribeiro de Moraes<sup>1</sup>, apontam os seguintes:

##### **a) Limitação do campo de incidência fiscal:**

O IVC era um imposto que recaía exclusivamente sobre operações de vendas e consignações. Sua incidência estava vinculada apenas à

---

<sup>1</sup> MORAES, Bernardo Ribeiro de, apud MOTTA, Maria Lúcia Sá *et alii*. O ICMS ao Alcance de Todos. Rio de Janeiro : Forense, 1992, p. 25/27.

figura jurídica da venda mercantil e não a fatos econômicos propriamente ditos, não esgotando a série de casos representativos da circulação de riquezas.

**b) Crescimento excessivo e desordenado da competência fiscal dos Estados:**

Diante da limitação do campo de incidência do IVC, os Estados procuravam alcançar com ele as figuras econômicas semelhantes à compra e venda, aumentando as hipóteses passíveis de tributação pelo referido IVC, para incluir sob a incidência do imposto as fusões e incorporações de sociedades, a dação em pagamento feita em mercadorias, as cessões de títulos representativos de mercadorias etc. Essa ampliação excessiva e desordenada da esfera de competência fiscal dos Estados acabou gerando graves problemas na arrecadação e cobrança do imposto.

**c) Incidência em cascata:**

O imposto incidia todas as vezes em que as mercadorias eram vendidas ou consignadas. O imposto incidia sobre o valor total da operação. Como consequência, a cumulatividade do imposto refletia-se diretamente sobre a composição dos preços finais, onerando-os excessivamente.

**d) Aumento da integração vertical das empresas:**

Em virtude do efeito “cascata” do IVC, as empresas tendiam a condensar o seu ciclo econômico, a fim de reduzir a cadeia de incidências fiscais. Como em cada operação de venda sucessiva incidia o IVC, a empresa

integrada verticalmente omitia a realização de uma ou mais operações de vendas, minimizando o ônus fiscal global, com redução natural de seus custos.

Procuram-se, então, novas técnicas de tributação, consistentes em onerar apenas o valor acrescido, inspiradas no padrão adotado pela comunidade européia a partir da TVA (Taxe sur la Valeur Ajoutée), tributo francês.

As características da TVA como novo padrão de tributação eram as seguintes:

- Dedução, no imposto a pagar, do imposto já pago na aquisição de produtos ou mercadorias a serem industrializadas ou vendidas;
- Subdivisão do ônus do imposto entre mais de um contribuinte;
- Transferibilidade de eventual crédito tributário de um para outro período de recolhimento.

No dizer de Motta<sup>2</sup>, o imposto não-cumulativo, que foi adotado pela legislação brasileira, através da reforma fiscal iniciada com a Emenda Constitucional nº 18/65, e que recebeu a denominação de Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM -, não seguiu

---

<sup>2</sup> MOTTA, Maria Lúcia Sá *et alii*. O ICMS ao Alcance de Todos. Rio de Janeiro : Forense, 1992, p. 27.

inteiramente o modelo do tributo europeu, ou seja, não chegou a ser um imposto sobre o valor acrescido na plena acepção da palavra.

Nesse sentido, Sacha Calmon Navarro Coelho<sup>3</sup> aponta duas dificuldades que interferiram na adoção integral de um imposto sobre o valor acrescido nos moldes europeus:

- a primeira: que a aplicação de tais impostos, nos países europeus, se dava em nações de organização unitária e, quando assim não fosse, a competência para operá-los ficava sempre nas mãos do Poder Central;

- a segunda: a constatação de que no Brasil, República Federativa, os Estados-membros estavam acostumados a tributar o comércio de mercadorias (IVC), a União a produção de mercadorias industrializadas (Imposto de Consumo), e os Municípios os serviços (Indústrias e Profissões).

### **1.1.2. A Emenda Constitucional nº. 18/65**

A Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, que implantava a reforma tributária, classificou os impostos em quatro grandes grupos, a saber:

- a) Impostos sobre o Comércio Exterior;
- b) Impostos sobre o Patrimônio e a Renda;

---

<sup>3</sup> COELHO, Sacha Calmon Navarro, apud MOTTA, Maria Lúcia Sá *et alii*. O ICMS ao Alcance de Todos. Rio de Janeiro : Forense, 1992, p. 27.

c) Impostos sobre a Produção e a Circulação;

d) Impostos Especiais.

Essa classificação foi mantida pelo Código Tributário Nacional, em seus capítulos II, III, IV e V do título III - Impostos. Nela, o ICM aparece na categoria dos Impostos sobre a Produção e a Circulação.

Dessa forma, a fim de que o ICM pudesse ser calculado sobre o valor acrescido, havia necessidade de se reformular o IVC, criando-se outro imposto, através de nova conceituação a ser dada à sua hipótese de incidência.

Foi o que a Emenda Constitucional nº 18/65, fez: abandonou a figura do imposto sobre vendas e consignações efetuadas por comerciantes ou produtores, inclusive industriais, substituindo-a pela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por comerciantes, industriais e produtores.

A isso, se reporta Motta<sup>4</sup>, dizendo:

*“O novo imposto, representativo de um estágio mais avançado de arrecadação em relação ao IVC, foi concebido, originalmente, com as seguintes características:*

*a) uniformidade de alíquotas para todas as mercadorias;*

*b) competência impositiva dos Estados e Municípios; os Municípios podiam arrecadar o ICM com base na legislação estadual deste imposto, e por alíquota não superior a 30% da instituída pelo Estado;*

*c) hipótese de incidência definida por meio de bases econômicas: com o ICM abandonou-se a antiga vinculação aos atos jurídicos da compra e venda ou da consignação, passando a hipótese de*

---

<sup>4</sup> MOTTA, Maria Lúcia Sá *et alii*. Op. cit., p. 28/29.



*incidência do imposto a ser definida através do conceito econômico associado à circulação de mercadorias;*

*d) caráter não-cumulativo: no regime do ICM, o imposto devido em cada operação deve ser abatido do recolhido nas etapas anteriores, de modo que, em cada sucessiva movimentação envolvendo a mesma mercadoria, seja paga apenas a diferença de valor entre o preço de custo e o de venda.”*

A Lei nº 5.172, de 25/10/66, complementa as disposições constitucionais relativas ao ICM, estabelecendo as normas básicas de sua estruturação, de obediência compulsória pelo legislador estadual. Essa lei foi erigida à categoria de lei complementar e recebeu a denominação de Código Tributário Nacional, pelo artigo 7º, do Ato Complementar nº 36, de 13 de março de 1967<sup>5</sup>.

Apesar de substituir um imposto estadual e outro municipal (o antigo imposto sobre indústrias e profissões), o ICM acabou por ficar inteiramente no campo de incidência dos Estados e do Distrito Federal.

Isso ocorreu por força do Ato Complementar nº 31, de 28 de dezembro de 1966, que, em substituição à competência para arrecadar o ICM, conferia aos Municípios uma participação de 20% no produto da arrecadação deste imposto. Antes mesmo que entrasse em vigor a reforma tributária prevista na Emenda Constitucional nº 18/65 complementada pelo Código Tributário Nacional, verificou-se ser inviável a cobrança do ICM pelos Municípios.

---

<sup>5</sup> BRASIL, Código Tributário Nacional. São Paulo : Atlas, 1978, p. 102.

### 1.1.3. O Regime do ICM sob a Emenda Constitucional nº 01/69 e o Decreto-Lei nº 406/68.

Embora fosse anterior à Emenda Constitucional nº 01/69, o Decreto-Lei nº 406/68 representava, durante o regime vigente sob essa Emenda, a legislação básica do ICM.

A este respeito se reporta Motta<sup>6</sup>, dizendo que:

*“O Decreto-Lei nº 406/68 revogou dispositivos do CTN disciplinadores da incidência do ICM e, de início, suscitou um questionamento crucial quanto à possibilidade de decreto-lei revogar dispositivos do referido Código relativos ao ICM, considerando-se que tais dispositivos tratam de matéria reservada à lei complementar”.*

O Supremo Tribunal Federal solucionou o impasse quando julgou o Recurso Extraordinário nº 76.723-SP, decidindo que o Decreto-Lei nº 406/68, expedido no recesso do Congresso Nacional, por poder de fato, era materialmente Lei Complementar que estabeleceu normas gerais de direito financeiro a que os Estados devem obediência.

Na verdade, o Decreto-Lei Nº 406/68 passou a ser considerado como Lei Complementar do ICM, em substituição ao Código Tributário Nacional.

As características básicas do ICM não foram alteradas durante o regime vigente sob a Constituição de 1969, destacando-se a uniformidade das

---

<sup>6</sup> MOTTA, Maria Lúcia Sá *et alii*. Op. cit., p. 30.

alíquotas para todas as mercadorias em relação às operações internas. Já as operações interestaduais de circulação de mercadorias passaram a ter alíquotas diferenciadas em função da procedência das mercadorias e da região geográfica a que se destinavam.

É importante salientar que o Senado Federal detinha o poder de fixar as alíquotas máximas nas operações internas, interestaduais e de exportação.

A Emenda Constitucional nº 01/69 manteve, para os Estados-membros e para o Distrito Federal, a competência para a instituição e a cobrança do ICM. Entretanto, não lhes atribuiu, simultaneamente, competência exonerativa cheia, nos termos do § 2º do artigo 19, porque somente a União, mediante lei complementar em atendimento a relevante interesse social ou econômico nacional, poderia conceder isenções de impostos estaduais e municipais.<sup>7</sup>

Com o advento da Constituição Federal de 1969 e o ordenamento previsto no Decreto-Lei nº 406/68, o ICM firmou-se como imposto que recai sobre o fato econômico da circulação de mercadorias, incidindo sobre o valor acrescido em cada operação.

---

<sup>7</sup> Esse dispositivo foi revogado pelo artigo nº 151, III, da CF/1988.

### 1.1.4. O ICMS na Constituição Federal

Da mesma forma que o antigo ICM, o atual ICMS é um imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal. É o que estabelece o art. 155, item II, da Constituição Federal de 1988:

*“Art. 155 - Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

*I - ...*

*II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior”.*<sup>8</sup>

Ainda de acordo com a Carta Magna em seu art. 155, § 2º, o ICMS obedece às seguintes regras e princípios:

*§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:*

*I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;*

*II - a isenção ou a não-incidência, salvo determinações em contrário da legislação:*

*a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;*

*b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;*

*III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;*

*IV - resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta dos seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;*

*V - é facultado ao Senado Federal:*

---

<sup>8</sup> BRASIL, Constituição Federal de 1988. São Paulo : Saraiva, 1998, p. 85.

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações, para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros.

VI - salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, g, as alíquotas internas nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII - em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á:

a) a alíquota interestadual, quando o destinatário for contribuinte do imposto;

b) a alíquota interna, quando o destinatário não for contribuinte dele;

VIII - na hipótese da alínea "a" do inciso anterior, caberá ao Estado da localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual;

IX - incidirá, também:

a) sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, ainda que se trate de bem destinado a consumo ou ativo fixo do estabelecimento, assim como sobre serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde estiver situado o estabelecimento destinatário da mercadoria ou serviço;

b) sobre o valor total da operação, quando mercadorias forem fornecidas com serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios;

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados, definidos em lei complementar;

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;

c) sobre o ouro, nas hipóteses definidas no artigo 153, § 5º da Constituição Federal.

*XI – não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa ao produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;*

*XII – cabe à lei complementar:*

- a) definir seus contribuintes;*
- b) dispor sobre substituição tributária;*
- c) disciplinar o regime de compensação do imposto;*
- d) fixar, para efeito de sua cobrança e definição do estabelecimento responsável, o local das operações relativas à circulação de mercadorias e das prestações de serviços;*
- e) excluir da incidência do imposto, nas exportações para o exterior, serviços e outros produtos além dos mencionados no inciso X, a;*
- f) prever casos de manutenção de crédito, relativamente à remessa para outro Estado e exportação para o exterior, de serviços e de mercadorias;*
- g) regular a forma como, mediante deliberação dos estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.*

*§ 3º A exceção dos impostos de que tratam o inciso II do caput deste artigo e o art. 153, I e II, nenhum outro tributo poderá incidir sobre operações relativas a energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.”<sup>9</sup>*

Os dispositivos constitucionais acima transcritos demonstram

que o ICMS é, em sua essência, um imposto não cumulativo e vai muito além do antigo ICM.

<sup>9</sup> Art. 153 – Compete à União instituir impostos sobre:

V – operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

§ 5º. – O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do caput deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I – trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II – setenta por cento para o Município de origem.

## **1.2. A Legislação específica contra a sonegação fiscal**

O ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - instituído pela Lei nº 7.547 de 27.01.89, agora é regido pela Lei Estadual nº 10.297 de 26.12.96, que introduziu várias modificações na legislação do referido imposto, em decorrência das disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996.

No tocante a parte específica contra a sonegação fiscal, da Lei Estadual nº 10.297/96, interessam:

- o artigo 47, que atribui à Secretaria de Estado da Fazenda a supervisão e o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto;
- o artigo 48 que diz: reputar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de documentos fiscais de entrada na escrita fiscal, desde que lançados na comercial;
- o artigo 49, que estabelece que presumir-se-á operação ou prestação tributável não registrada, quando se constatarem aquelas situações listadas nos itens I a XI;
- o artigo 50, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios, protocolos e acordos, visando à fiscalização, à arrecadação ou à

operacionalização de impostos, podendo, inclusive, delegar competência, desde que seja observada a legislação complementar.

Na parte referente às “Infrações e Penalidades”, esse mesmo diploma discrimina as Infrações em Geral, nos artigos 51 a 59; as Infrações Referentes a Transporte, Posse, Guarda, Entrega e Recebimento de Mercadorias e à Prestação de Serviço de Transporte estão consignadas nos artigos 60 a 66; as Infrações Relativas à Emissão de Documentos Fiscais estão elencadas nos artigos 67 a 71; os artigos 72 a 80 referem-se às Infrações Relativas às Máquinas Registradoras, Terminais Ponto de Venda - PDV e Equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF; as Infrações Relativas a Livros e Documentos Fiscais estão nos artigos 81 a 84; as Infrações Relativas ao Cadastro e à Entrega de Informações de Natureza Cadastral, Econômica ou Fiscal constam dos artigos 85 a 88 e, por último, os artigos 89 e 90 referem-se às “Outras Infrações”.

O artigo 91 desta mesma lei diz que “constitui infração toda ação ou omissão que importe descumprimento de obrigação tributária principal ou acessória, prevista na legislação”.

É importante salientar que o artigo 92 é enfático ao fixar que, para a caracterização das infrações previstas no Capítulo X, é irrelevante a intenção do agente ou efeito econômico ou tributário do ato ou omissão, consignando o princípio fixado no artigo 136 do CTN.



O artigo 93 assim define a fraude:

*“Considera-se fraude, para os fins deste Capítulo, toda ação ou omissão tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar qualquer de suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto ou a evitar ou postergar o seu pagamento”.*

Por sua vez, o artigo 94 considera inidôneo, para os efeitos da lei, fazendo prova apenas a favor do Fisco, o documento fiscal que contenha vícios que o tornem impróprio para documentar a operação ou a prestação a que se refere.

O Artigo 95 define “transportador”, como sendo a pessoa como tal identificada no documento relativo ao transporte ou, na sua falta: a) o proprietário do veículo transportador; b) o arrendatário, se o veículo estiver submetido a arrendamento mercantil; c) o devedor fiduciante, se o veículo estiver submetido a alienação fiduciária em garantia.

O artigo 96 dispõe que as mercadorias transportadas e/ou estocadas sem a devida documentação fiscal ou com documentação fraudulenta, poderão ser retidas em depósito até a identificação do seu proprietário. Este poderá levantá-las, se assumir a responsabilidade pelo crédito tributário, caso em que, contra ele será emitida a notificação fiscal. Estabelece também que, se o sujeito passivo não for estabelecido neste Estado, o crédito tributário deverá ser garantido mediante fiança ou depósito de bens, valores ou títulos mobiliários.

Por fim, o artigo 97 prevê a majoração das multas previstas no Capítulo X, em 50% nos casos de reincidência, considerada esta quando do cometimento de nova infração ao mesmo dispositivo no prazo de cinco anos, contados: a) da decisão condenatória definitiva referente à infração anterior, na esfera administrativa; b) do deferimento do pedido de parcelamento; c) caso não ocorra nenhuma dessas hipóteses, a partir do ciente da notificação. Ressalva feita neste artigo às multas proporcionais nele previstas, que não serão majoradas.

Outro diploma relativo à sonegação fiscal é a Lei Estadual nº 5.983 de 27-11-81. Estabelece ela, que as multas são exigidas através da emissão de Notificação Fiscal, juntamente com o imposto, quando devido, no momento da constatação das infrações. Que o prazo concedido para o pagamento da Notificação Fiscal é de 30 (trinta) dias a contar do “ciente” pelo sujeito passivo que se pagar neste prazo, terá um desconto de 50% sobre o valor da multa e, de 20%, se pagar no prazo fixado para interposição de recurso (15 dias) da decisão de 1º grau. A redução prevista, entretanto, não poderá resultar em multa que seria devida, em caso de recolhimento espontâneo, fora de prazo, antes do início de qualquer procedimento administrativo.

A respeito dos juros, consigna que “o imposto pago fora do prazo regulamentar será acrescido de juros de mora de 1% ao mês ou fração, calculados sobre o valor corrigido monetariamente”.

No tocante ao parcelamento do crédito tributário, prevê em até 6 (seis) prestações, quando de denúncia espontânea, e em até 48 (quarenta e oito) prestações, quando exigido por Notificação Fiscal, sempre considerando, para a fixação do número de prestações, a situação econômico-financeira do sujeito passivo.

Possibilita ao Conselho Estadual de Contribuintes propor ao Secretário de Estado da Fazenda dispensa ou redução de multas, com base no princípio da equidade. Nestes casos, o ato deverá atender às características pessoais ou materiais da espécie julgada e será restrito à dispensa parcial ou total de penalidades pecuniárias, nos casos em que não houver reincidência específica, nem sonegação, fraude ou conluio.

O Decreto nº. 1790, de 24-04-97, que aprovou o Regulamento do ICMS, nos dispositivos que tratam do “Controle e Fiscalização do Imposto”, além do estabelecido pela Lei nº 10.297, de 26-12-96, por primeiro sintetizada, diz que a “fiscalização” será exercida sobre todas as pessoas, naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, que estiverem obrigadas ao cumprimento de disposições da legislação do imposto, mesmo as que gozarem de imunidade ou isenção.

Os fiscalizados deverão exhibir, quando solicitados pelos agentes do fisco, mercadorias, livros, enfim todos os documentos que forem julgados necessários à fiscalização, com franquia de acesso aos seus

estabelecimentos, depósitos, dependências, equipamentos de processamento eletrônico, veículos, cofres e outros móveis, em horário de funcionamento do estabelecimento.

O Regulamento consigna, também, a parada obrigatória dos veículos de carga, de transporte de passageiros e de quaisquer outros, quando transportando mercadorias, nos postos de fiscalização fixos ou móveis.

Destaque importante previsto no Regulamento em análise é a competência dada ao Fisco, através de seus agentes, de determinar a instauração de “regime especial de fiscalização”, para fins de arbitramento do movimento tributável médio, compreendido pela diferença entre o movimento tributável médio nele apurado e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores. O dito regime não será inferior a 10 (dez) dias, nem superior a 60 (sessenta) dias, de cada vez.

Determina também o Regulamento que as pessoas acima referidas obrigam-se a manter sob sua guarda os livros e documentos fiscais, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do ano seguinte ao do seu encerramento.

Por último, sintetiza-se a Lei nº 8.137 de 27-12-90. Essa lei, quando trata dos crimes praticados por particulares, preceitua as condutas tidas como crime, ou seja, as ações e omissões com o fim de lesar a Fazenda Pública.

No tocante aos crimes praticados por funcionários públicos, a lei elenca também uma série de atos, omissões e fatos praticados e/ou ocorridos em razão do cargo e/ou função que causem prejuízos à Fazenda Pública.

### **1.3. A (in) eficácia das normas**

Através do “Boletim Informativo” e da “Estimativa do Potencial de Arrecadação de ICMS em Santa Catarina”<sup>10</sup> que tratam, respectivamente, do acompanhamento das ações fazendárias e do potencial da arrecadação de ICMS no Estado por atividade econômica, percebe-se que a prática da sonegação fiscal do ICMS continua à revelia da legislação estadual e federal em vigor, destinadas a coibir e/ou diminuir a sonegação, muito embora as penalidades pecuniárias e administrativas previstas na Lei Estadual nº. 10.297, de 26.12.96, que rege o ICMS no Estado e as penas privativas de liberdade, cumuladas com as pecuniárias da Lei nº. 8.137/90, sejam “relativamente pesadas” aos infratores.

Retira-se da referida Estimativa: “Segundo estimativas da Secretaria da Fazenda, a grande maioria dos estabelecimentos inscritos como

---

<sup>10</sup> Documentos editados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina, em fev/98.

microempresas e empresas de pequeno porte, estão enquadrados irregularmente no benefício, em virtude da omissão de receitas. Ou seja, vendas realizadas sem nota fiscal. Podemos considerar também, que as microempresas e as empresas de pequeno porte rejeitam as notas fiscais emitidas pelos fornecedores, exigindo mesmo, o fornecimento de mercadorias sem documentação fiscal pelos atacadistas ou fabricantes, para que as mesmas transitem pelo estabelecimento sem qualquer registro fiscal. A isenção na ponta do consumo, como é o caso das microempresas, traz prejuízos muito grandes na administração do imposto, uma vez que as empresas beneficiadas quebram a cadeia do imposto sobre o valor agregado, rejeitando documentos fiscais dos fornecedores e estes dos seus fornecedores, dificultando à Secretaria da Fazenda a atividade de fiscalização. O mesmo acontece com os vendedores ambulantes ou camelôs, apesar de operação do mercado informal, adquirirem seus produtos sem documentação fiscal, criando toda uma cadeia de sonegação”.

O “sonegador” corre o risco de fraudar o fisco, porque, se ele for notificado, o imposto mais a multa significam pouco em relação ao que ele já “embolsou”.

Ele tem ainda em seu favor a defesa administrativa, através da qual, se não quiser pagar imediatamente o seu débito fiscal, ganha muitos meses até que sua defesa seja julgada.

Além disso, pode deixar que seu débito seja inscrito em dívida ativa, porque, como ocorre freqüentemente, pode ser editada uma lei beneficiando-lhe com a **anistia**.

Quanto à lei nº 8.137/90, o sonegador pouco se preocupa. Desde sua edição, poucas notícias se têm de que a justiça tenha mandado recolher às grades algum sonegador.

É de se perguntar: o sonegador tem eficientes mecanismos de defesa? Já sabe da grande ausência de punibilidade? A lei é falha por isso?

Angela Maria da Motta Pacheco<sup>11</sup>, a respeito, diz:

*“A Lei 8.137/90 veio tratar inteiramente da matéria. Criou os tipos penais, as penas, as multas, tratando ainda da representação criminal e da responsabilidade. A primeira observação diz respeito à espécie de crime: de resultado, formal ou de conduta? O artigo primeiro trata de crimes referentes à “obrigação principal”, obrigação de “dar”, pagar tributo ao Estado. É crime de resultado, crime material, crime de dano. Se as ações fraudulentas ali descritas não culminarem e não derem como resultado o não pagamento de tributo, ou, pagamento parcial, o tipo não se configura. Ora, só pode haver tributo devido se configurada a relação jurídica tributária principal: obrigação “de dar.” Se esta obrigação “de dar” se desfigura em virtude da fraude, consumado estará o crime. Na verdade, as figuras descritas no artigo 1º compreendem as duas obrigações impostas pela legislação tributária. É a soma da fraude relativa às obrigações acessórias, obrigações ‘de fazer’ que desemboca no resultado negativo da obrigação principal, obrigação ‘de dar’. Se o contribuinte, antes de consumado o delito, se arrepende e paga o tributo, fica excluída a tipicidade. O crime se consoma no vencimento do tributo que justamente não é pago em virtude dos caminhos fraudulentos. Veja-se, não se trata de exclusão da punibilidade porque o crime ainda não ocorreu”.*

<sup>11</sup> PACHECO, Angela Maria da Motta. Sanções Tributárias e Sanções Penais Tributárias. São Paulo : Max Limonad, 1997, p. 321/323.

Ao comentar o artigo 2º, item II da Lei nº 8.137/90, diz ainda

Angela Maria da Motta Pacheco<sup>12</sup>.

*“A simples falta de recolhimento do tributo não é crime. Não existe prisão por dívida. É o que se infere do art. 5º, item LXVII da Constituição: Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a de depositário infiel”.*

Entende a autora que a mera inexecução da obrigação deverá ser sancionada pelas normas tributárias, porque é a economia que rotula os tributos em que o ônus financeiro é suportado por terceiros e que, para o Direito, esta cogitação é irrelevante. Considera-se que o sujeito passivo do tributo é sempre quem, tendo realizado o fato imponible, figura no pólo passivo da obrigação tributária.

Eduardo Marcial Ferreira Jardim, ao tecer comentários à Lei nº 8.137/90, diz:

*“Nesse caso, o legislador foi longe de andar certo, pois pretendeu considerar o contribuinte como depositário ou apropriador de dinheiro da Fazenda Pública, o que apresenta inconcebível absurdez”<sup>13</sup>.*

O autor comunga a idéia de tantos outros “experts” no assunto. O equívoco, talvez, decorra da visão incorreta daqueles que confundem economia com direito, na já conhecida classificação de contribuinte de tributos em “contribuinte de direito” e “contribuinte de fato”. Aceita-se essa classificação apenas do prisma da economia, mas, do ponto de vista jurídico,

<sup>12</sup> PACHECO, Angela Maria da Motta. Op. cit., p.324/325

<sup>13</sup> JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. Infração Tributária não é crime. Boletim Informativo Saraiva. São Paulo: Saraiva, Ago/96, p. 5.



ela é, além de inútil, absoluta e primariamente incorreta. Ferreira Jardim ilustra o seu ponto de vista com o já conhecido exemplo do ICMS, na medida em que o lojista é o contribuinte de direito e o consumidor é o contribuinte de fato. Ao lume do direito, é contribuinte a pessoa que a norma jurídica eleger para ocupar o pólo passivo da obrigação.

Para Dejalma de Campos:<sup>14</sup>

*“A natureza jurídica da ilicitude tributária é extraída da própria regra-matriz do tributo. O ilícito compõe o elemento nuclear que provoca o nascimento do tributo. É desdobramento lógico da regra primária e da secundária do fato gerador no plano da consequência pelo não pagamento do tributo”.*

Observa-se que esse professor entende que a matéria jurídica do ilícito tributário não se confunde com a do ilícito penal, nem tampouco guardam elas qualquer semelhança, mesmo porque aquela está mais voltada ao inadimplemento de prestação-objeto de uma obrigação, ao passo que o crime está envolto no próprio adimplemento, ou seja, na própria realização do fato típico criminal.

A maioria dos tributaristas consultados não concorda com a Lei 8.137/90.

Nesse sentido, Kiyoshi Harada<sup>15</sup> assim se expressa:

*“No geral a Lei nº 8.137/90 padece de falhas técnicas, quer por ministrar num só texto matérias diversas, abarcando a ordem*

---

<sup>14</sup> CAMPOS, Dejalma de. A Natureza Jurídica do Ilícito Tributário. In: Revista Literária de Direito. São Paulo: Literária de Direito jan/fev-96, p. 25/26.

<sup>15</sup> HARADA, Kiyoshi. Infração Fiscal e Crimes Tributários. In: Direito Tributário Contemporâneo - Estudos de Especialistas. São Paulo : Atlas, 1995, p. 75/76.

*tributária, a ordem econômica e as relações de consumo, quer por embaralhar penalidades diversas, que se notabilizam pelo excesso injustificável, quer por violar o princípio da tipicidade na definição dos crimes, notadamente no capítulo dos crimes contra a ordem econômica, colocando em risco permanente os empresários”.*

Pela opinião dos mestres, nota-se que a lei 8.137/90 não tem nenhuma eficácia, pois não alcançou o resultado jurídico pretendido pelo legislador, nem econômico, uma vez que, na sua essência, parece que com esta Lei pretendia-se evitar a evasão de recursos, o que não vem ocorrendo.<sup>16</sup> Não parece errado dizer, ao lado daqueles que fazem distinção entre eficácia e efetividade da lei, que esse diploma legal não teve e não tem “efetividade”, pois nem o fisco nem os contribuintes a observam.

Há outro aspecto a ser considerado. A lei 9.249/95 diz em seu artigo 34:

*“Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei n° 8.137/90, e na Lei 4.729/65, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia”.*

Em primeiro lugar, observe-se que, entre outros, Angela Maria da Motta Pacheco<sup>17</sup> e Marco Aurélio Grecco<sup>18</sup> entendem que a Lei 8.137/90 revogou a Lei 4.729/65, por tratar inteiramente da matéria, criando tipos penais - as penas, as multas - da representação criminal e da responsabilidade.

<sup>16</sup> Continua válida a assertiva segundo a qual, para cada real arrecadado, um é sonogado.

<sup>17</sup> PACHECO, Angela Maria da Motta. Op. cit., p. 321.

<sup>18</sup> GRECCO, Marco Aurélio. Notas à Legislação sobre Crimes Fiscais. Seminário sobre Crimes Contra a Ordem Tributária. In: ROCHA, Valdir de Oliveira (Org.). IOB. São Paulo, 1995, p. 50 e segs.

Em segundo lugar, o artigo 34 nitidamente enfraquece a Lei 8.137/90, ao proporcionar um “arrependimento eficaz” ao sonegador. Parece mesmo que o “dolo” não merece qualquer tipo de punição.

O Ministério Público de Santa Catarina<sup>19</sup>, ao analisar o dispositivo supra mencionado, comenta que:

*“Ressurge, com o advento da Lei nº 9.249/ 95, esta indecorosa forma de extinção da punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137/90, desde que o sonegador pague, antes do recebimento da denúncia, os tributos que voluntária e conscientemente, deixar de recolher, tempestivamente, aos Cofres Estaduais. Enquanto a sociedade se empenha verdadeiramente em combater o crime de sonegação fiscal, o Legislador federal, com raras exceções, parece incentivá-lo, pois consagra, com a promulgação desta disposição legal, o princípio segundo o qual ‘sonegar é um grande negócio’, já que, se o fisco conseguiu identificar a fraude que importou em redução ou supressão do tributo, bastará que o sonegador recolha os valores correspondentes, para que se veja livre de qualquer punição (...)”.*

Entende esse órgão, que atua no Programa de Combate à Fraude e à Sonegação Fiscais, ser indecorosa a forma de extinção da punibilidade “do sonegador”, porque, se o fisco descobrir que ele deixa de recolher o tributo devido, mas pagando o valor apurado, acrescido das devidas multas, estará livre de qualquer punição. Entretanto, se o Fisco não descobrir a sonegação, ele embolsará para si os recursos que eram do povo, isto é, dinheiro público.

---

<sup>19</sup> SANTA CATARINA. Ministério Público do Estado. Anotações sobre crimes contra a ordem tributária. Florianópolis, 1996, p.30

Vai mais longe o Ministério Público de Santa Catarina ao indagar: diante do princípio constitucional da isonomia, é de se perguntar aos defensores desta modalidade de extinção da punibilidade “por quê não estendê-la a todos os autores de ilícitos penais que possam ressarcir os danos causados?”

Depreende-se, então, que esse dispositivo legal exerce uma trágica influência, prejudicial ao combate à fraude e à sonegação fiscais.

É de se concluir que a Lei 8.137/90, editada para coibir fraudes fiscais, aqui entendendo-se “sonegação”, não é eficaz, porque a Lei nº 9.249/95 retirou-lhe o objetivo, diante de sua clareza de que estará extinta a punibilidade no tocante aos crimes contra a ordem tributária, se o réu comprovar o pagamento do tributo e seus acessórios, antes do recebimento da denúncia.

## CAPÍTULO II

### A IDEOLOGIA DA SONEGAÇÃO FISCAL

#### 2.1. Sonegação Fiscal - idéias comuns

Escrever sobre a sonegação fiscal no Brasil, nos Estados membros, no Distrito Federal e nos Municípios é uma tarefa árdua.

Sobre o tema sonegação, retiramos, inicialmente, de Balthazar:

*“A maturidade que deve orientar a discussão sobre uma reforma tributária terá como resultado uma avaliação igualmente madura acerca das reais necessidades e modificações que o sistema precisa. O debate deve atacar de frente a questão do uso indiscriminado de medidas casuísticas, usadas apenas para resolver problemas conjunturais verificados no sistema. O uso (e abuso) de tais medidas resulta inevitavelmente no ataque aos efeitos de nossos problemas fiscais e tributários, e não às causas destes. O já mencionado emaranhado de normas provocado pela excessiva utilização de mecanismos jurídicos de objetivos imediatos termina por provocar o surgimento da evasão fiscal.*

*O verdadeiro flagelo nacional, nesta área, é fato conhecido, denomina-se sonegação. Para combatê-la, rigorosamente falando, não precisamos de reforma constitucional”.*<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. Reforma Tributária, Mercosul e IVA. In: Revista da Faculdade de Direito da UFSC. Porto Alegre: Síntese, v. 2, p. 204/205.

No mesmo sentido o autor lembra, de Tavares: “o essencial das reformas econômicas deve recair nos aspectos fiscais, inexplicavelmente postergados até agora pelo governo. A abordagem destes aspectos requer uma política global, que articule justiça e eficiência fiscal com controle e justiça fiscal. E, a diminuição da sonegação e da evasão fiscal passa ainda pela possibilidade de quebra do sigilo bancário para fins fiscais quando existam indícios suficientes de crime fiscal, sem necessidade de recurso prévio à Justiça, a exemplo do que ocorre nos EUA. Para cobrança dos milhares de processos pendentes requer-se também a agilização do aparelho judiciário”.<sup>21</sup>

Entende ainda Balthazar que: “a reforma necessária hoje ao nosso ordenamento jurídico positivo passa praticamente ao largo da Constituição Federal. A verdadeira luta deve ser por uma reforma na legislação tributária infra constitucional, com objetivos claros, de diminuição de alíquotas, para desestimular a sonegação”.<sup>22</sup>

Mencionando Machado, o autor escreve: “defendemos a necessidade de redução da tributação e não do número de impostos. Alíquotas altas assustam o contribuinte, induzem à sonegação e trazem prejuízo ao Fisco.”<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> TAVARES, Maria da Conceição. Apud BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. Reforma Tributária, Mercosul e IVA. In: Revista da Faculdade de Direito da UFSC. Porto Alegre: Síntese, v.2, p. 205.

<sup>22</sup> BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. Op. cit. p. 205.

<sup>23</sup> MACHADO, Hugo de Brito. Apud BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. Op. cit., p. 205.

Conforme Pellizzari,<sup>24</sup>

*“as poucas obras encontradas sobre sonegação trazem uma interpretação legal atrasada e conservadora. Atrasada porque se prendem aos textos legais, muitos deles distantes da realidade como ela deve ser tratada e punida. Conservadora porque atenua em demasia este tipo de ação, considerando-a quase que uma prática normal. Poucos são os enfoques sobre o dano social sofrido pela população”.*

*As poucas obras existentes são despidas de uma reflexão maior sobre a tributação, a sonegação e seus efeitos econômicos e sociais. A impressão é a de que a pouca literatura existente não é devido à falta de conhecimento sobre a matéria e sim, devido a interesses estranhos em não divulgar esse tipo de problema só conhecido por poucos (que enxergam mais longe) e completamente desconhecido pela maioria da população brasileira, que não sabe como funciona a tributação, o quanto ela representa, quem paga, quem recolhe, quem se beneficia, quem sonega, etc”.*

Diz ainda Pellizzari:<sup>25</sup> “Desconhecimento aliado a uma infinidade de inverdades, tabus, mistificações, fraudes e demais distorções do sistema, criando essa verdadeira farsa que é a tributação e a sonegação vigente. Agravando, em suma, a crise moral, ética e jurídica que estamos vivendo”.

Por isso, pela importância do tema, se faz necessário uma grande reflexão sobre a sonegação fiscal e sobre suas consequências políticas, econômicas e, principalmente, sociais. Fazer a reflexão em termos políticos e/ou sociológicos, como um preparo psicológico para a avaliação do crime de natureza fiscal – e também econômico - para que se possa entender algumas características dela, bem como do castigo penal a ela cominado.

<sup>24</sup> PELLIZZARI, Deoni. A Farsa da Tributação e da Sonegação. Rio de Janeiro: Vozes, 1990, p.15.

<sup>25</sup> Ibid, p. 15.

Sabe-se que o crime sempre foi considerado uma agressão ao patrimônio ou à vida, tendo como causa a personalidade de cada criminoso, que age conforme a sua vontade.

Sabe-se, também, que essa “vontade” do criminoso para o cometimento do “crime” é resultante de uma série de motivos, dentre outros a falta de educação, de escolaridade, de emprego, etc. Diz-se, também, que uma das formas de redução do “crime” é justamente mais educação, mais escolaridade, mais emprego, mais segurança, entre outros valores.

Entretanto, para a solução do problema, sempre se propõe o mesmo, isto é: leis mais rigorosas e repressão permanente.

Essa é a consciência da elite privilegiada que manda e/ou governa a sociedade e que a dividiu em duas: uma sã e outra doente.

Nesse sentido, parafraseando Oliveira<sup>26</sup>, a sociedade doente é a responsável pelas delinquências, devendo ser punida e reprimida, enquanto que a sociedade sã, se cometer delitos, é merecedora de compreensão e perdão.

Enfatiza o citado autor:

*“A sonegação fiscal, outro delito exclusivo das camadas mais privilegiadas, tornou-se uma conduta corriqueira, normal, diríamos mesmo, aculturada por tais camadas; no entanto, é notória a sua lesividade, pois desfalcando o erário, os segmentos carentes ficam privados de recursos incalculáveis, que se bem aplicados, supririam as suas necessidades (grifo nosso). No entanto são raras*

---

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Antônio Cláudio Mariz de. Reflexões sobre os Crimes Econômicos. In: Revista dos Tribunais, nº 12, 1995, p. 155/163.



*as manifestações da sociedade clamando por mais rigor na repressão desses atentados a valores relevantes.*"<sup>27</sup>

Na verdade, parece haver um pacto, um acerto, e a dita classe privilegiada faz "vistas grossas" a esse procedimento. Como foi dito anteriormente, a sociedade "sã" merece compreensão e perdão; afinal de contas, sonegar impostos parece ser mais uma esperteza do que um delito.

A respeito do assunto, retiramos do eminente Berro:

*"La sanción a las violaciones de normas fiscales, presenta particulares caracteres derivados de un también particular contexto socio-político, económico y cultural. En el año de 1957, en los primeros estudios sobre lo que sería el Código Tributario Uruguayo la comisión encargada de comentar el capítulo correspondiente al Derecho Penal Tributario recordaba a Tesoro cuando habla de la existencia de una 'anormalidad tributaria' extraordinariamente difundida.*

*A lo cual agrega la comisión: al procedimiento insidioso se agrega la generalidad de su utilización. El ciudadano incapaz de retener indebitamente un centesimo ajeno, no siente escrúpulos, sin embargo, en eludir el cumplimiento de sus obligaciones fiscales procurándose un provecho ilegítimo, o en facilitar la maniobra de un tercero informado por igual designio. Y ante tales hechos la conciencia pública permanece totalmente indiferente o los considera como una actividad casi lícita (por ejemplo contrabando)."*<sup>28</sup>

Diz o referido autor, na continuação do seu artigo, que, para explicar esse comportamento lesivo à Fazenda Pública, pode-se recorrer a nossa majoritária herança latina e ainda a nossa origem como país de fronteira, de impérios coloniais, onde não se vê o "patrimônio fiscal" como coisa própria (referindo-se ao Uruguai). E continua, dizendo que não pode deixar de

---

<sup>27</sup> IBID, p. 155.

<sup>28</sup> BERRO, Frederico. El Delito de Defraudación Tributaria. In: Revista de Direito Tributario. São Paulo : RT, nº 39, 1987, p. 22/37.

considerar, como causa da indiferença da consciência pública, a respeito dos delitos tributários, a existência de uma crítica implícita, porém ativa, contra o destino que o Estado - e o governo - dão ao tributo.

Diz, ainda, que, se o Direito Penal é aquele que consagra o mínimo ético, deveria reanalisar a “impensada consciência pública” sobre a maldade substancial do ilícito fiscal.

Antes de se clarear o termo sonegação, convém falar da origem do tributo. Segundo Pellizzari<sup>29</sup>:

*“A origem do tributo é muito antiga e a sua variação no tempo e no espaço foi relativa a quem cobrou, quem pagou, como pagou e quanto pagou. Os primeiros tributos foram cobrados na antigüidade, quando os vencidos de guerra eram forçados a entregar parte ou a totalidade de seus bens aos vencedores. Após essa época, começa a cobrança pelos chefes de estado de parte da produção dos súditos, por conta de tributos. Surgindo, portanto, o embrião do entendimento de que o tributo é a contribuição dos particulares para a manutenção do Estado”.*

De acordo com o citado autor, na Idade Média os tributos eram cobrados como se fossem um donativo dos servos para atendimento das despesas governamentais. Com a evolução das concepções de Estado, o tributo passou a ser definido como a contribuição dos administrados para a manutenção desse Estado.

Veja-se o entendimento do termo “sonegação fiscal”, de acordo com o dicionário, alguns doutrinadores e a legislação.

---

<sup>29</sup> PELLIZZARI, Deoni. Op. cit. p. 17

Veja-se o que diz Ferreira:<sup>30</sup>

*“SONEGAÇÃO. Ato ou efeito de sonegar.*

*SONEGAR. Ocultar, deixando de descrever ou mencionar nos casos em que a lei exige a descrição ou menção; ocultar fraudulentamente; furtar, tirar às ocultas; deixar de pagar; subtrair; para eximir-se ao cumprimento de uma ordem”.*

Veja-se também o que diz Silva<sup>31</sup> a respeito de sonegação

fiscal:

*“Sonegação Fiscal. Em sentido fiscal, a sonegação, em princípio, designa a evasão do imposto por meio de artifícios ou manejos dolosos do contribuinte.*

*Quer significar, pois, a falta de pagamento do imposto devido, ou a subtração ao pagamento do imposto, mediante o emprego de meios utilizados com esse objetivo.*

*Desse modo, a sonegação não implica numa falta de pagamento involuntária ou decorrente da falta de recursos, mas no emprego de meios para se furtar a esse pagamento.*

*No conceito fiscal, porém, nem toda sonegação é reputada dolosa: há a sonegação dolosa e a simples sonegação.*

*A sonegação simples é a que resulta da falta de pagamento do imposto, sem qualquer malícia, ou sem o emprego de ardil, ou fraude, com que se procura subtrair ao cumprimento da imposição fiscal.*

*A sonegação dolosa, ou a sonegação fraudulenta, é a que se gera da fraude ou da má-fé do contribuinte, usando meios, manobras, ou ardis para se furtar, ou se subtrair ao pagamento do imposto.”*

A respeito da sonegação, Cassone<sup>32</sup> diferencia elisão de evasão

fiscal, dizendo que:

*“Elidir é evitar, reduzir o montante ou retardar o pagamento do tributo por atos ou omissões lícitos do sujeito passivo anteriores à ocorrência do fato gerador.*

*Evadir é evitar o pagamento do tributo devido, reduzindo-lhe o montante ou postergar o momento em que se torne exigível, por atos*

<sup>30</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968, p. 1129.

<sup>31</sup> SILVA, De Plácido e. Vocabulário Jurídico. São Paulo : Forense, 1967, p.1479.

<sup>32</sup> CASSONE, Vittorio. Direito Tributário. São Paulo : Atlas, 1990, p. 66/67.

*ou omissões do sujeito passivo, por terceiros posteriores à ocorrência do fato gerador”.*

Por sua vez, Becker<sup>33</sup>, a respeito da sonegação, usa o termo evasão fiscal (elisão ou evasão fiscal) diferentemente do autor anteriormente citado (Cassone) como sendo a forma lícita do sujeito não pagar determinado imposto, diferenciando-a da fraude fiscal. No entendimento do citado autor, todo indivíduo ou empresa, desde que não viole regra jurídica, tem liberdade de ordenar suas atividades e/ou negócios de modo menos oneroso, inclusive tributariamente.

Entretanto, se, para atingir aquele resultado econômico, o indivíduo ou a empresa violaram regra ou eficácia jurídica, terão cometido fraude fiscal.

Diz o referido autor:

*“Para se investigar se houve evasão ou fraude, um critério é verificar se os atos praticados pelo contribuinte, para evitar, retardar ou reduzir o pagamento de um tributo, foram praticados **antes ou depois** da ocorrência do respectivo fato gerador: na primeira hipótese, trata-se de evasão; na segunda, trata-se de fraude fiscal”.*

Entende-se, então, pela lição do autor, que, se o contribuinte agiu antes de ocorrer o fato gerador, a obrigação tributária ainda não tinha ocorrido e o direito do sujeito ativo ao tributo ainda se encontrava em fase abstrata.

---

<sup>33</sup> BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral do Direito Tributário. São Paulo : Saraiva, 1972, p. 123/124.

Por outro lado, se o sujeito passivo agiu depois da ocorrência do fato gerador, já tendo surgido a obrigação tributária específica, qualquer atividade desenvolvida pelo contribuinte, ainda que por meios lícitos, só poderá visar à modificação ou à ocultação de uma situação jurídica já concretizada a favor da entidade tributante e/ou fisco, que poderá objetivar contra esta violação do seu direito adquirido, mesmo que a obrigação não tenha sido individualizada pelo lançamento, de vez que este é meramente declaratório.

Depreende-se, então, que a evasão, na terminologia usada pelo autor citado, é perfeitamente lícita, por não ter sido violada nenhuma regra jurídica.

Sobre a fraude, assim se reporta Becker:

*“a fraude, porém, é ilícita, porque o contribuinte ergueu a estrutura jurídica de seus negócios, violando regra jurídica ou desprezando a eficácia jurídica (efeitos) resultante da incidência de regra jurídica sobre sua hipótese de incidência”.*<sup>34</sup>

No entendimento de Ribas<sup>35</sup>, sobre a sonegação, retiramos:

*“o significado de sonegação é o ato ou efeito de sonegar e o deste é o de ocultar, deixando de descrever ou mencionar, nos casos em que a lei exige, a descrição ou menção. Utilizada com significação ampla, a sonegação exprime toda e qualquer evasão de renda decorrente da ação maliciosa do contribuinte ou de sua indiferença ou desídia, com prejuízo material aos cofres públicos, sendo este o bem atingido”.*

<sup>34</sup> BECKER, Alfredo Augusto. Op. cit., p. 125.

<sup>35</sup> RIBAS, Lídia Maria Lopes Rodrigues. Questões Relevantes de Direito Penal Tributário. São Paulo : Matheiros, 1997, p. 74.

Pelo raciocínio da autora, pode-se dizer que a sonegação fiscal é uma forma ilícita de evasão tributária, que ocorre posteriormente ao nascimento do fato imponible.

Diz ainda a autora citada:

*“Na fraude há ação ou omissão objetivando escamotear o pagamento do imposto devido, reduzi-lo, evitá-lo ou retardá-lo. Enquanto a sonegação impede a operação da obrigação tributária, a fraude impede o pagamento do tributo devido”.*<sup>36</sup>

Entende a autora que a fraude fiscal consiste em manobras intencionais com o propósito de iludir a administração tributária, criando uma falsa imagem da realidade.

Na verdade, na fraude fiscal, as manobras se manifestam de diversas formas como a simulação, a ocultação ou qualquer outra prática ardilosa que objetiva lesar a entidade tributante.

Arremata a autora, escrevendo:

*“a fraude fiscal varia de intensidade e freqüência, mas é uma reação dos contribuintes que acontece em todos os países desde há muito.*

*As causas são de natureza política, psicológica, moral e social. Tem sido tolerada pelos costumes e em virtude da notória resistência dos contribuintes, por não ser fácil ou mansa a aplicação do tributo devido à falta de consciência fiscal do povo”.*<sup>37</sup>

A respeito da “elisão e evasão tributária”, de acordo com a autora acima citada, pode-se dizer que a evasão, genericamente, refere-se às

---

<sup>36</sup> Ibid, p. 75.

<sup>37</sup> Ibid, p. 75.

atitudes do contribuinte que se livra ao compromisso fiscal. Quanto à elisão, como manifestação lícita, são as atividades tendentes à não-configuração do fato gerador.

Nesse sentido, sublinha Malerbi:<sup>38</sup>

*“expressa-se, assim, o comportamento elisivo na prática de atos ou negócios jurídicos que são fundamentalmente motivados pelos efeitos tributários (mais benéficos) dela decorrentes. A escolha de tais atos ou negócios é essencialmente determinada pela intenção de evitar-se determinadas incidências tributárias, equiparando-se o resultado prático obtido aos daqueles atos ou negócios jurídicos sujeitos ao regime tributário desfavorável”.*

Pelo destaque supra, entende a autora que só interessa verificar se o caso concreto se subsume à hipótese de incidência da norma tributária, ou seja, as situações não descritas como hipótese de incidência pela lei tributária estão fora do campo da tributação.

E outro não pode ser o entendimento. Basta ver os artigos 114 e 115 do Código Tributário Nacional:

*“Art. 114 - Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.*

*Art. 115 - Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configura obrigação principal.”<sup>39</sup>*

Em outras palavras, apenas para se reforçar o que foi dito,

pode-se acrescentar que o ordenamento jurídico pátrio permite a existência de liberdade na tributação, pela sua não-regulação, e a protege, porque impede a interferência do Estado, tendo em vista o limite da lei.

<sup>38</sup> MALERBI, Diva. *Apud* RIBAS, Lídia Maria Lopes Rodrigues. Op. cit., p. 51.

<sup>39</sup> BRASIL, Código Tributário Nacional. São Paulo : Saraiva, 1996, p. 51.

A respeito do tema, preleciona Canto:<sup>40</sup>

*“tanto na elisão (lícita) como na evasão (ilícita), a intenção do agente é a mesma - evitar, reduzir ou retardar o pagamento do tributo - o elemento subjetivo da conduta do agente não pode ser relevante para a distinção, e que o único cientificamente aceitável para se diferenciar a elisão e a evasão é o temporal”.*

De acordo com o autor citado, tem-se que, se a ação ou omissão do agente se verificar antes da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, a hipótese será de elisão, tendo-se sempre presente, como pressuposto, que o contribuinte não infrinja nenhuma norma legal, a entidade tributária não terá direito algum a tributo, uma vez que não se concretizou o fato gerador.

Sampaio Dória<sup>41</sup> substitui o termo “evasão” por “fraude fiscal”, fazendo a distinção entre esta e “elisão fiscal”, identificando nelas quatro elementos comuns que são a ação, a intenção, a finalidade e o resultado, diferenciando-os pelos aspectos substanciais e pelo momento da utilização dos meios.

Afirma o autor:

*“O primeiro aspecto substancial, que os extrema é a natureza dos meios eficientes para a sua consecução: na fraude, atuam meios ilícitos (falsidade) e, na elisão, a licitude dos meios é condição ‘sine qua non’ de sua realização efetiva. O segundo aspecto, de maior relevância, é o momento da utilização dos meios: na fraude, opera-se a distorção da realidade econômica no instante que ou depois que ele já se manifestou sob a forma jurídica descrita na lei como pressuposto da incidência. Ao passo que, pela elisão, o agente atua*

<sup>40</sup> CANTO, Gilberto de Ulhôa apud RIBAS, Lídia Maria Lopes Rodrigues, Op. cit., p. 52.

<sup>41</sup> DÓRIA, Roberto Sampaio, apud RIBAS, Lídia Maria Lopes Rodrigues, Op. cit., p. 53/54.



sobre a mesma realidade *antes que ela se exteriorize*, revestindo-a da forma alternativa não descrita na lei como pressuposto de incidência.”

Confrontando-se as opiniões dos tributaristas a respeito da sonegação, percebe-se que elas são convergentes.

No mesmo sentido preleciona Moraes:<sup>42</sup>

*“Dá-se a sonegação quando o contribuinte, por ação ou omissão dolosa, procura impedir ou retardar, no todo ou em parte, o conhecimento por parte da autoridade administrativa da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária ou das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar o ‘quantum’ da obrigação tributária. A sonegação desse conhecimento à autoridade fazendária se dá num momento posterior à concretização do fato gerador da respectiva obrigação.”*

O autor explica a sonegação numa linguagem simples, com toda a objetividade.

Na realidade, quem pratica a sonegação propriamente dita tem, necessariamente, que agir com dolo, ou seja, de “caso pensado”, praticando uma ação para conseguir o resultado ou se omitindo dele para conseguir, de outra forma, o mesmo resultado, que é, no fundo da questão, ficar para si, através da sonegação fiscal, com os recursos que pertencem à entidade tributante.

Ainda a respeito da sonegação, escreve Arakaki:<sup>43</sup>

<sup>42</sup> MORAES, Bernardo Ribeiro de. *Compêndio de Direito Tributário*. Rio de Janeiro : Forense, 1994, p. 607.

<sup>43</sup> ARAKAKI, Marta. Sonegação Fiscal e Economia de Tributo. In: *Direito Penal Tributário Contemporâneo - Estudos de Especialistas*. São Paulo : Atlas, 1995, p. 110.

*“Na elisão ou na evasão, o contribuinte visa evitar, reduzir ou retardar o pagamento do imposto. Para diferenciar as duas espécies o que interessa é se foi ou não praticada uma ação lícita, não importando se o elemento subjetivo foi decorrente da vontade do agente. Somente o **critério objetivo** pode ser utilizado na interpretação da ação ou omissão do contribuinte para evitar o pagamento do imposto”.*

Entende a autora ser necessário verificar se, de acordo com a legislação aplicável, já ocorreu ou não o fato gerador da obrigação tributária. Se o fato gerador não chegou a se concretizar e o procedimento foi **objetivo**, não contrariando a legislação, caracteriza-se a elisão, validando, portanto, a economia do tributo.

Por outro lado, se o fato gerador já ocorreu, o procedimento é considerado ilícito, caracterizando a **evasão ou sonegação**, por violar direito do Estado sobre o crédito tributário decorrente da obrigação tributária ocorrida.

Contribuindo para definir a sonegação fiscal, ensina Corrêa<sup>44</sup> que o conteúdo do direito é normativo. Quem age dentro do direito está na conformidade da norma jurídica. Quem contraria o direito, tem conduta divergente e pratica um ilícito.

Para caracterizar um ilícito, deve a norma jurídica consignar e estar provida de sanção; conter uma descrição baseada em circunstância fática e uma determinação quanto ao modo de se agir quando concretizar aquela

---

<sup>44</sup> CORRÊA, Antonio. *Dos Crimes contra a Ordem Tributária*. São Paulo : Saraiva, 1996, p. 25.

hipótese de fato e, por último, a sanção, que é a possibilidade de penalizar-se pelo descumprimento da norma.

Pode-se entender, então, que, de acordo com a natureza da norma, pode-se caracterizar a natureza do ilícito. Portanto, é ilícito penal a violação da norma penal; é ilícito administrativo a violação da norma administrativa e, por consequência, é ilícito fiscal a violação da norma fiscal ou tributária.

Afirma o autor citado:

*“Esta (violação fiscal ou tributária) constitui, de forma geral, na violação ao ordenamento jurídico como um todo. Mas viola o direito subjetivo da Fazenda Pública, atingindo o crédito tributário que lhe pertence. O ‘bem interesse’ é o crédito tributário.”*

Pela opinião dos eminentes tributaristas citados, percebe-se a unanimidade de entendimento conceitual sobre elisão e evasão (sonegação).

O Regulamento do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados (Decreto nº 87.981 de 23-12-82), apresenta as seguintes definições:

*“Art. 354 - Sonegação é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária (Lei nº 4.502/64, art. 71):*

*I - da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;*

*II - das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou crédito correspondente.*

*Art. 355 - Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir o montante do imposto*

*devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento (Lei nº 4.502/64, art. 72).*

*Art. 356 - Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas visando a qualquer dos efeitos referidos nos artigos 354 e 355 (Lei 4.502/64, art. 73)."*

A Lei nº 10.297 de 26-12-96, que dispõe sobre o ICMS em Santa Catarina a respeito de ilícitos tributários e/ou fiscais, consigna na Seção IX - Disposições Gerais - o seguinte:

*"Art. 91 - Constitui infração toda ação ou omissão que importe descumprimento de obrigação tributária principal ou acessória, prevista na legislação.*

*Art. 92 - Para caracterização das infrações previstas neste Capítulo é irrelevante a intenção do agente ou efeito econômico ou tributário do ato ou omissão.*

*Art. 93 - Considera-se fraude, para os fins deste Capítulo, toda ação ou omissão tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o fato da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar qualquer de suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto ou a evitar ou postergar o seu pagamento."*

Já a Lei nº 8.137, de 27-12-90, que define "crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo e dá outras providências", elenca as condutas praticadas pelos particulares e pelos funcionários públicos que constituem tais crimes e será objeto de comentários, juntamente com outros dispositivos legais, em subtítulo próprio.

## 2.2. Formas de Sonegação do ICMS

Pode-se dizer, portanto, que sonegação fiscal é a evasão do imposto por meio de artifícios ou manejos dolosos e/ou culposos do contribuinte.

Entretanto, como diz Pellizzari: *“só sonega tributos quem tem chances para isso, isto é, quem manipula esses valores e tem a responsabilidade de recolhê-los aos cofres públicos”*.<sup>45</sup>

O contribuinte, ao repassar a carga tributária para o comprador de seu produto deve recolhê-la ao Tesouro. Esta é a forma de recolhimento dos chamados impostos indiretos, entre os quais se inclui o ICMS.

Dessa forma, como observa Pellizzari<sup>46</sup>, “fica evidente que o consumidor, ao adquirir mercadorias, não tem a opção de pagar ou não os impostos, pois estes já estão incluídos no preço final. A empresa, no entanto, que já cobrou os impostos do consumidor e é detentora do seu valor, pode cumprir a lei e recolhê-los aos cofres da entidade tributante ou pode se apropriar do dinheiro, fraudando o fisco”.

---

<sup>45</sup> PELLIZZARI, Deoni. *A Grande Farsa da Tributação e da Sonegação*. Rio de Janeiro : Vozes, 1990, p. 49.

<sup>46</sup> Ibid, p. 49

Assim sendo, pode-se dizer que, nos impostos indiretos, como é o caso do ICMS, somente o contribuinte poderá sonegar.

Dito isto, passemos às formas de sonegação:

### **2.2.1. A estratégia mais comum**

A estratégia mais comum e mais simples de sonegação, conforme Pellizzari, “é a não documentação do fato (fato gerador) que cria a obrigação tributária”.<sup>47</sup>

O fato gerador ocorre, criando a obrigação tributária, porém, como a operação não foi documentada, não há o lançamento que, por sua vez, cria o crédito tributário.

Parafraseando Pellizzari, nas empresas, é a não emissão do documento fiscal, quando da venda de mercadorias ou serviços, a prática mais comum de sonegação. Essa estratégia de não emitir documento é uma prática que vai desde a micro até as grandes empresas.

A não documentação da operação parece ser uma coisa tão normal e comum, que poucos consumidores dão importância a ela, quando

---

<sup>47</sup> Ibid, p. 59.

compram mercadorias ou serviços e muitos empresários, por sua vez, naturalmente se “esquecem” de emitir o documento fiscal.

Tudo leva a crer que, nessa situação, a maioria dos consumidores, por desconhecimento do significado social do imposto, não se preocupa com a emissão do documento fiscal para acobertar a operação.

É comum ouvir declarações de consumidores nesse sentido: “Por que eu vou pedir nota fiscal se eu não ganho e nem perco nada?”

Por outro lado, os empresários, ao não fornecerem o documento fiscal, sabem que estão ganhando com isso, porque estão se apropriando de “dinheiro” que pertence ao Estado.

### 2.2.2. Estratégias de Sonegação

Retira-se de Pellizzari<sup>48</sup>, entre outras, as seguintes estratégias de sonegação e respectivos comentários:

- **Falta de contabilização ou registro nos livros fiscais próprios de documentos fiscais.** No caso há a emissão do documento fiscal na venda ou na prestação do serviço, mas ele não é lançado nos livros próprios e, em consequência, não é recolhido o valor do imposto.
- **Registro de vendas a menor, quanto ao preço, quantidade ou qualidade: subfaturamento.** É bastante utilizado, praticamente, por todos os tipos e tamanhos de empresas. É praticado com a

---

<sup>48</sup> PELLIZZARI, Deoni. Op. cit., p. 60/66.

*emissão de documento fiscal faltando quantidade e/ou constando preços unitários a menor. Quanto à qualidade, dá-se através da emissão de documento fiscal em que o produto é propositalmente denominado como de qualidade inferior e, em consequência, tendo um preço a menor.*

- ***“Documento fiscal calçado”:*** *emissão de documento fiscal com valores diversos nas vias. Na primeira via, que acompanha a mercadoria ou registra o serviço, consta o valor correto, mas as vias que ficam no talonário, servindo para os registros fiscais, são preenchidas “a posteriori” com quantidade e/ou valores a menor.*
- ***Cancelamento e devolução fictícia de vendas.*** *A empresa vende, emite o documento fiscal, entrega a mercadoria, retorna com a nota fiscal e cancela a venda. Ou o comprador recebe a mercadoria, fica com ela, mas emite o documento fiscal devolvendo-a. Com isso é anulado o imposto devido pela venda.*
- ***Registro de abatimento ou desconto de vendas e/ou prestação de serviços fictícios.***
- ***Não emissão de documento fiscal relativo à venda ambulante, sendo emitido o documento fiscal (nota fiscal) de entrada para retorno simbólico de mercadorias já efetivamente vendidas.***
- ***Adulteração de guias de recolhimento.***
- ***Documentos fiscais paralelos.*** *A empresa tem duas séries com a mesma numeração, sendo que uma é legal - registrada nos livros e sendo recolhido o imposto correspondente - e a outra serve para as vendas e/ou serviços “por fora”.*
- ***Aproveitamento de créditos sem origem.*** *Compra e venda de créditos frios provenientes de empresas “frias ou fantasmas”.*
- ***Uso da mesma documentação fiscal para várias operações, quando o percurso pode ser feito várias vezes ao dia.*** *É usado, principalmente, na venda de produtos não identificáveis individualmente. Esse tipo de sonegação é bastante comum nas mercadorias da construção civil (tijolos, areia, madeira, etc.), bem como nos produtos alimentícios.*



Acrescentam-se mais algumas formas de evasão do ICMS, de acordo com “Ministério Público do Estado”.<sup>49</sup> Ei-las:

- *Utilização indevida de hipóteses de diferimento, isenções, imunidade, não incidência, redução na base de cálculo.*
- *Utilização de alíquota menor que a devida para a operação ou prestação.*
- *Documentos fiscais impressos sem autorização fiscal ou com autorização fraudulenta.*
- *Falta de registro de documentos fiscais referente à entrada de mercadorias.*
- *Operações com emissão de documento não fiscal (pedido, nota de controle, orçamento, etc.).*
- *Erros de soma ou de transporte de valores nos livros fiscais, em relação aos débitos do imposto.*
- *Crédito de imposto em hipóteses não permitidas pela legislação (aquisição de mercadorias e/ou serviços que serão consumidos pelo próprio contribuinte, etc.).*

Estas são, portanto, algumas das formas de sonegação fiscal conhecidas. Com certeza outras existem, ainda não detectadas pelo fisco.

### **2.3. As possíveis causas da sonegação fiscal**

A sonegação fiscal do ICMS existe. Não há dúvida sobre ela. O próprio Governo do Estado informa o número de notificações fiscais emitidas, o montante notificado, o quanto foi pago, reclamado e inscrito em

---

<sup>49</sup> SANTA CATARINA. Ministério Público do Estado. Anotações sobre Crimes contra a Ordem Tributária. Florianópolis, 1996, p. 63/96.

dívida ativa e outras informações do gênero, através dos seus Boletins Informativos.

Não obstante esta informação - que é transparente e que traz informações de cunho estatístico - pouco é visto de concreto para tentar, pelo menos, identificar as causas da sonegação, sendo ele (o Governo) o principal interessado na obtenção dos recursos e o principal responsável em combatê-la.

A simples constatação da sonegação e a tentativa de refleti-la através de números parecem não ser suficientes. No mínimo, caberiam, por mais singelas que fossem, algumas reflexões sobre o seu existir. Procurar algumas causas objetivas e/ou subjetivas através do órgão competente, com certeza, enriqueceria os ditos boletins, porque mostraria, pelos menos, interesse em procurar conhecer as causas da sonegação, para combatê-la com mais eficiência.

Retira-se, novamente, de Pellizzari<sup>50</sup>, ao se referir à força da ideologia, algumas de suas frases que são:

*“É difícil manter uma empresa porque ela tem que pagar muitos tributos!”*

*“As empresas não podem sobreviver porque têm uma carga tributária muito grande!”*

*“O Governo não deixa os empresários trabalharem ao cobrar tanto de impostos!”*

*“Quem paga impostos é burro!”*

*“Quem não sonega não fica rico!”*

*“Quem sonega é vivo; é esperto!”*

<sup>50</sup> PELLIZZARI, Deoni. Op cit.p.87

*“A sonegação é fator de desenvolvimento, na medida em que os valores sonegados são investidos, criando empregos!”*

*“O Fisco não pode cobrar todo o valor sonegado para não quebrar as empresas!”*

*“O Estado é mau gestor!”*

*“Não vale a pena pagar impostos uma vez que o Governo é corrupto e aplica mal os recursos!”*

E pergunta o referido autor: “Tudo isso é verdade? O que é falso, o que é verdadeiro?”

Na verdade, foi-nos imposta uma concepção pró-sonegação, antifisco, antitributação e a sociedade, sem saber exatamente a verdade das coisas, compactua e até auxilia, muitas vezes, os empresários e/ou sonegadores a praticarem a sonegação fiscal.

Diz ainda Pellizzari<sup>51</sup>: “Todo mundo sabe que o patrão sonega, que o comércio onde se compra sonega, que as empresas dos conhecidos sonegam, etc. Assim, a população sabe que há sonegação de tributos e não faz nada. Pelo contrário, se o comerciante diz: não vou te dar nota fiscal, por causa dos impostos, concordamos pacificamente e até, muitas vezes, ficamos contentes”.

Nessa linha de pensamento, pode-se dizer que a população assim age por não saber exatamente o que representa a sonegação de impostos.

---

<sup>51</sup> Ibid, p. 88

A sociedade realmente não sabe como funciona a tributação, não sabe que paga efetivamente os impostos e não sabe quais os efeitos econômicos e sociais da sonegação.

Por outro lado, é de se perguntar: Por que essa indiferença com relação à sonegação? A resposta desse comportamento social não é fácil de se dar.

A impressão é de que esse comportamento, ao longo do tempo, foi criado, paulatinamente, com a formação de “consciência falsa” ligada à realidade social.

Esse processo ideológico, trabalhado na sociedade, parece ter sido desenvolvido pela classe dominante, pelo poder econômico, formado basicamente por empresários, não todos, é claro.

Percebe-se que essa ideologia negativa já está plenamente assimilada pela população, mesmo lhe sendo extremamente prejudicial.

Novamente de acordo com Pellizzari<sup>52</sup>: “ a questão da tributação é um dos campos em que mais existe manipulação ideológica por parte do poder econômico”.

Tem razão o autor, porque o leigo, ao analisar as normas que instituem os impostos indiretos, como por exemplo o “ICMS”, em seus próprios textos, verifica que “**contribuinte**” é a firma individual e/ou empresa e não os

---

<sup>52</sup> Ibid, p. 88

que realmente pagam impostos, que são consumidores. Estes, de fato, são os que “contribuem” para o fisco.

Nesse sentido, percebe-se que a maioria dos tributaristas desprezam o conceito de “contribuinte de direito e contribuinte de fato”, alegando que estes são conceitos econômicos e não conceitos jurídicos.<sup>53</sup>

A esse respeito, salvo melhor juízo, se faz necessária uma reflexão mais séria e/ou mais objetiva sobre a realidade dos fatos. Na verdade, as discussões conceituais em nada alteram a realidade impositiva do imposto. É muito comum se ouvir, por parte dos empresários, o chavão de que estão cansados de pagar imposto. Para os menos avisados, isso cala fundo. Eles realmente acreditam em tal afirmação. Os mais avisados (infelizmente poucos), sabem que é uma grande falácia. A diferença entre pagar e recolher o imposto é muito grande.

Sabe-se que, no custo da mercadoria, os impostos indiretos (no caso o ICMS), são um dos componentes e que a margem de lucro é colocada sobre o custo total, dando-se, então, o preço final de venda. Ora, quando da venda, o alienante sabe perfeitamente que o valor do imposto, que ele cobrou, não lhe pertence, devendo ser recolhido à entidade tributante, no prazo regulamentar.

---

<sup>53</sup> O conceito de contribuinte é, efetivamente, um conceito técnico jurídico. Contribuinte de direito é, juridicamente, expressão redundante. Mas o consumidor, “contribuinte de fato” nesta classificação econômica, precisa ser melhor informado, educado, para saber que é ele quem paga efetivamente o imposto.

Parece um mero detalhe, mas, em verdade, causa um efeito psicológico muito grande, o fato da população pensar que é o empresário quem paga o imposto, quando, na realidade, quem paga o imposto é o consumidor final, cabendo ao contribuinte, por força da lei, o seu recolhimento aos cofres públicos.

Procura-se, a partir de agora, categorizar em alguns tópicos e comentar algumas frases “ideológicas negativas”, presentes na população a respeito de tributação e impostos.<sup>54</sup>

- **O empresário: “estou cansado de pagar ICMS.”**

Esta idéia, já abordada, com frequência, se ouve da parte dos empresários o já conhecido chavão: “estou cansado de pagar ICMS”, está tão impregnada na sociedade, que até os “empresários” continuam falando. A diferença entre pagar e recolher o imposto, como já foi dito, é muito grande:

Qualquer pessoa, medianamente instruída - não é propósito subestimar a capacidade intelectual de ninguém - sabe que pagar (sem o auxílio do dicionário) significa remunerar, compensar, satisfazer, retribuir, etc por alguma coisa e/ou serviço recebido e que recolher significa arrecadar, guardar, receber, tomar, etc.

É até intrigante essa “suposta” ou “intencional” distorção de entendimento de uma coisa tão cristalina. Confundir pagamento com

---

<sup>54</sup> Realizamos aqui uma síntese dos comentários de Pellizzari, Op. cit. p. 88 à 96.

recolhimento é, no mínimo, subestimar a capacidade daquelas poucas pessoas que entendem do assunto.

Infelizmente, essa parece ser a “tônica” daqueles empresários que têm uma visão distorcida (egoísta) de imposto. Incorporaram a idéia de que, quando vão recolher à entidade tributante o valor do imposto, estão se desfazendo de patrimônio próprio. E, nem de longe, refletem que aquele valor recolhido não lhes pertence, tendo sido eles apenas os “arrecadadores” para, no prazo estabelecido, remeterem ao destinatário, que é a entidade tributante.

- **A carga tributária da empresa é excessiva.**

Sabe-se que a carga tributária, para ser medida, deve ser comparada com os serviços prestados pelo Estado à população. Pela maneira como eles são prestados em nosso país, e em nosso Estado, pode-se dizer que a carga tributária é alta.

Porém, quem tem o direito de reclamar da elevada carga tributária é a população, que efetivamente sofre o ônus, e não os empresários, que repassam à ela tal carga tributária.

Se a sociedade tomasse cuidado para que os impostos por ela pagos fossem devidamente recolhidos ao poder público, poder-se-ia pensar em diminuir a carga tributária hoje existente. Todavia, parte desta elevada carga tributária, imposta à população, fica com quem sonega, que aumenta indevidamente seu patrimônio, em detrimento da população carente.

- **O Estado gasta mal o dinheiro do imposto.**

O sonegador, para justificar a evasão de impostos, argumenta que o Estado gasta mal o dinheiro arrecadado. Não pode a classe dominante, que governa, alegar a própria torpeza para justificar seus crimes, pois o Estado só gasta mal por vontade política dos governantes.

Por prudência, cabe distinguir Estado de Governo. Este são os governantes e aquele é a pessoa jurídica de direito público. Portanto, é lógico que se diga que quem gasta mal o dinheiro é o Governo e não o Estado. Mas isso é um problema que tem que ser resolvido de outra maneira. Não pode ser usada tal desculpa para se fugir do imposto.

Nessa linha de raciocínio, os sonegadores não têm o direito de questionar o uso do dinheiro gasto pelo Governo, porque são meros “recolhedores” desse dinheiro, já pago pela população ao Estado.

Justificar a sonegação com o argumento de que o Governo gasta mal, por ser ineficiente, pode virar uma peça de auto-acusação, porque, predominantemente, o governo tem sido composto por representantes das elites, entre elas, a dos empresários.

- **A economia cresce com a sonegação.**

Existe defesa aberta por parte de empresários/sonegadores de que a sonegação é benéfica à economia.



Sustentam que, com esse dinheiro sonegado, há mais investimento, gerando novas riquezas e ampliando a oferta de empregos. Há quem diga que isso é “dar tiro com o revólver alheio”. É lógico que quem fica com o lucro mais o valor do imposto tem mais capital e pode investir mais no seu negócio.

Essa afirmação é falsa. Pode haver um “crescimento econômico” na empresa, mas onde fica o “desenvolvimento econômico” para que a população se beneficie dele como um todo?

- **Quem não sonega não fica rico.**

Esse é mais um provérbio que se diz popular, não no seio da população e sim no seio daqueles que praticam a sonegação.

É lógico que aquele que sonega o imposto tem um lucro extra, o que propicia um aumento maior de capital e, por consequência, fica mais rico.

Isso demonstra total ausência de consciência social. Tem-se que admitir que é melancólico ouvir isso de alguns que pertencem à classe empresarial.

Substituir trabalho, capacidade gerencial, visão de mercado, qualidade e outros pressupostos indispensáveis para a obtenção de lucro honesto, por sonegação de impostos, para ficar mais rico, é, realmente, dar o mais alto atestado de incompetência para gerir qualquer tipo de negócio.

- **Quem não sonega não pode competir.**

É outra inverdade. Alguns empresários sustentam que sonegam para competir com as outras empresas. Desde quando sonegar é fator de sucesso em uma atividade? É fato sabido que os tributos são considerados “custos” e que estes são repassados aos consumidores de mercadorias e serviços.

Sabe-se, também, que, quando ocorre a diminuição do preço para competir, esta se dá em razão da redução do lucro e não da opção de cobrar ou não os tributos; ou seja, os custos, incluindo os impostos, são sempre cobrados.

- **A (in)eficácia das normas.**

A legislação em vigor, tanto do Direito Tributário Penal como do Direito Penal Tributário, disciplinando as ações ou atos no campo tributário, prevê sanções enérgicas aos infratores.

Parece, porém, que os “sonegadores” não se intimidam perante a lei. Ela não está produzindo os efeitos esperados pelos legisladores sobre os sonegadores, que não demonstram temor às sanções.

Nesse sentido, diz Hugo de Brito Machado<sup>55</sup> que, estudando Ciência das Finanças e Direito Tributário há quase trinta anos, tem meditado muito a respeito da sonegação fiscal em nosso país. O referido autor, que vê o

---

<sup>55</sup> MACHADO, Hugo de Brito. A Eficácia do Direito e a Sonegação fiscal. In: Revista dos Tribunais. São Paulo : RT, nº 8, jul/set de 94, p. 27.

direito de maneira globalizante e observa o fenômeno pela ótica que muitos chamam de interdisciplinar, afirma:

*“estou convencido de que a resistência do contribuinte à exigência do tributo, nada mais é do que um aspecto da questão da eficácia do direito. Realmente, na medida em que a relação de tributação é uma relação jurídica, e não uma relação simplesmente de poder, o cumprimento do dever de pagar o tributo nada mais é o que a observância da norma jurídica”.*

Continua dizendo que a questão da sonegação fiscal há de ser analisada no âmbito da questão maior, consistente em saber por que as pessoas não cumprem as leis, ou, em outras palavras, no âmbito das perquirições em torno da eficácia do Direito.

Pode-se dizer que o Direito, não obstante suas imperfeições, é o melhor, senão o único instrumento de harmonia entre os homens, sem o qual a sociedade só pela opressão pode ser contida.

Na verdade, o Direito é uma garantia de todos contra o abuso de quem o desrespeite.

Mas, pelo que se vê, o Direito não está sendo, diante da sonegação fiscal, nem instrumento, nem garantia para a sociedade, que é a grande prejudicada.

- **A pouca fiscalização ostensiva no Estado**

Presume-se que a “Fiscalização de Mercadorias em Trânsito” é a atuação funcional mais eficiente na fiscalização do tráfego de bens, nas vias de circulação, no que se refere ao ICMS.

Ela, presente nas vias de circulação, por ser ostensiva, por si só inibe a sonegação fiscal, porquanto, no mínimo, exige ou faz obrigar que as mercadorias estejam acobertadas por documento fiscal.

Além disso, a fiscalização de mercadorias em trânsito, ao conferir a carga transportada com os documentos fiscais, tem condição de desvendar “esquemas de sonegação”, até então, desconhecidos.

Sem essa fiscalização ostensiva, certamente ganham os sonegadores, que se sentem animados em fraudar, como de fato fraudam o Erário Catarinense.

- **A certeza da impunidade.**

Já se disse que os sonegadores não têm receio algum das sanções previstas nas normas que definem ilícitos, tanto no campo penal como no tributário. Pode-se dizer, também, que a sonegação é tão generalizada porque as multas impostas pelo Direito Tributário Penal são pequenas em relação ao ganho e a justiça comum raramente pune os sonegadores.

Nesse sentido anota Pelizzari<sup>56</sup>:

*“Esta certeza se dá tanto econômica quanto fisicamente. Economicamente porque, já vimos que a sonegação é sempre lucrativa, fazendo com que o sonegador se sinta incentivado a prosseguir, pois tem a certeza que não perderá nada se for descoberto, pelo contrário, ganhará mais sonegando (...), quanto à certeza da impunidade no campo do direito penal, em relação às penas de restrição da liberdade de ir e vir (prisão), ela se dá pela prática, quase generalizada, de que os processos nem são iniciados (...)”.*

Pode-se acrescentar a esse aspecto econômico que os sonegadores, sabendo da pouca presença da fiscalização, tanto preventiva (mercadorias em trânsito) quanto repressiva (auditoria) do Estado, se forem notificados, terão na notificação recebida, um valor mínimo diante do que já foi sonegado.

Quanto à segunda parte desse tópico, os executivos fiscais não tramitam com a devida celeridade e acabam prescrevendo.

Importa salientar que, além da impunidade do crime de sonegação, os sonegadores ficam impunes de outros delitos que estão atrelados ao da sonegação: declaração falsa, falsidade ideológica, adulteração de documentos, emissão de documento ilegal e outros.

A respeito, diz Pellizzari<sup>57</sup> “que o sistema, não punindo os sonegadores pela sonegação fiscal, está deixando de punir os outros crimes, que por si só são penalizados. Portanto, usa-se dois pesos e duas medidas.

---

<sup>56</sup> PELLIZZARI, Deoni. Op. cit., p. 107

<sup>57</sup> Ibid, p. 107

Na verdade, lesar a Fazenda Pública e, por consequência, lesar a sociedade aparentemente não é crime. Não há, porém, justificativa alguma para essa impunidade. Qualquer cidadão, flagrado furtando ou roubando ou que venha a ser descoberto, é levado à Justiça, processado e condenado, às vezes por crime de ‘bagatela’, enquanto outros, que se apropriam indevidamente de valores altos, já incorporados ao seu patrimônio, saem ilesos e até festejados”.

Isso pode gerar uma verdadeira desordem. Se de repente os bons contribuintes resolverem não recolher também os impostos arrecadados, como ficará o Estado?

Não se pode olvidar que a realidade é dinâmica e admite mudanças constantes. Ao contrário dos acontecimentos naturais, os fatos sociais se substituem de forma acelerada. Por isso, o grande desafio do Direito consiste em regular os fatos sociais do dia-a-dia como, também, prever aqueles que poderão ocorrer no futuro. Nesse sentido, diz Habbib<sup>58</sup> “a lei não pode estar nem muito além nem muito aquém dos fatos para que não sofra os efeitos da distância, seja tanto para frente (futurista), seja para trás (retrógrada).”

A diferença entre a “sonegação” que ocorre em outros países e a que ocorre no Brasil é a de que lá há uma apuração e a conseqüente punição dos culpados, enquanto que aqui o mesmo não acontece, prevalecendo a

---

<sup>58</sup> HABBIB, Sérgio. *Brasil: Quinhentos Anos de Corrupção*. Porto Alegre : Sérgio Fabris, 1994, p. 81.

impunidade, muito tendo a ver com a frouxidão do nosso sistema criminal, elitista e identificado com o poder.

Sabe-se que, nos países desenvolvidos, a sonegação é tratada não como crime comum, mas como um dos principais delitos contra a sociedade.

A título de ilustração, transcreve-se o número de processos criminais e as condenações nos Estados Unidos, desde meados da década de 70, relacionados à sonegação de impostos.<sup>59</sup>

ANO	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Processos criminais	1495	1331	1636	1724	1820	1832
Penas de Prisão	485	486	685	681	675	740
Percentual	32%	36%	42%	39%	37%	40%

Na mesma obra , o autor, citando estudo de Bawly, menciona os processos e as condenações de vários outros países, como por exemplo: “Mais ambiciosos e abrangendo impostos indiretos foram os suecos, que processaram 1.568 cidadãos em 1979 e mandaram para a cadeia 826 (52%). Um número similar de processos foi iniciado na França”.<sup>60</sup>

<sup>59</sup> BAWLY, Dan. O subterrâneo da Economia. Tradução de Lauro S. Blandy e Marilena F. Amorim. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil. 1983, p.42, apud Pellizzari, Op. cit. p. 106

<sup>60</sup> PELLIZZARI, Deoni. Op. cit. 106

Registra Pellizzari<sup>61</sup>:

*“Recentemente, na edição da Zero Hora de 14 de dezembro de 1989, na página 29, saiu a seguinte notícia, referente a uma empresária sonegadora americana: A MAGNATA DOS HOTÉIS É CONDENADA À PRISÃO - Leona Helmsley a magnata ‘durona’ da área dos hotéis e que certa vez disse a um empregado que “apenas os pobres coitados pagam impostos”, foi condenada a quatro anos de prisão por não pagar mais de um milhão de dólares relativos a bens pessoais de seu marido. O casal possui diversos imóveis, inclusive o “Empire State”, um símbolo de Nova Iorque. A fortuna dos Helmsley é avaliada em cinco bilhões de dólares. Leona Helmsley, 60 anos, também foi multada em 7,1 milhões de dólares e condenada a uma **pena adicional de três anos** com direito a sursis. Ela terá de pagar 11,2 milhões de dólares de imposto de renda e quase 500 mil de tributos estaduais”.*

Em nosso país, embora esteja em vigor um conjunto de normas de Direito Penal Tributário, raríssimas são as notícias de prisão por crime de sonegação fiscal.

Desde o Brasil Colônia a “corrupção” trilha de forma majestosa em nossa terra. A impunidade, ou melhor, a certeza de ausência de punição, permite aos corruptos exercerem suas práticas delituosas. Na verdade, até pouquíssimo tempo atrás, a democracia esteve protegida e, ainda está, pela ideologia do liberalismo.

Cumpre não perder de vista que, segundo Lanzoni<sup>62</sup>:

*“Acontece que, no início, o liberalismo assumiu uma forma revolucionária marcada pela liberdade, igualdade e fraternidade, em que favorecia tanto os interesses individuais da burguesia enriquecida quanto os de seus aliados economicamente menos favorecidos. Mais tarde, contudo, quando o capitalismo começa a passar à fase industrial, a burguesia (a elite burguesa), assumindo*

<sup>61</sup> Idem, ibidem.

<sup>62</sup> LANZONI, Augusto. Apud Wolkmer, Antonio Carlos. Ideologia, Estado e Direito. São Paulo : Revsita dos Tribunais, 1995, p. 115.



*o poder político e consolidando o seu controle econômico, começa a “aplicar na prática somente os aspectos da teoria liberal” que mais lhe interessavam, denegando a distribuição social da riqueza e excluindo o povo do acesso ao governo”.*

Evidentemente que não há mais lugar para a sonegação. Cabe a todas as instituições a aplicação de ações concretas para erradicá-la.

Lógico que é prudente, como diz Oliveira<sup>63</sup>:

*“Não se passar da impunidade para a fúria acusatória e primitiva. Ambas as situações desrespeitam a lei, criam insegurança e levam, da mesma forma, o desprestígio às instituições. Em nome do combate à corrupção, não se pode aceitar os excessos acusatórios, a execração pública, o arbítrio, enfim o desrespeito à lei e à dignidade pessoal e familiar”.*

Parafraseando referido autor, é importante que o Poder Judiciário empreenda um esforço para que seus membros se mantenham imunes a essas influências (acima destacadas), como administradores da justiça. A mesma postura deve ser adotada pelo Ministério Público, pois a acusação sistemática e obstinada afasta o seu representante das funções de fiscal do cumprimento da lei e de defesa dos interesses sociais. É evidente que, com isso, não se quer a punição do inocente, nem a absolvição do culpado. O que se quer é a correta aplicação da lei.

---

<sup>63</sup> OLIVEIRA, Antonio Cláudio Mariz de. Reflexões sobre os Crimes Econômicos. In: *Revista dos Tribunais*. São Paulo : RT, nº 12, 1995, p. 156.

## 2.4. A sonegação fiscal como forma de redução da

### Receita

Os quadros<sup>64</sup> adiante demonstram o número, o valor e os tipos de notificações emitidas nos anos de 1997, 1998 e até o mês de março de 1999.

Chama a atenção as médias mensais do número de UFIR's nos anos de 97 e 98, respectivamente, 30.810.000 e 32.856.000. Até março de 1999, a média mensal ficou em 13.098.000 UFIR's.

Se for comparado o valor da média corrente do ICMS recolhido mensalmente, que fica em torno de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) com o valor médio notificado nos anos de 97 e 98, em torno de 32.000.000 de UFIR's, registra-se um percentual de 17,8% do notificado em relação ao recolhido.

### 2.4.1. Notificações Fiscais emitidas

Dá-se abaixo a quantidade e o valor das notificações emitidas nos anos de 97, 98 e até o mês de março de 99:

Ano	Quant/Not.	Méd/mês	Vlr.UFIR-mil	Méd/mês-UFIR
1997	20.720	1.726	369.723	30.810
1998	16.033	1.336	394.277	32.856
03/99	4.037	1.345	39.294	13.098

<sup>64</sup> Boletim Informativo da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Santa Catarina, abril de 1999. INTERNET. Home page: <http://www.sc.gov.br/webfazenda/>.

Vejamos o quadro seguinte:

### NOTIFICAÇÕES EMITIDAS – TIPO DE INFRAÇÃO

(UFIR mil)

Ano e até mês	Falta de Recolhimento		Sonegação		Sonegação no Trânsito		Infrações Acessórias	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
1997	10.328 (860)	149.195 (12.432)	1.958 (163)	204.224 (17.018)	5.338 (444)	14.040 (1.170)	3.046 (253)	2.264 (188)
1998	9.171 (764)	136.031 (11.335)	1.059 (88)	244.212 (20.351)	4.134 (344)	9.854 (821)	1.669 (139)	4.180 (348)
03/99	915 (305)	18.397 (1.533)	230 (76)	16.858 (5.619)	2.139 (713)	3.439 (1.146)	753 (251)	600 (200)

Obs.: Os números entre parênteses significam a média mensal.

Percebe-se que os dados apontam um número significativo de notificações fiscais e significativa também é a quantia que o fisco tenta carrear para os cofres do Estado.

Verifica-se, então, que a sonegação existe e é bem maior, porque não há indicador preciso daquilo que não é notificado.

#### 2.4.2 Arrecadação do Estado (R\$)

IMPOSTOS	1996	1997	1998
ICMS	2.330.693.779	2.292.940.856	2.187.345.504
IPVA	110.743.445	129.257.706	146.340.985
ITCMD	7.303.637	8.518.081	7.012.612
FPE	136.149.094	141.506.867	151.635.536
FRIPI-EXP	180.311.945	176.554.682	172.894.383
IRRF	77.805.366	100.245.280	95.952.213
Total	2.843.007.266	2.849.023.472	2.761.181.233
Méd/men/arrec	236.917.272	237.418.622	230.098.436
Méd/men/icms	194.224.481	191.078.404	182.278.792
% icms s/rec/mens	81,97	80,48	79,20

### Arrecadação até abril de 1999.

<b>ICMS</b>	736.423.185
<b>IPVA</b>	41.338.060
<b>ITCMD</b>	1.816.217
<b>FPE</b>	58.443.084
<b>FRIPI-EXP</b>	49.301.082
<b>IRRF</b>	26.528.401
<b>TOTAL</b>	<b>913.850.029</b>
<b>Méd/men/arrec.</b>	228.462,507
<b>Méd/icms/mês</b>	184.105.796
<b>%icms s/rec/mens</b>	80,58

Este quadro demonstra que o Estado tem no ICMS sua principal e maior fonte de receita, significando cerca de 80% dela.

### 2.4.3. Dívida Ativa

Vejamos o demonstrativo sobre os números da dívida ativa:<sup>65</sup>.

Mês	Dívida Ativa Acumulada-R\$	% de aumento	Vlr. do aumento
Jan/97	717.305.766,00	0,0%	0,00
Jan/98	1.033.322.510,00	44,0%	316.016.744,00
Jan/99	1.378.198.021,00	33,0%	344.875.511,00
Abr/99	1.442.485.173,00	4,6%	64.287.152,00

Confrontando o valor notificado e o inscrito em dívida ativa, observa-se que apenas 14% do valor notificado é recolhido aos cofres estaduais, enquanto que 86% é inscrito em dívida ativa. É importante salientar que, do valor inscrito em dívida ativa, de 98 a 99% referem-se ao ICMS.

<sup>65</sup> SANTA CATARINA. Boletim Informativo da Secretaria de Estado da Fazenda, Fev/98 e Internet, home page: <http://www.sc.gov.br/webfazenda/>

#### 2.4.4. Do potencial de arrecadação do ICMS em SC

A Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina publicou, em fevereiro de 1998, um estudo denominado “Estimativa do Potencial de Arrecadação do ICMS em Santa Catarina”<sup>66</sup>, que buscou determinar o potencial de arrecadação de ICMS no Estado.

O estudo foi desenvolvido pela Gerência de Programação, Acompanhamento e Controle da Secretaria da Fazenda.

Para melhor compreensão do assunto, retiramos do estudo o seguinte:

*“Para determinação da alíquota efetiva do imposto de cada uma das empresas, selecionamos 33.213 do regime normal de pagamento e desta amostra, eliminamos todas as ocorrências que apresentam margem bruta de vendas inferior a 20% (estimou-se esta margem como a mínima para uma empresa operar normalmente) e todas aquelas com dados inconsistentes, resultando uma amostra de 8.101 empresas. Calculados o valor do ICMS creditado e o valor do ICMS debitado para cada uma das empresas, chegou-se ao ICMS devido no ano. Este, dividido pela Receita Bruta do ano, resultou na alíquota efetiva. Para o cálculo da alíquota efetiva média, totalizamos a alíquota efetiva de todas as empresas por atividade econômica e a dividimos pelo número de ocorrências. Esta operação gerou uma tabela com o número de ocorrências, a alíquota média calculada e a margem bruta média sobre as compras para cada atividade econômica. A tabela encontra-se na primeira parte do relatório.*

##### **Potencial de Arrecadação - método I**

*Para estimar o valor da arrecadação do imposto pelo método I, calculamos o percentual sobre as vendas, recolhido por cada empresa no exercício de 1996. A seguir, o comparamos com a alíquota efetiva média do setor. Se o valor percentual foi maior do*

---

<sup>66</sup> SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Fazenda. *Estimativa do Potencial de Arrecadação do ICMS em Santa Catarina*. Florianópolis, Fev/98.

que a alíquota efetiva média, assumimos o valor recolhido pela empresa no exercício. Se o valor foi maior, calculamos a diferença entre o percentual recolhido e a alíquota efetiva média, em percentagem, e a aplicamos sobre o valor recolhido pela empresa, encontrando-se assim o potencial teórico de arrecadação da mesma. Para as empresas do setor exportador e aquelas sujeitas à substituição tributária, usamos o valor do imposto recolhido no ano. As empresas cujo recolhimento foi zero em 1996 (Microempresas e firmas com saldo credor, por exemplo) não foram consideradas nesta metodologia.

Este método levou-nos a um potencial de arrecadação de **2.884.087.186 UFIRs/ano**, para uma receita efetiva de **2.253.891.863 UFIRs**, uma expectativa potencial de 27,96%, média mensal de 240.340.598 UFIRs. Considerando o valor da UFIR média de 1996 em 0,8567, temos o valor de R\$ **205.899.790**, por mês.

### **Potencial de Arrecadação - método II**

Para estimar o valor da arrecadação do ICMS pelo método II, inicialmente determinamos a receita bruta calculada, utilizando-se as entradas declaradas mais a margem média de marcação de cada atividade econômica. A seguir, aplicamos a alíquota média calculada sobre esta receita bruta resultando assim um potencial de arrecadação de **3.365.345.317 UFIRs**, superior em 49,31% sobre a receita efetivada em 1996, ou seja, uma estimativa potencial mensal de **280.445.443 UFIRs** ou R\$ **240.257.611**. Foram considerados como corretos os valores relativos à substituição tributária, bem como daquelas empresas cuja receita bruta declarada na DIEF superou a receita calculada. Nesta metodologia consideramos todas as empresas ativas que apresentaram a DIEF em 1996, pelo fato consideramos o valor do potencial de arrecadação, o mais correto.

Ambos os métodos são passíveis de falhas, principalmente pela falta de confiabilidade nas informações declaradas pelas empresas na DIEF. Deixamos claro, que todo o trabalho é baseado em médias para cada uma das atividades. Assim sendo, aquelas onde o número de ocorrências foi maior, certamente o resultado está mais próximo da realidade.

Evidentemente, um dos motivos que impedem o aumento da arrecadação em Santa Catarina é a sonegação fiscal.

É o próprio estudo que diz, em certa altura, que “a grande maioria dos estabelecimentos inscritos como microempresas e empresas de pequeno porte, estão enquadradas irregularmente no benefício, em virtude da omissão de receitas. Ou seja, vendas realizadas sem nota fiscal”.

Ocorre, porém, que o referido estudo aponta apenas a “estratégia mais comum de sonegação” que é a circulação de mercadorias e a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações, sem cobertura de documento fiscal.

É sabido que existem outras tantas formas de sonegação fiscal do ICMS, como já foi dito.

É válido perguntar, assim, pela análise do referido estudo, num primeiro momento, com quem está a diferença do potencial do ICMS que poderia ser arrecadada, da efetivamente recolhida aos cofres estaduais. Não seria errada a resposta: possivelmente, nas mãos dos sonegadores.

## CAPÍTULO III

### O DANO SOCIAL COMO CONSEQUÊNCIA DA SONEGAÇÃO FISCAL DO ICMS

#### 3.1. Estado, Governo e Administração Pública: breves abordagens

Ensina Meirelles<sup>67</sup>:

*“que o estudo da Administração Pública em geral, compreendendo sua estrutura e as suas atividades, deve partir do conceito de Estado, sobre o qual repousa toda a concepção atual de organização e de funcionamento dos serviços públicos a serem prestados aos administrados.*

*A respeito do conceito de Estado, diz que o conceito varia segundo o ângulo em que é considerado. Do ponto de vista sociológico é corporação territorial dotada de um poder de mando originário (Jellinek); sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com potestade superior de ação, de mando e de coerção (Malberg); sob o prisma constitucional, é pessoa jurídica territorial soberana (Biscaretti di Ruffia).*

*Na conceituação do nosso Código Civil, o Estado é pessoa jurídica de Direito Público Interno (Art. 14, I).*

*Como ente personalizado, o Estado tanto pode atuar no campo do Direito Público como no do Direito Privado, mantendo sua única*

---

<sup>67</sup> MEIRELLES, Ely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo : Malheiros, 1997, p. 55.



*personalidade de Direito Público, pois, segundo Ruffia<sup>68</sup>: “a teoria da dupla personalidade do Estado acha-se definitivamente superada”.*

Retiramos ainda de Meirelles<sup>69</sup>:

*“que o Estado é constituído de três elementos originários e indissociáveis: Povo, Território e Governo soberano; e que se entende por Soberania o poder absoluto, indivisível e incontrastável de organizar-se e de conduzir-se segundo a vontade livre de seu Povo e, de fazer cumprir as suas decisões inclusive pela força, se necessário”.*

A vontade estatal se apresenta e se manifesta através dos Poderes de Estado: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si e com funções reciprocamente indelegáveis (CF, Art. 2º).

Assim, a organização do Estado é matéria constitucional no que concerne à forma de Governo, ao modo de investidura dos governantes, aos direitos e garantias dos administrados.

Através da legislação complementar e ordinária, surge a organização administrativa das entidades estatais, de suas autarquias e entidades paraestatais, instituídas para a execução desconcentrada e descentralizada de serviços públicos e obras públicas, objeto do Direito Administrativo e das modernas técnicas de administração.

Dessa forma, em nossa federação, as entidades estatais com autonomia política, administrativa e financeira são a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios. Organizado o Estado, é

<sup>68</sup> RUFFIA, Paolo Biscoetti di. *Apud* MEIRELLES, Hely Lopes. Op. cit., p. 56.

<sup>69</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Op. cit., p. 56.

organizada a Administração, com a estruturação legal das entidades e órgãos que irão desempenhar as funções, através de agentes públicos.

Nesse sentido, de acordo, novamente, com Meirelles<sup>70</sup>:

*“Nesse campo estrutural e funcional do Estado atua o moderno Direito Administrativo organizatório, auxiliado pelas contemporâneas técnicas de Administração, aquele estabelecendo o ordenamento jurídico dos órgãos, das funções e dos agentes que irão desempenhá-las e estas informando sobre o modo mais eficiente e econômico de realizá-las em benefício da coletividade.*

*O Direito Administrativo impõe as regras jurídicas de organização e funcionamento do complexo estatal; as técnicas de administração indicam os instrumentos e a conduta mais adequada ao pleno desempenho das atribuições da Administração”.*

Depreende-se pela lição do referido mestre, que o Direito Administrativo organizatório e as contemporâneas técnicas de Administração, embora diferentes, devem coexistir em toda a organização estatal, autárquica, fundacional e paraestatal.

Alerta, também, o saudoso mestre que os termos Governo e Administração são muitas vezes confundidos, embora expressem conceitos diversos nos vários aspectos em que se apresentam.

Explica Meirelles:<sup>71</sup>

*“Governo - em sentido formal, é o conjunto de Poderes e órgãos constitucionais; em sentido material, é o complexo de funções estatais básicas; em sentido operacional, é a condução política dos negócios públicos (...). A constante, porém, do Governo é a sua expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente.*

*Administração Pública - em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do Governo; em sentido material, é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos*

<sup>70</sup> MEIRELLES, Ely Lopes. Op. cit., p. 59.

<sup>71</sup> Ibid, p. 61.

*em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade (...)*

*A Administração não pratica atos de governo; pratica, tão-somente, atos de execução, com maior ou menor autonomia funcional, segundo a competência do órgão e de seus agentes”.*

Conclui-se que o Governo e a Administração, como criações abstratas da Constituição e das leis, atuam por intermédio de suas entidades, de seus órgãos e de seus agentes.

Feitas essas considerações gerais sobre o Estado, Governo e Administração Pública, passa-se, de imediato, a rápidas ponderações sobre os “agentes políticos”, espécie do gênero agentes públicos.

Inicialmente, deve-se dizer que não há uniformidade de pensamento entre os publicistas na conceituação dos agentes políticos.

Para Meirelles<sup>72</sup>:

*“Agentes políticos são os componentes do Governo nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação para o exercício de atribuições constitucionais. Esses agentes atuam com plena liberdade funcional, desempenhando suas atribuições com prerrogativas e responsabilidades próprias, estabelecidas na Constituição e em leis especiais (...)”*

Para Mello<sup>73</sup>:

*“Agentes políticos são titulares dos cargos estruturais à organização política do País, isto é, são os ocupantes dos cargos que compõem o arcabouço constitucional do Estado e, portanto, o esquema fundamental do poder.*

*Sua função é a de formadores da vontade superior do Estado. São, portanto, agentes políticos apenas o Presidente da República, os Governadores, os Prefeitos e respectivos auxiliares imediatos*

<sup>72</sup> Ibid, p. 72.

<sup>73</sup> MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Apud PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Direito Administrativo. São Paulo : Atlas, 1997, p. 353/354.

*(Ministros e Secretários dos diversos postos), os Senadores, os Deputados e os Vereadores”.*

Esta última conceituação é a preferida por Maria Sylvia Zanella di Pietro. Acrescenta ela<sup>74</sup>:

*“a idéia de agente político liga-se, indissociavelmente à de governo e à função política, a primeira dando idéia de órgão (aspecto subjetivo) e, a segunda, de atividade (aspecto objetivo)”.*

Entende a autora que essas funções políticas ficam a cargo dos órgãos governamentais ou governo propriamente dito e se concentram, em sua maioria, nas mãos do Poder Executivo e, em parte, nas mãos do Legislativo. No nosso país, a participação do Poder Judiciário, praticamente, inexistente em decisões políticas, pois sua função se restringe quase que exclusivamente à atividade jurisdicional, sem grande poder de influência na atuação política do Governo, a não ser pelo controle *a posteriori*.

A autora estende o mesmo pensamento aos membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas. O primeiro, diz ela, exercendo uma das funções essenciais à justiça, ao lado da Advocacia Geral da União, da Defensoria Pública e da Advocacia, e o segundo, a função de auxiliar o Legislativo no controle da Administração.

Na verdade, as referidas instituições, nas suas atribuições constitucionais, não participam, direta ou indiretamente, das decisões governamentais, não bastando o exercício de atribuições constitucionais para que se considere como agente político aquele que as exerce.

---

<sup>74</sup> PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. Op. cit., p. 354.

Conclui a respeito, Pietro<sup>75</sup>, confirmando Mello:

*“São, portanto, agentes políticos, no direito brasileiro, apenas os Chefes dos poderes Executivos federal, estadual e municipal, os Ministro e Secretários de Estado, além de Senadores, Deputados e Vereadores.*

*A forma de investidura é a **eleição**, salvo para Ministros e Secretários, que são de livre escolha do Chefe do Executivo e providos em cargos públicos mediante **nomeação**.”*

Levando-se em consideração que a Federação compreende também o Município, como entidade estatal, com autonomia política, administrativa e financeira, pode-se incluir, entre os agentes políticos enumerados por Pietro, os Secretários Municipais.

Sabe-se que o poder-dever de agir do agente político e/ou administrativo público tem o significado de “dever” para com a população no sentido de que quem o detém está sempre na obrigação de exercitá-lo. O não exercício desse “dever” importa em liberalidades com o direito alheio, e o Poder Público, personalizado nos governantes, não pode ser instrumento de cortesias administrativas.

No caso em questão - a sonegação do ICMS - como sendo desvio de dinheiro pago pela população ao Estado, para a realização de obras e a prestação de serviços públicos bem como para o seu próprio custeio, tem que ser fiscalizada e combatida pelo Governo por decisão dos seus governantes, porque ele existe para exercer essa função em nome do povo.

---

<sup>75</sup> Ibid, p. 354.

Apreciados, mesmo que rapidamente, o Estado, o Governo e a Administração Pública, na sua estrutura e organização, passa-se à apreciação da “administração como atividade jurídica”, dando-se o seu conceito, a sua natureza e os seus fins, segundo Meirelles<sup>76</sup>:

*“Administração Pública é a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual e municipal, segundo os preceitos do Direito e da Moral, visando ao bem comum.*

*A natureza da administração pública é a de um múnus público para quem a exerce, isto é, de um encargo de defesa, conservação e aprimoramento dos bens, serviços e interesses da coletividade.*

*Os fins da administração pública resumem-se num único objetivo: o bem comum da coletividade administrada”.*

Entende-se, de acordo com o citado mestre, que a palavra *administração* traz em si a idéia oposta a de propriedade, ou seja, indica a atividade daquele que gere interesses alheios, muito embora o proprietário seja, na maioria das vezes, o próprio administrador de seus bens e interesses. Assinale-se que os termos *administração* e *administrador* importam sempre a idéia de zelo e conservação de bens e interesses, enquanto que as expressões *propriedade* e *proprietário* trazem apenas a noção de disponibilidade e alienação.

No tocante ao *múnus público*, pode-se dizer que, ao ser investido em cargo ou função pública, o agente assume para com a população o compromisso de bem servi-la, porque outro não é o seu desejo, como legítima destinatária dos serviços e obras públicas.

---

<sup>76</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Op. cit., p. 79.

Por último, quando o administrador público se afasta do propósito de atingir com plenitude o bem comum, trai o mandato de que está investido, porque o povo não institui a Administração Pública senão como meio de atingir o seu bem-estar.

Nesse sentido, para se continuar no raciocínio, retiramos de Pasold<sup>77</sup>:

*“tendo como referente a Retórica Constitucional, e por acordo semântico, podemos precisar o Estado Contemporâneo como aquele que assume formalmente na sua Lex Fundamentalís um compromisso com a Sociedade toda e, em virtude disto, disciplina a Ordem Econômica e, Social, além de expressar os direitos e garantias fundamentais e organizar os poderes públicos de modo a realizar o Interesse Coletivo”.*

Entende Pasold<sup>78</sup> que o Estado contemporâneo, ao assumir o Discurso Constitucional voltado ao disciplinamento da Ordem Econômica e Social para a efetivação do Interesse Coletivo, tem que estar comprometido com o exercício de uma Função Social, cuja destinação moderna é a Justiça Social.

Entende, também, o referido autor, que a Justiça Social não se realiza sem a Justiça Econômica. Por outro lado, diz ele, o aparelho institucional do Estado deve ser organizado e operacionalizado de forma a que -

---

<sup>77</sup> PASOLD, Cesar Luiz. A Função Social do Estado Contemporâneo e a Administração Tributária: Reflexões Iniciais. In: BORGES FILHO, Nilson (org.). Direito, Estado, Política e Sociedade em Transformação. Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris, 1995, p. 17.

<sup>78</sup> Ibid, p. 17.

dotado adequadamente dos recursos humanos e financeiros - possa cumprir eficazmente a sua Função Social.

Mas, para que isso ocorra, a Tributação - que é a tradicional via de carreamento de recursos financeiros para o Estado - deve merecer um novo tratamento legitimado e revigorado no plano jurídico, político e organizacional.

A respeito dos conceitos de Direito, de Estado e de Governo, resumimos de Dallari:<sup>79</sup>

*“Qual o indivíduo, seja qual for a sua profissão, seu nível de cultura, sua situação econômica ou familiar, que não tem direitos e que não exerce muitos de seus direitos diariamente?”*

*Esse exercício de direitos, entretanto, ocorre inconscientemente e só é percebido quando surgem condições negativas, isto é, quando se nega um direito ou se impede o seu exercício.*

*Só então é que o prejudicado percebe que tinha direitos e que, muitas vezes, não os resguardou convenientemente. Esse resguardo insuficiente, culposos, ocorre, por exemplo, quando alguém se mantém indiferente ante a ofensa aos direitos de outrem. Com essa atitude de indiferença, quase sempre inspirada por um comodismo egoísta, está permitindo e até estimulando a negação de todos os direitos, inclusive dos seus.*

*É bem óbvia essa consequência e, no entanto, poucas pessoas têm consciência disso. Quanto ao Estado, a maioria das pessoas tem comportamento oposto ao que deveria ter. No século passado, por influência do liberalismo, o Estado era considerado um mal necessário, mas sempre um mal. Era o Estado o grande inimigo, sempre ameaçando os direitos individuais e, por isso, merecendo o maior desprezo. Já na passagem do século, a situação de fato é bem diferente, pois a revolução industrial fora propícia à formação de poderosos grupos econômicos, que influíram na vida social mais do que o próprio Estado. Este, para proteger os direitos individuais bem como para melhorar as condições de vida dos grandes aglomerados humanos que se formavam, criando e mantendo serviços que os grupos econômicos não tinham interesse em realizar, passou a estender e a aprofundar sua atuação. Essa participação maior do Estado foi sendo, de início, tolerada, e, posteriormente, exigida, verificando-se agora que ninguém admite a omissão do Estado no encaminhamento e na solução dos grandes*

<sup>79</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. O Renascer do Direito. São Paulo : Saraiva, 1996, p. 11/14.



*problemas sociais. E os grupos que antes se opunham à interferência do Estado na vida social, sentindo agora que essa interferência é inevitável e, dependendo das circunstâncias, pode até ser-lhes útil, mudaram a orientação, passando a procurar dirigir o Estado e a fazer com que os seus interesses de grupo se confundam com os interesses do Estado. Tudo isso leva o Estado a se comportar de maneira diversa, em qualquer meio social. E, no entanto, apesar dessa mudança radical de comportamento, muitas pessoas ainda não tomaram consciência de que, sendo necessária a presença do Estado, é melhor que todos participem dele, pois este é o único meio de evitar que um organismo tão poderoso fique a serviço de pequenos grupos”.*

Mesmo assim, as pessoas que dependem do Estado continuam a desprezá-lo, como algo de que não fazem parte, permitindo, com essa indiferença, a possibilidade do surgimento de oportunistas e ousados donos de Estados.

Com o Governo, ocorre também um paradoxo, fruto da inconsciência: embora todos reconheçam que o governo seja necessário, poucos se dão conta das razões pelas quais ele é necessário.<sup>80</sup> Os povos não se dão conta de que não podem gerir diretamente seus próprios interesses (comuns) e que o governo existe, justamente, como um “instrumento” para exercer essa função em nome do povo.

Os governantes deveriam entender que o governo deve atuar segundo a vontade do povo e, por essa razão, deve ser subordinado e obediente a esse mesmo povo. Entretanto, percebe-se que a maioria das pessoas demonstra um entendimento contrário, isto é, considera normal que o governo pense por elas, decida por elas, e lhe imponha sua vontade, sem fundamentar e/ou justificar as suas decisões.

---

<sup>80</sup> Ibid, p. 12.

Essa inconsciência acaba gerando um sentimento de impotência e de submissão dos governados, mesmo sendo eles os que escolhem os governantes.

Por isso as noções básicas de Direito, Estado e Governo (inclusive Administração Pública) interessam a todos, para que não sejam reduzidos à condição de autômatos, sem participação no estabelecimento e na gestão de seus interesses fundamentais.

Indaga ainda Dallari: “qual a melhor contribuição para esse despertar de consciência ou para o seu estímulo?”<sup>81</sup>. Alerta ele que os politicólogos e os juristas tiveram reduzida a sua capacidade de influência, na medida em que se tornaram mais especialistas, com uma linguagem só entendida pelos iniciados, com destaque do estudo e dos conceitos abstratos, muito distanciados da realidade. Faz-se assim necessária a retomada dessa influência, com o objetivo de se acentuarem os problemas concretos, numa linguagem simples e direta, que revele as idéias em lugar de ocultá-las como condição para auxiliar os homens a terem os olhos abertos para tudo o que ocorre à sua volta.

---

<sup>81</sup> Ibid, p. 13.

### **3.2. O Administrador Público: garantias constitucionais e o poder-dever de agir.**

Considerando a Administração Pública, segundo Meirelles,<sup>82</sup> a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade no âmbito federal, estadual e municipal segundo os preceitos do direito e da moral visando ao bem comum deduz-se que visar ao bem comum, nada mais é do que o oferecimento de obras e serviços públicos pelo Estado, através da Administração Pública, como dever do Governo.

Entretanto, não se pode esquecer que o Governo e a Administração, segundo Meirelles<sup>83</sup>, como criações abstratas da Constituição e das leis, “atuam por intermédio de suas entidades (pessoas jurídicas), de seus órgãos (centros de decisão) e de seus agentes (pessoas físicas investidos em cargos e funções)”.

Pelo propósito deste trabalho, deixa-se de enfocar com mais detalhes as entidades e órgãos públicos, para perquirir sobre os agentes, ou seja, as pessoas físicas investidas em cargos e funções públicos, notadamente nos agentes políticos, detentores do poder de decisão na Administração Pública, responsáveis por uma boa, regular ou má gestão administrativa do Governo,

---

<sup>82</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Op. cit., p. 79.

<sup>83</sup> Ibid, p. 61.

porque, segundo Meirelles<sup>84</sup>, “agente é a pessoa real, que infunde vida, vontade e ação a essas abstrações legais”.

Nesse sentido, diz Hely Lopes Meirelles<sup>85</sup> que, em doutrina, os agentes políticos têm plena liberdade funcional, equiparável à independência dos juízes nas suas decisões, ficando a salvo de responsabilização civil por seus eventuais erros de atuação, a menos que tenham agido com culpa grosseira, má-fé ou abuso de poder.

Verdadeiramente, a situação dos que governam - e decidem - é bem diferente daqueles que administram e executam encargos técnicos e profissionais, sem responsabilidade de decisão e de opções políticas; por isso, aos agentes políticos é dada ampla liberdade funcional e maior resguardo para o desempenho de suas funções.

Nessa direção, afirma Meirelles<sup>86</sup>:

*“As prerrogativas que se concedem aos agentes políticos não são privilégios pessoais; são garantias necessárias ao pleno exercício de suas altas e complexas funções governamentais e decisórias. Sem essas prerrogativas funcionais os agentes políticos ficariam tolhidos na sua liberdade de opção e de decisão, ante o temor de responsabilização pelos padrões comuns da culpa civil e do erro técnico a que ficariam sujeitos os funcionários profissionalizados.”*

Por outro lado, não se podem deixar de consignar, pelo propósito do tema em estudo, os poderes e deveres do Administrador Público.

---

<sup>84</sup> Ibid, p. 71.

<sup>85</sup> Ibid, p. 73.

<sup>86</sup> Idem, Ibidem.

De acordo com Hely Lopes Meirelles<sup>87</sup>, os poderes e deveres do administrador público são os expressos em lei, os impostos pela moral administrativa e os exigidos pelo interesse da coletividade.

Dentre eles, pela pertinência do tema, aborda-se o poder-dever de agir como sendo o **poder** que tem para o agente público o significado de **dever** para com a comunidade, no sentido de que quem o detém está sempre na obrigação de exercitá-lo. Por conseguinte, a competência do administrador público, revestindo ao mesmo tempo o cunho de dever, é insuscetível de renúncia pelo seu titular. Por não ser assim, importa em liberalidades com o direito alheio, embora o Poder Público não possa ser instrumento, repita-se, de cortesias administrativas.

Feita essa consideração geral, vejamos, também, mesmo que rapidamente, dentre os principais deveres do administrador público: o de eficiência e o de probidade.

O dever de eficiência é, segundo Hely Lopes Meirelles,<sup>88</sup> “o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional”.

No dizer do referido mestre, é o mais moderno princípio da função administrativa, já não se contentando em ser desempenhado apenas com

---

<sup>87</sup> Ibid, p. 88/89.

<sup>88</sup> Ibid, p. 90.

legalidade e exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros.

O dever de probidade está constitucionalmente integrado à conduta da administração pública como elemento necessário à legitimidade de seus atos.

Vistos esses princípios constitucionais regentes dos órgãos, os agentes e as entidades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado, que são o bem comum do seu povo, é de se perguntar: até onde vai ou pode ir a conduta diversa do administrador público?

Se lhe são dadas garantias necessárias ao pleno exercício de suas altas e complexas funções governamentais e decisórias, também lhe são impostos certos deveres a serem cumpridos.

Foi dito, mas é bom repetir, que os agentes e/ou administradores públicos têm plena liberdade funcional, ficando a salvo de responsabilização civil por seus eventuais erros de atuação, a menos que tenham agido com culpa grosseira, má-fé ou abuso de poder.

Levantam-se essas questões para, justamente, relacioná-las com o propósito do tema que está sendo tratado, que é a sonegação fiscal do ICMS e os danos sociais por ela causados.

Para isso, parte-se do raciocínio lógico (e simples), dizendo-se que a sonegação fiscal do ICMS em Santa Catarina ficou plenamente demonstrada no item 2.4.

Diante disso, torna-se difícil entender e até mesmo imaginar, qual ou quais são as razões da visível ausência de medidas específicas por parte do Poder Executivo para combater e/ou diminuir a sonegação do ICMS em nosso Estado, através da Secretaria de Estado da Fazenda.

Insiste-se em falar no Poder Executivo, porque é este que tem a função precípua de aplicar a lei ao ato individual e concreto. Neste sentido, cabe lembrar que a atividade de cobrança do tributo – envolvendo a fiscalização e o controle – é atividade administrativa vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.<sup>89</sup>

O Poder Legislativo, a bem da verdade, só indiretamente influi na administração do Estado, visto que a sua função precípua é a elaboração da lei (função normativa).

Entretanto, cabe-lhe também, por prerrogativa constitucional, a fiscalização e o controle dos atos administrativos dos órgãos dos poderes Executivo e Judiciário, incluídos os das entidades da administração indireta e do Tribunal de Contas<sup>90</sup>

---

<sup>89</sup> Conforme o parágrafo único do artigo 142 do C.T.N.

<sup>90</sup> SANTA CATARINA. Constituição 1989. Art. 40, item XI. Florianópolis, Assembléia Legislativa, IOESC, 1989.

Embora se saiba que, pelo ordenamento jurídico e administrativo vigente, a responsabilidade pelos encaminhamentos e/ou procedimentos e ações no combate à sonegação do ICMS repousa no Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Fazenda, o Poder Legislativo poderia cobrar a efetivação dessas medidas.

Cabe frisar que as ações mais incisivas no combate à sonegação fiscal do ICMS são decisões governamentais. Centram-se nos agentes políticos e/ou nos administradores públicos.

Por isso é prudente isentar os órgãos e os agentes administrativos de certas ações ou omissões, já que lhes falta o poder de decisão.

Para melhor compreensão, veja-se, de acordo com Meirelles,<sup>91</sup> os conceitos de órgãos públicos e agentes administrativos. Ei-los:

*“Órgãos públicos - são centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem (...).*

*Agentes administrativos - são todos aqueles que se vinculam ao Estado ou às suas entidades autárquicas e fundacionais por relações profissionais, sujeitos à hierarquia funcional e ao regime jurídico único da entidade estatal a que servem (...).*

De acordo com o citado mestre, pode-se ampliar o conceito de órgãos públicos, acrescentando-se que eles são unidades de ação com

---

<sup>91</sup> Ibid, p. 63 e 74.



atribuições específicas na organização estatal. Portanto, os órgãos integram a estrutura do Estado e das demais pessoas jurídicas como partes desses corpos vivos, dotados de vontade e capacidade de exercer e contrair obrigações para a consecução de seus fins institucionais; por isso, os órgãos não têm personalidade jurídica nem vontade próprias, que são atributos do corpo e não das partes.

É importante frisar que os agentes administrativos, não são membros de Poder do Estado, nem o representam, nem exercem atribuições políticas ou governamentais. São unicamente servidores públicos, com maior ou menor hierarquia, encargos e responsabilidades profissionais dentro do órgão ou da entidade a que servem, conforme o cargo ou a função em que estejam investidos.

Complementando as referências anteriores, se fazem necessárias rápidas considerações sobre o poder hierárquico, assim entendido, de acordo com Meirelles<sup>92</sup>, como sendo aquele de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

---

<sup>92</sup> Ibid, p. 105.

Portanto, hierarquia é a relação de subordinação existente entre os vários órgãos e agentes do Executivo, com a distribuição de funções e a gradação da autoridade de cada um.

Denota-se, então, que dessa conceituação resulta que não há hierarquia no Poder Judiciário e no Poder Legislativo, nas suas funções próprias, pois ela é privativa da função executiva, como elemento típico da organização e ordenação dos serviços administrativos.<sup>93</sup>

Dessa forma, não se podem compreender as atividades do Executivo sem a existência de hierarquia entre os órgãos e agentes que as exercem, pois o poder hierárquico tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, no âmbito interno da Administração Pública.

Assim sendo, pela hierarquia, se impõe ao subalterno a estrita obediência das ordens e instruções legais e superiores e se define a responsabilidade de cada um.

É importante salientar que, de acordo com as normas vigentes, as determinações superiores devem ser cumpridas fielmente, sem ampliação ou restrição, a menos que sejam manifestamente ilegais.

Nesse sentido, escreve ainda o mestre Meirelles<sup>94</sup>:

---

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>94</sup> *Ibid*, p. 106.

*“A submissão hierárquica retira do inferior a atuação política, isto é, despo o subordinado da ação de comando, permitindo-lhe, tão somente, agir no estrito âmbito de suas atribuições específicas. Ao chefe do órgão executivo é que incumbe tomar as resoluções políticas, no sentido da escolha do objeto, dos meios e da oportunidade mais conveniente à consecução dos fins governamentais, que devem tender sempre para o bem comum”.*

Sabe-se que o poder de polícia é uma das mais importantes atribuições da Administração Pública. O Código Tributário Nacional<sup>95</sup>, no artigo 78, define o poder de polícia como:

*“a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais e coletivos”.*

A par desse conceito legal, pode-se conceituar essa atribuição como sendo aquela de que dispõe a Administração Pública para regular o uso, o gozo e disposição da propriedade e o exercício da liberdade dos administrados no interesse público ou social.

É de se destacar a ênfase dada, atualmente, pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais “ao poder de polícia”, exercido sobre as mais variadas matérias, dentre outras, sobre as ações de caça e pesca, de diversões públicas, de pesos e medidas e de trânsito, através do incremento efetivo da fiscalização e de permanentes campanhas de conscientização pelos meios de comunicação, respaldadas no interesse público.

---

<sup>95</sup> BRASIL. Código Tributário Nacional. São Paulo : Saraiva, 196, p. 39.

É de se notar, no entanto, que, a respeito da “sonegação fiscal”, pouco ou quase nada se vê, tanto da Administração, como da mídia.

Combater a sonegação fiscal, como é preciso, se constitui, aparentemente, numa ofensa ao contribuinte e ao povo. Se é certo que a população tem que ser protegida de todos os ilícitos e/ou delitos, também deve sê-lo da sonegação fiscal.

### **3.3. Os Danos Sociais visíveis e invisíveis provocados pela sonegação fiscal do ICMS.**

Já ficou demonstrado que o objetivo do Estado é o bem comum. Convém lembrar que a nossa Federação compreende a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios.

Compete a essas entidade estatais, dentro de suas atribuições constitucionais privativas e concorrentes entre si, promoverem o bem comum, através de obras e serviços públicos.

A par das lições de Meirelles<sup>96</sup>, entende-se que a atribuição da Administração Pública é oferecer utilidades aos administrados, não se justificando sua presença senão para prestar serviços à população.

---

<sup>96</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. Op. cit. p. 297.

Tais serviços podem ser essenciais ou úteis ao povo, fazendo-se necessária a distinção entre serviços públicos e serviços de utilidade pública; aqui, em sentido genérico e amplo, quando se fala em serviço público, abrangem-se ambas as categorias.

Embora o conceito de serviço público não seja uniformizado na doutrina, porque varia e flutua de acordo com as necessidades e contingências políticas, econômicas, sociais e culturais de cada comunidade, em cada momento histórico, segundo os modernos publicistas, retira-se o de Hely Lopes Meirelles como sendo “aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado”<sup>97</sup>.

Segundo o mencionado autor, os serviços públicos se classificam em:

- *Serviços públicos propriamente ditos, que são aqueles prestados à comunidade, diretamente pela Administração Pública, por reconhecer sua essencialidade e necessidade para a sobrevivência do grupo social e do próprio Estado. São considerados privativos do Poder Público, porque geralmente exigem atos de império e medidas compulsórias em relação aos administrados. São exemplos desses serviços, os de defesa nacional, os de polícia, os de preservação da saúde pública;*
- *Serviços de utilidade pública são aqueles que a Administração, reconhecendo a sua conveniência para a coletividade, presta-os diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros. São exemplos dessa modalidade os serviços de transporte coletivo, energia elétrica, gás, telefone.*

---

<sup>97</sup> Ibid, p. 297/307.

Outra classificação distingue os serviços próprios do Estado e os serviços administrativos:

- *Serviços próprios do Estado são aqueles que se relacionam intimamente com as atribuições do Poder Público. Por esta razão, só devem ser prestados por órgãos ou entidades públicas, por usar a Administração de sua supremacia sobre os administrados. São esses serviços geralmente gratuitos ou de baixa remuneração, para que fiquem ao alcance de toda a população. São exemplos desses serviços os de segurança, de polícia, de higiene e saúde pública, etc.*
- *Serviços administrativos são aqueles que a própria Administração executa para atender às suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público. São exemplos: imprensa oficial, das estações experimentais e outras dessa natureza;*
- *Serviços gerais ou uti universi são aqueles que a Administração presta sem ter usuários determinados, para atender à coletividade no seu todo, como os de polícia, iluminação pública, calçamento e outros dessa espécie. Esses serviços, por satisfazerem indiscriminadamente a população, considerados indivisíveis, isto é, não mensuráveis na sua utilização, devem ser proporcionados e mantidos com a receita geral dos impostos e não por outra espécie tributária;*
- *Serviços individuais ou uti singuli, são os que têm usuários determinados e utilização particular e mensurável para cada destinatário, como ocorre com o telefone, a água e a energia elétrica domiciliar, que devem ser remunerados por taxa (tributo) ou tarifa (preço público) e não por imposto.*

É importante destacar, conforme o citado autor, os requisitos do serviço público ou de utilidade pública, sintetizados em cinco princípios, a saber:

- a) o princípio da **permanência** impõe continuidade no serviço;
- b) o da **generalidade** impõe serviço igual para todos; c) o da **eficiência** exige

atualização do serviço; d) o da **modicidade** exige tarifas razoáveis; e) o da **cortesia** traduz-se em bom tratamento do público.

A repartição das competências, para a prestação de serviço público ou de utilidade pública pelas entidades estatais, se opera segundo critérios técnicos e jurídicos, de acordo com os interesses de cada esfera administrativa, a extensão e a natureza dos serviços e a capacidade para executá-los.

Dessa forma, cabe à União os que lhe são privativos (art. 21 da C.F.).

Ao Estado-membro, a competência para a prestação de serviços públicos não está discriminada constitucionalmente. No nosso sistema federativo, o constituinte enumerou as matérias reservadas à União e as de competência comum entre as entidades (Arts. 21 e 33), deixando as remanescentes para os Estados (Art. 25, § 1º).

Em consequência disso, não há como relacionar exaustivamente os serviços da alçada estadual, porque eles variam segundo as possibilidades do Governo e as necessidades da população. Dessa forma, por exclusão, pertencem ao Estado-membro todos os serviços públicos não reservados à União nem atribuídos ao Município pelo critério de interesse local. Nesse sentido, cabem ao Estado-membro os serviços e obras que ultrapassem os limites de um Município ou que afetem interesses regionais, e aqueles de

interesse geral, ou seja, quando não haja predominância do interesse local sobre o estadual.

Para o Município, a competência para organizar e manter serviços públicos está prevista no artigo 30 da Constituição Federal, tendo como princípio básico o interesse local. É bom consignar que interesse local não significa interesse exclusivo, porque não há interesse municipal que não seja, reflexamente, do Estado-membro e da União.

Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados-membros e Municípios, nos termos do art. 32, § 1º, da Constituição Federal.

Vistos os serviços públicos (e obras), que as entidades estatais têm ao seu encargo, para a consecução do bem comum, deve-se frisar que a população a eles tem direito.

Por outro lado, não se pode esquecer que eles são prestados dentro da disponibilidade financeira dessas entidades estatais. No exato momento em que faltarem recursos, eles são prestados parcialmente e até não prestados, aí ocorrendo o dano social entendido, a grosso modo, como dito anteriormente, como “a prestação parcial, quando não a falta de obras e serviços à população”.

Nessa linha de pensamento e por questão de dimensionamento e objetividade deste trabalho, retoma-se o seu sentido, dizendo-se que a sonegação fiscal do ICMS é uma das causas dos danos sociais.



Destaca-se que, com a sonegação fiscal do ICMS, recursos financeiros do Estado são desviados. São desviados, por extensão e participação, também dos Municípios, que do ICMS têm a participação em 25% (vinte e cinco por cento). A União também é atingida pela sonegação, porque, por exemplo, quando se sonega o ICMS por falta de emissão de documento fiscal, sonega-se também o IPI, o IRPJ e outras contribuições, tais como o PIS/PASEP, o CSLL e o COFINS.

Dessa forma, ocorrendo a sonegação fiscal do ICMS, se inicia uma negativa reação em cadeia com as entidades estatais. Diretamente, o Estado-membro recebe menos ICMS e, por sua vez, repassa menos aos Municípios. Indiretamente, o Estado-membro vê diminuída sua quota do Fundo de Participação dos Estados - FPE e os Municípios vêem sua quota do Fundo de Participação dos Municípios também diminuída e a própria União fica com os recursos também diminuídos.

Dessa negativa reação em cadeia, provocada pela sonegação fiscal, sem a preocupação de se categorizar e de se hierarquizar “os possíveis e visíveis danos sociais” e, também, sem a pretensão de esgotá-los, listam-se, a título de exemplo, os seguintes:

- Estrutura física e recursos materiais deficientes para a prestação de serviços públicos;

- A falta de recursos financeiros para a construção de obras públicas;

- Longos períodos sem reajuste salarial e atraso no pagamento dos vencimentos dos servidores;

- Precária assistência e previdência social;
- A pouca qualidade no ensino fundamental, médio e superior;
- A carência de dinheiro para a assistência jurídica aos necessitados;

- A inexistência de recursos para os programas de habitação popular;

- A inexpressiva atuação governamental voltada para as questões do saneamento básico;

- Os pobres recursos destinados à defesa e à preservação do meio ambiente;

- A má conservação das estradas e rodovias;
- Miseráveis e difíceis recursos para a educação especial (excepcionais);

- A escassez de recursos para a cultura, o lazer e o desporto.

Esses são alguns dos “danos sociais” visíveis que podem ser apontados como efeito da sonegação fiscal do ICMS.

Na verdade, parece que eles passam despercebidos pela grande maioria da população que não se detém em refletir sobre o assunto.

Eles são aceitos pela coletividade de forma pacífica, diante - parece ser uma das causas - do permanente discurso/explicação, feito diuturnamente pelos nossos governantes, que afirmam serem eles decorrentes da falta de recursos.

Ocorre, porém, que, ao lado desses problemas sociais, aqui denominados de danos sociais visíveis, que afetam diretamente a coletividade, que se vê privada de obras e serviços públicos, a sonegação fiscal provoca outros males, que aqui se denominam “danos sociais invisíveis”, talvez tão ou mais prejudiciais à população que aqueles.

Deoni Pellizzari<sup>98</sup>, ao se referir à “sonegação como forma de manutenção do poder político pelo poder econômico”, desdobra o tema em vários itens, dos quais transcrevem-se os seguintes:

- “*Manutenção do poder*”

*“Para onde vai o dinheiro da sonegação? Como é lavado todo esse dinheiro sujo, de modo que não levante suspeitas? Dentro da ótica dos sonegadores, uma das aplicações mais inteligentes é aquela que visa garantir o status quo: elegendo representantes confiáveis para o Poder Executivo e Legislativo”.*

Entende o autor que esses poderes são apresentados como soberanos, disputados com uma aparente democracia, objetivando um ar de

---

<sup>98</sup> PELLIZZARI, Deoni. Op. cit., p. 67/72.

legitimidade para os atos dos eleitos. É nessa disputa, dita democrática, que os tributos sonegados pela classe dominante ajudam, através de sustentações de campanhas eleitorais, o poder econômico a controlar o poder político e manter sob tutela toda a máquina estatal.

- “Caixa 2”:

*“Caixa 2 é o termo comumente usado para significar a movimentação de recursos não escriturados. É pelo caixa 2 que transita todo o dinheiro frio das empresas e dos empresários.*

O autor recorda que a elite econômica (os empresários) é a depositária dos tributos pagos pelos consumidores e a utilizadora desses tributos sonegados, para manter o controle político.

- “Caixinha”:

*“Caixinha é o termo usado para as contribuições que os empresários recolhem entre si para defenderem seus interesses. Ela é utilizada para diversas ações empresariais e, principalmente, para elegerem seus representantes”.*

Diz o autor que a defesa desses interesses, muitas vezes, é feita por vias não convencionais. Por isso, têm que esconder esses auxílios, usando de recursos não oficiais, que são justamente aqueles valores sonegados.

- “Disputa eleitoral”:

*“É público e notório que os empresários, em todas as eleições brasileiras, sustentam campanhas de políticos que os representam”.*

A esse respeito afirma o autor que, embora ocorra essa prática, não se encontra registro de recursos destinados a campanhas eleitorais. Deixa a seguinte pergunta: de onde vem todo esse dinheiro para custear campanhas bilionárias?

- “Favores Públicos”:

*"As empresas e os empresários colaboram com os 'caixinhas' dos políticos para, além de garantir os privilégios de classe dominante, conseguirem favores específicos para as suas empresas ou para si próprios".*

Percebe o autor que esses favores são muitos. Participar e ganhar licitações com alta lucratividade - não importa a obra ou o serviço que será feito, geralmente não prestando um bom serviço à população -; obter benefícios e incentivos fiscais; empréstimos subsidiados; doações de terrenos, anistias, etc.

Esses são alguns dos danos sociais sofridos pela população, que se tenta arrolar neste trabalho. Pode-se dizer que, pelos indicadores, não serão sanados tão cedo. Os poucos “agentes de mudanças e/ou formadores de opinião” sérios e preocupados com o bem comum são impotentes diante da força do dinheiro existente nas mãos daqueles “sonegadores de impostos”, completamente alheios e indiferentes à situação de seus semelhantes, vendo neles apenas uma boa e fácil massa de manobra.

Necessário se faz uma reflexão profunda, da qual resultem decisões voltadas ao combate à sonegação. Essa atitude, naturalmente, deve partir do governo, como o mais alto gerenciador da coisa pública.

A falta de uma fiscalização mais geral e rígida se constitui numa verdadeira afronta, não só à população como também àqueles empresários que recolhem os impostos em dia; àquela, porque fica privada de

obras e serviços públicos e a estes porque sofrem uma concorrência desleal em seus negócios.

Para que se diminuam os problemas e/ou danos sociais, um início de solução passa por uma fiscalização eficiente, que o Estado tem plenas condições de realizar.

### **3.4. O poder-dever do governo no combate à sonegação fiscal do ICMS.**

Procurou-se consignar, neste trabalho, a prática da sonegação fiscal do ICMS em Santa Catarina, através dos demonstrativos divulgados pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina.

As causas da sonegação fiscal foram listadas, bem como foi demonstrado como ela reduz a receita do Estado, dificultando-lhe, por falta de recursos que, através do Governo, ele possa atingir com plenitude, os seus objetivos.

Nesse sentido, preleciona César Luiz Pasold<sup>99</sup>:

*"a questão da tradicional via de carregamento de recursos financeiros necessários para que o Estado Brasileiro cumpra a sua Função Social e seja agente estimulador da Justiça Social e da*

---

<sup>99</sup> PASOLD, César Luiz. Op. cit., p. 17/18.

*Justiça Econômica, ou seja, a tributação e sua Administração, merece reflexão".*

E consigna o autor a retrospectiva fornecida por Falcão<sup>100</sup>:

*"Para desenvolver as atividades justificadoras do seu nascimento e de sua existência, o Estado não poderia abster-se da utilização de recursos, talvez, de início, preponderantemente humanos.*

*Com o passar do tempo, o caráter econômico desses recursos foi avultando, já que também crescia o leque de desempenho financeiro que se fazia necessário cumprir.*

*Para obtenção dos recursos possibilitadores de sua atividade financeira, teve o Estado que voltar-se para um outro aspecto que lhe é inerente: o império das suas decisões, a cogência do seu mando, a imposição de sua força. Viabilizam-se, de tal forma, em termos práticos, os tributos e, em virtude disso, a tributação. Chegava, assim, o Estado à fonte dos recursos que buscava.*

Entende Pasold<sup>101</sup> que, apesar da diversidade das comprovações e das reflexões sobre a crise de Estado, sobre as instabilidades econômicas, sobre a fraqueza do domínio estatal brasileiro, há consenso quanto ao ponto, de que a Tributação e a Administração Tributária são elementos estratégicos para a reversão positiva do quadro existente em nosso país.

Relativamente à Tributação se faz necessária uma revisão da tipologia tributária e de sua submissão a princípios adequados à graduação da capacidade contributiva; relativamente à Administração Tributária, são necessárias algumas medidas emergenciais como, por exemplo, a criação de grupos especiais contra a sonegação.

<sup>100</sup> FALCÃO, Bezerra. *Apud* PASOLD, Cesar Luiz. Op. cit., p. 18.

<sup>101</sup> PASOLD, César Luiz, Op. cit., p. 18.

É pertinente e relevante refletir sobre alguns questionamentos, tais como: Onde está a fiscalização? A fiscalização não faz nada? Os fiscais não ganham para isso?

Inicialmente, como diz Pellizzari<sup>102</sup>, os fiscais são funcionários públicos e desempenham suas funções, em conformidade com as determinações funcionais da administração central, de acordo com os planos políticos para o setor.

Por isso, a responsabilidade pelo combate à sonegação repousa nos governantes, que detêm o poder de decisão e não nos agentes fiscais que, como já foi dito, cumprem, em regra, determinações superiores.

Não resta dúvida de que uma "fiscalização mais eficiente" depende de uma política de Governo e não da fiscalização existente.

Retomando-se, nesse sentido, as considerações de Pasold<sup>103</sup>, percebe-se que são raras as manifestações sobre a adequada institucionalização dos órgãos aos quais está afeta a dinâmica da Administração Tributária, ou seja, o exercício da fiscalização/arrecadação.

Diante do problema (a sonegação), Pasold aponta dois cenários jurídico-políticos possíveis para a Administração Tributária, que são: 1º) manter-se jurídica e politicamente como hoje se encontra; 2º) buscar e

---

<sup>102</sup> PELLIZZARI, Deoni. Op. cit., p. 110/126.

<sup>103</sup> PASOLD, César Luiz. Op. cit., p. 19.



encontrar alternativa inovadora, viável juridicamente, para a melhoria de seu desempenho, proporcionando maior suporte financeiro para que o Estado Contemporâneo execute suas ações, necessárias à obtenção de melhor Justiça Social em nosso País. A opção por qualquer uma delas será, evidentemente, decorrência de uma decisão política.<sup>104</sup>

Sobre a manutenção da forma atual, destaca ele dois aspectos:

1º) atualmente, a Administração Tributária faz-se através de órgãos diretamente subordinados aos Chefes dos Poderes Executivos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais; 2º) os trabalhos fiscais sempre foram conduzidos, predominantemente, no sentido de combater a evasão fiscal *mediante a recuperação* dos tributos não recolhidos a seu tempo. Pondera o autor que a questão da mentalidade de recuperação, em detrimento da mentalidade preventiva, pode ser rápida e facilmente equacionada por decisões localizadas e imediatamente operacionalizadas.

A respeito do segundo cenário, defende ele a idéia de alçar a Administração Tributária à condição de Instituição Permanente, nos moldes básicos instituidores do Ministério Público, para deixá-la a salvo da ingerência dos governos, em relação à natural sazonalidade das tendências políticas de Chefes do Poder Executivo, por considerá-la uma atividade típica do Estado e não de Governo.

---

<sup>104</sup> Ibid, p. 19.

Analisando-se os cenários jurídico-políticos apontados, pode-se dizer que o segundo – o de alçar a Administração Tributária à condição de Instituição Permanente para deixá-la a salvo da ingerência dos governos - se constitui numa alternativa inovadora. Entretanto, considerando-se a cultura política, administrativa e tributária brasileira, ele até poderá concretizar-se, mas somente a longo prazo, em razão dos inúmeros e complexos encaminhamentos que serão exigidos para essa reforma constitucional e administrativa que, por certo, deverá encontrar resistências daqueles políticos e empresários interessados em que as coisas permaneçam como estão.

Na realidade, o fenômeno da sonegação persiste, trazendo os prejuízos sociais já expostos, que estão a exigir vontade política dos governantes para diminuí-la ou até mesmo eliminá-la, valendo-se dos instrumentos e mecanismos existentes dentro do atual cenário jurídico-político, de forma mais inteligente e eficaz.

Tem razão Pasold, quando diz que os trabalhos fiscais sempre foram conduzidos de modo predominante para o combate à evasão fiscal, mediante a recuperação dos tributos não recolhidos a seu tempo, em detrimento da mentalidade preventiva.

Ainda assim, em Santa Catarina<sup>105</sup>, a fiscalização recuperativa não atinge com plenitude o seu objetivo. É o que se pode deduzir do valor

---

<sup>105</sup> SANTA CATARINA, Boletim Informativo da Secretaria de Estado da Fazenda. Florianópolis, fev/98.

acumulado inscrito em dívida ativa (R\$ 1.442.485.173,00, em abril de 1999), em relação ao que é recebido mensalmente dela. Nos três últimos anos, a média mensal ficou em torno de 0,20% (vinte centésimos por cento).

Não estaria na hora de se tentar, pelo menos, mudar a mentalidade governamental, direcionando os esforços fiscais para a fiscalização preventiva?

Diz Dallari que:

*"Uma das marcas de nossa época é a preocupação com o sentido prático das coisas considerando inútil, ou de valor secundário, tudo o que não possa ser aproveitado imediatamente (...)"*

*Quem quiser manter-se atualizado em algum assunto não pode perder tempo com estudos marginais ou na obtenção de conhecimentos que não possam ter imediata aplicação."*<sup>106</sup>

Nessa linha de raciocínio, não se justifica a ausência do governo, no poder-dever de combater a sonegação fiscal do ICMS para a obtenção de mais recursos para os cofres estaduais; essa ausência governamental se dá por falta de decisão político-administrativa, mais eficiente, não se valendo de novas metodologias, quando o atual procedimento não é mais eficaz.

Além da fiscalização preventiva, bem proposta por Pasold, entende-se ser necessária também a fiscalização ostensiva (fiscalização de mercadorias em trânsito), além de outras ações de educação tributária para a população.

---

<sup>106</sup> DALLARI, Dalmo de Abreu. Op. cit., p. 10.

Pode-se dizer que a fiscalização preventiva se constitui num procedimento fiscal eficaz, com resultado imediato, porque se desenvolve em clima de cordialidade entre o Fisco e o contribuinte, uma vez que não se reveste de sanção punitiva, enquanto que a atividade fiscal recuperativa é sempre tida como antipática.

Dessa maneira, a fiscalização preventiva exerce sobre o contribuinte, de forma desapercibida, uma coação psicológica, deixando-o com temor da sanção, por não recolher o imposto devido, e funcionando como um freio para a tentação de se desviar do direito.

Dessa forma, o resultado é imediato, porque o contribuinte satisfará a sua obrigação tributária, ao ver que o fisco tem em mãos os dados relativos às suas obrigações tributárias, que lhe são expostas dentro do seu próprio estabelecimento.

Pode-se dizer também, que a fiscalização ostensiva - aquela desenvolvida pela Fiscalização de Mercadorias em Trânsito, além de eficaz, é simplesmente necessária, porque, pela sua atuação, tem o condão de interromper as operações futuras que seriam realizadas às escondidas do fisco, além de subsidiar a fiscalização interna.

Nesse sentido, como a Fiscalização de Mercadorias em Trânsito atua externamente, nas ruas da cidade, nas rodovias municipais, estaduais e federais, nos postos das PRE's (Policia Rodoviária Estadual), ela

também exerce uma coação psicológica, inibindo de forma significativa a tentativa de sonegação. Além disso, como já foi dito, subsidia a fiscalização interna, com as vias dos documentos fiscais destinados ao Fisco, para os futuros procedimentos fiscais.

Por oportuno, deve-se destacar que o controle de Mercadorias em Trânsito, além de fiscalizar o ICMS, contribui com a fiscalização dos tributos municipais e federais, exercendo, indiretamente, o poder de polícia do Estado sobre mercadorias falsificadas, não inspecionadas, descaminhadas e até contrabandeadas.

Como outras ações de educação tributária para a população, em função da cultura tributária existente, se fariam necessárias duas medidas, que teriam efeito mediato:

**1º) a inclusão, na grade curricular do ensino fundamental, de uma disciplina que contemplasse questões legais, morais e sociais, com destaque para o significado social do imposto;**

Considerando-se a baixa cultura tributária existente na nossa população (que não entende a sonegação como delito), a inclusão dessa disciplina, por certo contribuiria para a diminuição da sonegação de impostos no futuro, porque se conscientizaria as crianças hoje, cidadãos do amanhã;

**2º) permanentes programas nas imprensas escrita, falada e televisionada sobre o significado social do imposto.**

A conscientização da população, a respeito do significado social do imposto, através dos meios de comunicação traria, paulatinamente, resultados positivos ao Estado, aos seus Municípios e à União se, apenas como um dos resultados, ela começasse a exigir a documentação fiscal pelas mercadorias adquiridas e pelos serviços solicitados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As principais conclusões a que a pesquisa chegou, sem a pretensão de esgotar o tema, dado a sua complexidade, são as seguintes:

1ª) O ICMS é o principal imposto do Estado, sendo responsável, nos últimos três anos, por 80% (oitenta por cento) da arrecadação total, com uma média mensal de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais);

2ª) A sonegação fiscal do ICMS, em Santa Catarina, existe por não haver educação tributária para a população, por ser inadequada a fiscalização, e por não haver justa punição aos sonegadores. As causas da sonegação fiscal são de natureza moral, cultural, política e social;

3ª) A sonegação fiscal, delito praticamente só das camadas mais privilegiadas, tornou-se uma conduta corriqueira, normal, diríamos mesmo aculturada em tais camadas; no entanto, é notória a sua lesividade, pois, desfalcando o erário, os segmentos carentes ficam privados de recursos incalculáveis que, se bem aplicados, supririam as suas necessidades;

4ª) A resistência do contribuinte à exigência do imposto nada mais é do que um aspecto da questão da eficácia do direito. Realmente, na medida em que a

relação de tributação é jurídica e não simplesmente de poder, o cumprimento do dever de pagar o imposto nada mais é do que a observância da norma jurídica;

5ª) A pouca punição pelo crime de sonegação fiscal aos sonegadores deixa-lhes também impunes de outros delitos que estão atrelados a ela: declaração falsa, falsidade ideológica, adulteração de documentos, emissão de documento ilegal e outros;

6ª) A grande maioria dos estabelecimentos inscritos como microempresas e empresas de pequeno porte está enquadrada irregularmente no benefício, em virtude da omissão de receitas, por não expedir nota fiscal sobre vendas realizadas;

7ª) A forma mais usual de sonegação do ICMS é a ausência de documentação fiscal, para acorbertar a operação tributável;

8ª) A média do valor mensal das notificações fiscais, relativas ao ICMS, emitidas no ano de 1997 foi de 32.856.000 UFIR's e nos três primeiros meses de 1999 foi de 13.098.000 UFIR's;

9ª) Do valor notificado, apenas 14% (quatorze por cento) são recolhidos aos cofres estaduais, enquanto que 86% (oitenta e seis por cento) são inscritos em Dívida Ativa;



10ª) Do valor da Dívida Ativa Acumulada em abril de 1999, no valor de R\$ 1.442.485.173,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, cento e setenta e três reais), de 98 a 99% referem-se ao ICMS;

11ª) O recebimento do Estado, através de “Executivos Fiscais”, nos últimos três anos tem ficado em torno de 2,4% (dois vírgula quatro por cento) do valor total inscrito em dívida ativa;

12ª) A sonegação do ICMS, por ser desvio de dinheiro do Estado, necessário para o seu custeio e para a aplicação em serviços públicos, tem que ser combatida pelo Governo, porque ele existe para exercer essa função em nome do povo;

13ª) A falta de uma fiscalização mais geral e rígida se constitui numa verdadeira afronta, não só à população, como também àqueles contribuintes que recolhem os impostos em dia que são vítimas de concorrência desleal;

14ª) A fiscalização recuperativa (auditoria fiscal), para a recuperação do imposto não recolhido a seu tempo, não se mostra eficaz no combate à evasão fiscal;

15ª) A fiscalização preventiva, como forma de procedimento fiscal eficaz, traria resultado imediato, diminuindo a sonegação fiscal, em consequência, aumentando a receita estadual;

16<sup>a</sup>) A inclusão, na grade curricular do ensino fundamental, de uma disciplina que contemplasse o imposto, simultaneamente com permanentes campanhas nas imprensas falada, escrita e televisionada sobre o seu significado social, iria formar uma nova consciência social para o seu recolhimento ao Estado.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ARAKAKI, Marta. Sonegação Fiscal e Economia de Tributo. In: **Direito Penal Tributário Contemporâneo – Estudos de Especialistas**. São Paulo: Atlas, 1995, p.110.
- BALTHAZAR, Ubaldo Cesar. Reforma Tributária, Mercosul e IVA. In: **Revista da Faculdade de Direito da UFSC**. Porto Alegre: Síntese, v.2.
- BAWLY, Dan. O Subterrâneo da Economia. In: PELLIZZARI, Deoni. **A Farsa da Tributação e da Sonegação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990, p. 106.
- BRASIL. **Código Tributário Nacional**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1978.
- . **Código Tributário Nacional**. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 1996.
- . **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1972.
- BERRO, Frederico. El Delito de Defraudación Tributária. In: **Revista de Direito Tributário**. São Paulo: RT. n. 39, 1987, p. 22/37.

CAMPOS, Dejalma de. A Natureza Jurídica do Ilícito Tributário. In: **Revista**

**Literária de Direito**. São Paulo: Jurídica Brasileira. Jan/Fev. 96, p. 25/26.

CANTO, Gilberto de Ulhôa. In: RIBAS, Lídia Maria Lopes Rodrigues.

**Questões Relevantes de Direito Penal Tributário**. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 52.

CASSONE, Vittorio. **Direito Tributário**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990

COELHO, Sacha Calmon Navarro. In: MOTTA, Maria Lúcia Sá. **O ICMS ao**

**Alcance de Todos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

CORRÊA, Antônio. **Dos Crimes contra a Ordem Tributária**. 2.ed. São

Paulo: Saraiva, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Renascer do Direito**. 2.ed. São Paulo:

Saraiva, 1996.

DÓRIA, Roberto Sampaio. In: RIBAS, Lídia Maria Lopes Rodrigues.

**Questões Relevantes de Direito Penal Tributário**. São Paulo: Malheiros, 1997, p.53/54.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Pequeno Dicionário Brasileiro da**

**Língua Brasileira**. 11.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRECCO, Marco Aurélio. Notas à Legislação sobre Crimes Fiscais. In :

ROCHA, Valdir de Oliveira (Org.). **Seminário sobre crimes Contra a Ordem tributária**. IOB. São Paulo, 1995, p. 50 e segs.

HABBIB, Sérgio. **Brasil: Quinhentos Anos de Corrupção**. Porto Alegre:

Sérgio Fabris: 1994.

HARADA, Kiyoshi. **Infração Fiscal e Crimes Tributários**. In: **Direito**

**Tributário Contemporâneo – Estudos de Especialistas**. São Paulo:

Atlas, 1995.

JARDIM, Eduardo Marcial Ferreira. **Infração Tributária não é Crime**.

Boletim Informativo Saraiva. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 5.

MACHADO, Hugo de Brito. **A Eficácia do Direito e a Sonegação Fiscal**. In:

**Revista dos Tribunais**. São Paulo: RT. n. 8, jul/set. 94, p.27.

MALERBI, Diva. In: RIBAS, Lúcia Maria Lopes Rodrigues. **Questões**

**Relevantes de Direito Penal Tributário**. São Paulo: Malheiros, 1997, p.

51.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 22.ed. São

Paulo: Malheiros, 1997.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. In: PIETRO, Maria Sylvia Zanella di.

**Direito Administrativo**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1997. P. 353/354.

MORÃES, Bernardo Ribeiro de. **Compêndio de Direito Tributário**. 2.ed. Rio

de Janeiro: Forense, 1994.

----- . In: MOTTA, Maria Lúcia Sá. **O ICMS ao Alcance de Todos**. 2.ed.

Rio de Janeiro: Forense, 1992, p. 27

MOTTA, Maria Lúcia Sá. **O ICMS ao Alcance de Todos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

OLIVEIRA, Antônio Cláudio Mariz de. Reflexões sobre os Crimes Econômicos. In: **Revista dos Tribunais**, n. 12, 1995, p. 155/163.

PACHECO, Angela Maria da Motta. **Sanções Tributárias e Sanções Penais Tributárias**. São Paulo : Limonad, 1997.

PASOLD, Cesar Luiz. A Função Social do Estado Contemporâneo e a Administração Tributária: Reflexões Iniciais. In: BORGES FILHO, Nilson (Org.). **Direito, Estado, Política e Sociedade em Transformação**. Porto Alegre: Fabris, 1995, p.17.

PELLIZZARI, Deoni. **A farsa da Tributação e da Sonegação**. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RIBAS, Lídia Maria Lopes Rodrigues. **Questões relevantes de Direito Penal Tributário**. São Paulo: Malheiros, 1997.

RUFFIA, Paolo Biscoetti di. Apud MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 22.ed. São Paulo, Malheiros, 1997, p. 56.

SANTA CATARINA. Ministério Público do Estado. **Anotações sobre Crimes contra a Ordem Tributária**. Ano 1 - nº 1. Florianópolis, 1996.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 2.ed. São Paulo: Forense, 1967.

TAVARES, Maria da Conceição, citada por BALTHAZAR, Ubaldo César, in.

Reforma Tributária, Mercosul e IVA. **Revista da Faculdade de Direito da**

**UFSC**. Porto Alegre : Síntese, v. 2, p. 205.

## **ANEXOS**

Para facilitar ao leitor colocamos, anexo ao trabalho, a legislação específica do ICMS, o acompanhamento das ações fazendárias e as manchetes relativas ao ICMS.



## **ANEXO 1**

**A legislação específica do ICMS.**

## LEI Nº 10.297 DE 26/12/96

“Dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e adota outras providências”.

(...)

### CAPÍTULO IX

#### Do controle e Fiscalização do Imposto

Art. 47 - Compete à Secretária de Estado da Fazenda a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Art. 48 - Reputar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de documentos fiscais de entrada na escrita fiscal, desde que lançados na comercial.

Art. 49 - Presumir-se-á operação ou prestação tributável não registrada, quando se constatar:

I - suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

II - diferença apurada pelo cotejo entre as saídas registradas e o valor das saídas a preço de custo acrescido do lucro apurado mediante a aplicação de percentual fixado em portaria do Secretário de Estado da Fazenda;

III - efetivação de despesas, pagas ou arbitradas, em limite superior ao lucro auferido pelo contribuinte;

IV - registro de saídas em montante inferior ao obtido pela aplicação de índices de rotação de estoques levantados no local em que situado o estabelecimento, através de dados coletados em estabelecimentos do mesmo ramo;

V - diferença entre o movimento tributável médio apurado em regime especial de

fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

VI - diferença apurada mediante controle quantitativo de mercadorias, assim entendido o confronto entre a quantidade de unidades estocadas e as quantidades de entradas e de saídas;

VII - a falta de registro de documentos fiscais referentes à entrada de mercadorias ou bens ou à utilização de serviços, na escrita fiscal ou na contábil, quando existente esta;

VIII - efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços, por titular de empresas ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

IX - o pagamento de aquisições de mercadorias, bens serviços, despesas e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

X - a existência de despesa ou de título de crédito pagos e não escriturados, bem como a posse de bens do ativo permanente não contabilizados;

XI - a existência de valores registrados em máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurados mediante a leitura do equipamento.

§ 1º - Não perdurará a presunção mencionada nos incisos II, III, IV e IX, do caput deste artigo quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º - Não produzirá os efeitos previstos no parágrafo anterior a escrita contábil, quando:

I - conter vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II - os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III - os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das operações ou prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;

IV - o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exhibir seus livros e documentos para exame.

Art. 50 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios, protocolos e acordos visando à fiscalização, arrecadação ou operacionalização do imposto, podendo, inclusive delegar competência, observada a legislação complementar.

## CAPÍTULO X

### Das Infrações e Penalidades

#### Seção I

#### Das Infrações em Geral

Art. 51 - Deixar de recolher, total ou parcialmente, o imposto:

I - apurado pelo próprio sujeito passivo;

II - devido por responsabilidade ou por substituição tributária;

III - devido por estimativa fiscal:

Multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto.

Art. 52 - Deixar de submeter, total ou parcialmente, operação ou prestação tributável à incidência do imposto:

Multa de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto.

Parágrafo único - A multa prevista neste artigo será reajustada para:

I - 100% (cem por cento) do valor do imposto, quando não tiver sido emitido documento fiscal;

II - 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do imposto, quando a operação ou prestação estiver consignada em documento fiscal:

a) com numeração ou seriação repetida;

b) que indique, nas respectivas vias, valores ou destinatários diferentes;

c) que indique valor inferior ao efetivamente praticado na operação ou prestação;

d) que descreva de forma contraditória, nas respectivas vias, os dados relativos à especificação da mercadoria ou serviço;

e) de outro contribuinte ou de empresa fictícia, dolosamente constituída ou cuja inscrição foi baixada ou declarada nula segundo edital publicado pela administração tributária;

f) indicando o tratamento tributário vinculado à destinação da mercadoria ou do serviço e que não tenha chegado ao destino nele declarado.

Art. 53 - Submeter tardiamente operações ou prestação tributável à incidência do imposto ou recolher o imposto apurado, pelo próprio contribuinte, ou o devido por estimativa fiscal, após o prazo previsto na legislação, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização: Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 54 - Deixar de registrar, na escrita fiscal, documento relativo à entrada de mercadoria ou à prestação de serviço:

Multa de 20% (vinte por cento) do valor da mercadoria ou serviço.

Parágrafo único - A multa prevista neste artigo somente será aplicada se o documento não tiver sido contabilizado.

Art. 55 - Apropriar crédito de imposto considerado indevido pela legislação tributária:

Multa de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do crédito indevido.

Parágrafo único - A multa prevista neste artigo será reajustado para:

I - 100% (cem por cento) do valor do crédito quando o imposto estiver destacado em documento fiscal declarado inidôneo em edital publicado pela administração tributária;

II - 150% (cento e cinquenta por cento) do valor do crédito quando:

- a) o imposto estiver destacado em documento fiscal fraudulento;
- b) não corresponder a uma entrada efetiva de mercadoria no estabelecimento;
- c) não corresponder a uma efetiva prestação de serviço;
- d) a empresa emitente não existir ou for dolosamente constituída.

Art. 56 - Deixar de estornar crédito de imposto, quando determinado pela legislação tributária:

Multa de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do crédito indevido.

Art. 57 - Antecipar o momento de apropriação do crédito do imposto:

Multa de 10% (dez por cento) do valor do crédito antecipado, por mês ou fração.

Art. 58 - Transferir ou receber em transferência, irregularmente, crédito do imposto:

Multa de 75% (setenta e cinco por cento) do crédito transferido.

Art. 59 - Deixar o agente arrecadador ou o estabelecimento bancário de repassar o imposto arrecadado:

Multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto.

## Seção II

Das Infrações Referentes a Transporte, Posse, Guarda, Entrega e Recebimento de Mercadorias e à Prestação de Serviço de Transporte.

Art. 60 - Transportar mercadoria:

I - sem documento fiscal, com documento fiscal fraudulento ou com via diversa da exigida para acompanhar o transporte;

II - que não corresponda à descrição contida no documento fiscal;

III - em quantidade maior ou menor que a descrita no documento fiscal;

IV - antes do início ou após o término do prazo de validade, para fins de transporte ou de emissão, do documento fiscal;

V - procedente de outro Estado ou do Distrito Federal, sem o comprovante de recolhimento do imposto, quando for devido por ocasião da entrada da mercadoria no território do estado;

VI - destinada à venda fora do estabelecimento, sem portar os documentos fiscais a serem emitidos por ocasião das vendas;

Multa de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

§ 1º - Nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III, a multa será reduzida para 5% (cinco por cento) do valor da mercadoria, se esta gozar de isenção ou não-incidência em todas as operações, independente de sua origem, destino ou dos intervenientes.

§ 2º - Na hipótese prevista no inciso III, a multa será aplicada sobre a quantidade excedente ou faltante.

§ 3º - A penalidade prevista neste artigo será aplicada contra o emitente do documento fiscal quando:

I - o tipo ou espécie da mercadoria transportada for diverso da descrita no documento fiscal e a comprovação dependa de classificação;

II - a mercadoria estiver acondicionada em volumes fechados, verificada qualquer das hipóteses previstas nos incisos II e III do caput;

III - a fraude identificada for relativa à emissão do documento fiscal;

IV - no caso de venda fora do estabelecimento, por meio de veículos,

inclusive na hipótese prevista no inciso IV do caput;

V - por ocasião da entrada no Estado, em relação à mercadoria sujeita à substituição tributária, proveniente de Estado signatário de convênio ou protocolo, for constatado que o imposto substituído não foi retido antecipadamente, ou retido a menor, pelo estabelecimento remetente e o transporte estiver desacompanhado de comprovante de recolhimento, ou recolhido parcialmente.

Art. 61 - Prestar serviço de transporte sem documento fiscal, com documento fiscal fraudulento ou com via diversa da exigida para acompanhar o transporte:

Multa de 30% (trinta por cento) do valor do frete.

Art. 62 - Entregar, receber ou manter em estoque ou depósito, em local inscrito ou não no cadastro de contribuintes do imposto, mercadoria sem documento fiscal ou com documento fiscal fraudulento:

Multa de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

Art. 63 - Entregar mercadoria por meio de veículo utilizado na venda fora do estabelecimento sem emitir documento fiscal:

Multa de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

Parágrafo único - Aplica-se à hipótese prevista neste artigo o disposto no § 1º do art. 60.

Art. 64 - Transportar mercadoria destinada à venda ambulante sem portar o respectivo documento de arrecadação, nas hipóteses previstas em regulamento.

Multa de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

Art. 65 - Remeter mercadoria ou prestar serviço de transporte, sujeitos ao recolhimento do imposto por ocasião de sua saída ou início da prestação, sem o respectivo comprovante de recolhimento.

Multa de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto.

Art. 66 - Entregar ou receber mercadoria em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal como destinatário:

Multa de 30% (trinta por cento) do valor da mercadoria.

### Seção III

#### Das Infrações Relativas à Emissão de Documentos Fiscais

Art. 67 - Emitir documento fiscal sem o destaque, quando compulsório, do total ou de parte do imposto devido, ou indicando indevidamente que se trata de operação sem débito do imposto:

Multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto não destacado.

Art. 68 - Emitir documento fiscal com destaque de imposto indevido, ou destaque de imposto maior que o devido:

Multa de 75% (setenta e cinco por cento) do valor do imposto indevidamente destacado ou destacado a maior.

Parágrafo único - A penalidade prevista neste artigo não será aplicada se o agente da infração comprovar, mediante intimação da autoridade fazendária, com prazo mínimo de 10 (dez) dias, que deverá preceder a lavratura da notificação, que o destinatário não aproveitou o crédito relativo ao imposto indevidamente destacado.

Art. 69 - Emitir documento fiscal consignando declaração falsa ao estabelecimento remetente da mercadoria ou prestador de serviço, ou quanto ao destinatário da mercadoria ou usuário do serviço:

Multa de 30% (trinta por cento) do valor da operação ou prestação.

Art. 70 - Emitir documento fiscal de forma ilegível, com omissões, incorreções ou que apresente emendas ou rasuras que

dificultem ou impeçam a verificação dos dados nele apostos:

Multa de 5 (cinco) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por documento, não inferior a 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, limitada a 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Parágrafo único - A imposição da multa prevista neste artigo não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

Art. 71 - Deixar de emitir documento fiscal, estando a operação ou prestação submetida à incidência do imposto e registrada no livro fiscal respectivo.

Multa de 3% (três por cento) do valor da operação ou prestação, não inferior a 150 (cento e cinquenta) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

#### Seção IV

Das Infrações Relativas às Máquinas Registradoras, Terminais Ponto de Venda - PDV e Equipamentos Emissores de Cupom Fiscal - ECF

Art. 72 - Possuir ou utilizar máquina registradora, terminal de ponto de venda - PDV ou equipamento emissor de cupom fiscal - ECF não autorizado ou em estabelecimento diverso daquele para o qual foi concedida a autorização:

Multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por equipamento.

Parágrafo único - Sofrerá a mesma penalidade:

I - quem possuir ou utilizar qualquer outro equipamento que emita comprovante de venda que possa ser confundido com cupom ou documento fiscal;

II - quem utilizar software básico, ou versão, não autorizado.

Art. 73 - Possuir ou utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda - PDV ou equipamento emissor de cupom fiscal - ECF:

I - com o lacre de segurança violado;

II - sem a etiqueta ou com ela rompida ou adulterada:

Multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por equipamento.

Art. 74 - Intervir em máquina registradora, terminal ponto de venda - PDV ou equipamento emissor de cupom fiscal - ECF sem possui atestado de capacitação técnica específico para o equipamento, fornecido pelo fabricante, ou não estar devidamente credenciado na forma prevista na legislação tributária:

Multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, por equipamento, sem prejuízo do descredenciamento.

Art. 75 - A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

#### Seção V

Das Infrações Relativas ao Uso de Equipamentos de processamento de Dados para Fins Fiscais.

Art. 76 - Utilizar programa para emissão ou impressão de documento ou escrituração de livro fiscal com vício, fraude ou simulação:

Multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR

Art. 77 - Usar sistema eletrônico de processamento de dados, ou qualquer outro, para emissão de documentos fiscais ou escrituração de livros fiscais, sem observar os requisitos previstos na legislação:

Multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Art. 78 - Não efetuar a entrega de informações em meio magnético ou fornecê-las em padrão diferente do estabelecido na legislação:

Multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR .

Art. 79 - Deixar de manter, ou fazê-lo em desacordo com a legislação, arquivo magnético com o registro fiscal dos livros e documentos fiscais escriturados ou emitidos por processamento eletrônico de dados:

Multa de 1.000 (mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR

Art. 80 - A imposição das penalidades de que trata esta seção não ilide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

### Seção VI

#### Das Infrações Relativas a Livros e Documentos Fiscais

Art. 81 - Imprimir ou encomendar a impressão de documentos fiscais fraudulentamente ou sem a devida autorização:

Multa de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por documento fiscal, não inferior a 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Parágrafo único - Incorre também na multa prevista neste artigo aquele que fornecer, possuir, guardar ou utilizar documento fiscal:

I - impresso fraudulentamente ou sem a devida autorização;

II - de outro contribuinte, de contribuinte inexistente ou cuja inscrição tenha sido baixada ou declarada nula.

Art. 82 - Promover a saída de mercadoria, a consumidor final, sem emissão de documento fiscal, constatada por qualquer meio:

Multa de 500 (quinhentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Art. 83 - Atrasar a escrituração dos livros fiscais, utilizá-los sem prévia autenticação, ou escriturá-los sem observar os requisitos da legislação do imposto:

Multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por livro.

Art. 84 - A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

### Seção VI

#### Das infrações Relativas ao Cadastro e à Entrega de Informações de natureza Cadastral, Econômica ou Fiscal

Art. 85 - Iniciar a atividade de estabelecimento sem a prévia inscrição no cadastro de contribuintes do imposto:

Multa de 30% (trinta por cento) do valor das mercadorias em estoque, não inferior a 500 (quinhentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Art. 86 - Não efetuar a entrega das informações de natureza cadastral ou de natureza econômica ou fiscal previstas na legislação tributária ou prestá-las de forma inexata:

Multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR por documento.

Art. 87 - Deixar de apresentar os livros, documentos ou informações requisitadas pelas autoridades fazendárias:

Multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

§ 1º - A apresentação de qualquer documento será precedida de requisição de requisição, com prazo mínimo de 3 (três) dias.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica à fiscalização efetuada durante o transporte de mercadorias, em que é obrigatório o porte dos documentos fiscais que deverão ser apresentados incontinenti às autoridades fazendárias.

§ 3º - O disposto neste artigo não impede a imediata apreensão, pelo Fisco, de quaisquer livros e documentos que:

I - devam ser obrigatoriamente mantidos no estabelecimento do contribuinte;

II - possam estar sendo tenham sido utilizados para a supressão ou redução ilegal do tributo.

Art. 88 - a imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica às multas proporcionais previstas nesta seção.

## Seção VIII

### Outras Infrações

Art. 89 - Embaraçar, dificultar, retardar ou impedir, por qualquer meio a ação fiscalizadora:

Multa de 200 (duzentas) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Parágrafo único - A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência do imposto e da multa cabíveis.

Art. 90 - Descumprir qualquer obrigação acessória prevista na legislação tributária, sem penalidade capitulada em qualquer outro artigo desta lei:

Multa de 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

Parágrafo único - Aplica-se a este artigo o disposto no parágrafo único do art. 89.

## Seção IX

### Disposições Gerais

Art. 91 - Constitui infração toda ação ou omissão que importe descumprimento de obrigação tributária, principal ou acessória, prevista na legislação.

Art. 92 - Para caracterização das infrações previstas neste Capítulo é irrelevante a intenção do agente ou o efeito econômico ou tributário do ato ou omissão.

Art. 93 - Considera-se fraude, para os fins deste Capítulo, toda ação ou omissão tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou

modificar qualquer de suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto ou a evitar ou postergar o seu pagamento.

Art. 94 - Considera-se inidôneo, para efeitos desta Lei, fazendo prova apenas em favor do Fisco, o documento fiscal que contenha vícios que o tornem impróprio para documentar a operação ou prestação a que se refere.

Art. 95 - Considera-se transportador, para os fins previstos neste Capítulo, a pessoa identificada como tal no documento relativo ao transporte ou, na sua falta:

I - o proprietário do veículo transportador;

II - o arrendatário, se o veículo estiver submetido a arrendamento mercantil;

III - o devedor fiduciante, se o veículo estiver submetido a alienação fiduciária em garanti.

Art. 96 - As mercadorias transportadas ou estocadas sem documentação fiscal ou com documentação fraudulenta poderão ser retidas em depósito até a identificação do seu proprietário, que poderá levá-las, mediante assunção de responsabilidade pelo crédito tributário, caso em que contra ele será lavrada a notificação.

Parágrafo único - Caso o sujeito passivo não seja domiciliado neste Estado, deverão ser garantido o crédito tributário, mediante fiança idônea ou depósito de bens, valores ou títulos mobiliários

Art. 97 - As multas previstas neste Capítulo serão majoradas em 50% (cinquenta por cento) em caso de reincidência.

§ 1º - Considera-se reincidência o cometimento de nova infração ao mesmo dispositivo, no prazo de cinco anos contados da data:

I - da decisão condenatória irrecorrível, na esfera administrativa, referente à infração anterior;



II - do deferimento do pedido de parcelamento;

III - do ciente da notificação, caso não ocorra nenhuma das hipóteses anteriores.

§ 2º - O disposto neste artigo não se aplica às multas proporcionais previstas neste Capítulo.

## LEI DAS MULTAS

“ARTIGOS DA LEI Nº 5.983, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1981, EM VIGOR, APLICÁVEIS AO ICMS”

“Dispõe sobre infrações à legislação tributária, estabelece penalidades e dá outras providências.”

(...)

### CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DAS MULTAS

Art. 62 - As multas previstas nesta Lei serão exigidas através da emissão de Notificação Fiscal, juntamente com o imposto quando devido, no momento da constatação das infrações.

Art. 63 - O prazo para pagamento da Notificação Fiscal é de 30 (trinta) dias, contados da data em que for cientificado o sujeito passivo.

Art. 64 - O descumprimento das obrigações acessórias descritas na legislação tributária, não capituladas nesta Lei, será punido com multa equivalente a 15 (quinze) UFIRs.

Art. 65 - Quando a ação ou omissão configurar infração de mais de um dispositivo desta Lei, será imposta ao infrator a multa mais grave, salvo nos casos de acumulação expressamente previstos.

Art. 66 - O pagamento da multa não exime o infrator do cumprimento das exigências regulamentares que a tiverem determinado.

Art. 67 - O contribuinte que, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida da fiscalização, sanar irregularidades verificadas no cumprimento das obrigações tributárias acessórias ficará excluído da responsabilidade pela infração.

## CAPÍTULO V DA REDUÇÃO DAS MULTAS

Art. 68 - As multas previstas nesta Lei, quando exigidas por Notificação Fiscal juntamente com o valor do imposto, serão reduzidas:

I - em 50% (cinquenta por cento), quando o crédito exigido for pago integralmente no prazo referido no art. 63;

II - em 20% (vinte por cento), quando o crédito exigido for pago integralmente no prazo fixado para interposição de recurso da decisão de 1º grau.

Parágrafo único - ACRESCIDO - Art. 3º da Lei nº 8.249 de 18.04.91 - D.O.E. de 18.04.91 - Efeitos a partir de 18.04.91.

Parágrafo único - A redução prevista neste artigo não poderá resultar em multa inferior à que seria devida, em caso de recolhimento espontâneo, fora do prazo, antes de qualquer procedimento administrativo.

### CAPÍTULO VI DOS JUROS DE MORA

Art. 69 - REDAÇÃO DADA PELA Lei nº 6.760, de 20.05.86 - D.O.E. de 21.05.86 - Efeitos a partir de 21.05.86:

Art. 69 - O imposto pago fora do prazo regulamentar será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração calculados sobre o valor corrigido monetariamente.

### CAPÍTULO VII DO PARCELAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO

Art. 70 - Os créditos tributários vencidos poderão ser pagos parceladamente, mediante despacho da autoridade competente:

I - em até 6 (seis) prestações, na denúncia espontânea;

II - em até 48 (quarenta e oito) prestações, quando exigido por Notificação Fiscal.

§ 1º - Na fixação do número de prestações a autoridade levará em consideração a situação econômico-financeira do sujeito passivo.

§ 2º - Não será concedido parcelamento, enquanto não tiver sido pago 1/3 (um terço) do parcelamento

§ 3º - Ressalvada a hipótese de parcelamento, o pedido de parcelamento somente será deferido se estiver instruído com comprovante de pagamento da primeira prestação, correspondente ao número de prestações solicitadas, ou de 1/30 (um vinte avos) do valor do crédito tributário, quando o número de prestações solicitadas for superior a 20 (vinte).

§ 4º - ALTERADO - Art. 4º da Lei nº 8.249, de 18.04.91 - D.O.E. de 18.04.91

- Redação dada pela Lei nº 6.760 de 20.05.86 - D.O.E. de 21.05.86 - vigente de 21.05.86 a 17.04.91

§ 4º - Os créditos tributários objeto de parcelamento serão:

I - convertidos em Obrigações do Tesouro Nacional OTN;

II - liquidados com base no valor da Obrigação do Tesouro Nacional, vigente no mês do pagamento de cada parcela.

- NOVA REDAÇÃO - Art. 4º da Lei nº 8.249 com feitos a partir de 18.04.91:

§ 4º - O crédito tributário objeto do parcelamento sujeita-se à atualização monetária, à multa e aos juros legais, até a data do efetivo recolhimento de cada prestação.

Art. 70 - ADENDO - Art. 3º - da MP nº 08, de 31.07.91 - D.O.E. de 01.08.91 - Efeitos a partir de 01.08.91:

“Art. 3º - As disposições desta Medida Provisória aplicam-se aos débitos tributários parcelados, incidindo a atualização monetária sobre o saldo

devedor na forma estabelecida no artigo 1º (da MP).”

Art. 70 - ADENDO - Art. 3º - da Lei nº 8.309, de 30.08.91 - D.O.E. de 10.09.91 - Efeitos a partir de 10.09.91:

“Art. 3º - As disposições desta Medida Provisória aplicam-se aos débitos tributários parcelados, incidindo a atualização monetária sobre o saldo devedor na forma estabelecida no artigo 1º (da Lei).”

Art. 71 - O requerimento do sujeito passivo solicitando o parcelamento de crédito tributário, na via judicial ou administrativa, valerá como confissão irretratável da dívida.

Art. 72 - As prestações deverão ser recolhidas mensal e ininterruptamente, implicando o não atendimento a esta regra no cancelamento da concessão e no vencimento das prestações vincendas.

Art. 73 - As condições e garantias do parcelamento serão estabelecidas no Regulamento.

## CAPÍTULO VIII

### DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Art. 74 - ALTERADO - Art. 1º da MP nº 08 de 31.07.91 - D.O.E. de 01.08.91 - Efeitos a partir de 01.08.91 -

- Redação vigente até 31.07.91:

Art. 74 - Os débitos fiscais, decorrentes de tributos e penalidades, não liquidados até o vencimento, serão atualizados monetariamente na data do efetivo pagamento.

Parágrafo único - REDAÇÃO DADA PELO Art. 90 da Lei nº 7.547, de 27.01.89 - D.O.E. de 27.01.89 - Efeitos a partir de 01.03.89:

Parágrafo único - Na atualização monetária de que trata este artigo, adotar-se-á o

critério utilizado pela União na cobrança de seus tributos.

Art. 74 - ALTERADO - Art. 1º da Lei nº 8.309, de 30.08.91 - D.O.E. de 10.09.91 -

- Redação do Art. 1º da MP nº 08 vigente de 01.08.91 a 30.08.91:

Art. 74 - Os débitos fiscais de qualquer natureza, não liquidados até o vencimento serão atualizados monetariamente, desde o vencimento até a data do efetivo pagamento, de acordo com o índice Geral de Preços - IGP (disponibilidade interna), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

§ 1º - Quando não mais for adotado o IGP, a atualização de que trata este artigo será calculada de acordo com o índice oficial que vier a ser admitido pelo Governo Federal, ou na sua falta por outro que corresponda à variação do poder aquisitivo da moeda.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo anterior, o Governo do Estado, mediante decreto, divulgará o índice que vier a ser utilizado.

- NOVA REDAÇÃO - Art. 1º da lei nº 8.309 com efeitos a partir de 10.09.91 -

Art. 74 - Os créditos fiscais de qualquer natureza não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, desde a data em que deveriam ser pagos até a data de seu efetivo pagamento.

Parágrafo único - A atualização monetária referida neste artigo será feita com base no índice Geral de preços - IGP (disponibilidade interna), editado pela Fundação Getúlio Vargas ou, na sua falta, em outro índice que reflita a variação do poder aquisitivo da moeda nacional.

#### NOTAS:

1) O Art. 2º da MP nº 08, de 31.07.91 - D.O.E. de 01.08.91 dispõe:

“Art. 2º - Os débitos fiscais de qualquer natureza, notificados ou não, vencidos anteriormente à publicação desta medida Provisória, serão atualizados da seguinte forma:

I - a partir de seu vencimento até a data da publicação desta Medida Provisória na legislação vigente nesse período

II - a partir da publicação desta medida Provisória, de acordo com o nela estabelecido”.

2) O Art. 2º da Lei nº 8.309, de 30.08.91 - D.O.E. de 10.09.91, dispõe:

“Art. 2º - Os débitos fiscais de qualquer natureza, notificados ou não, vencidos anteriormente à publicação desta Lei, serão atualizados:

I - a partir de seu vencimento, até a data da publicação da Medida Provisória nº 08, de 31 de julho de 1991, com base nas normas de atualização monetária previstas na legislação vigente nesse período;

II - no período de vigência da medida Provisória nº 08, de 31 de julho de 1991, de acordo com o nela disposto

III - a partir da publicação desta Lei, de acordo com o nela disposto”.

Art. 75 - As multas proporcionais previstas na legislação tributária serão calculadas sobre o tributo corrigido monetariamente.

Parágrafo único - REVOGADO - Art. 98 da lei nº 7.547, de 27.01.89 - D.O.E. de 27.01.89.

OBSERVAÇÃO: O art. 1º da lei nº 6.294, de 30.11.83, publicada no D.O.E. em 02.12.83, dispunha:

“Art. 1º - Em substituição da correção monetária prevista nos arts. 74 e 75, da lei nº 5.983, de 27 de novembro de 1981, o valor do crédito tributário lançado de ofício poderá ser expresso em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs).

§ 1º - na conversão de que trata este artigo, se resultar fração, serão consideradas as duas primeiras casas decimais, abandonando-se as restantes.

§ 2º A quantidade de ORTNs em que foi convertido o crédito tributário será reconvertida em moeda corrente, pelo valor desses títulos vigente na data do pagamento”.

Art. 76 - A atualização monetária mensal prevista nesta Lei aplicar-se-á aos débitos fiscais vencidos a partir de 1º de janeiro de 198.

Art. 77 - Na restituição de quaisquer créditos tributários pagos indevidamente, bem como na devolução de depósito administrativo ou judicial decorrente de Notificação Fiscal, os valores serão atualizados monetariamente.

Art. 78 - REVOGADO - Art. 5º da Lei nº 8.249, de 18.04.91 - D.O.E. de 18.04.91.

- Redação original vigente até 17.04.91:  
Art. 78 - Não se efetuará novo cálculo de correção monetária quando o crédito tributário for exigido através de Notificação Fiscal e o contribuinte pagá-lo no prazo nela estabelecido.

Art. 79 - REDAÇÃO DADA PELO Art. 90 da Lei nº 7.547, de 27.01.89 - D.O.E. de 27.01.89 - Efeitos a partir de 01.03.89:

Art. 79 - O Secretário de Estado da Fazenda, ou a autoridade a quem a competência tiver sido delegada, estabelecerá os índices mensais da atualização monetária de débitos fiscais, observado o disposto no art. 74.

Parágrafo único - ACRESCIDO - Art. 1º da Lei nº 8.309, de 30.08.91 - D.O.E. de 10.9.91 - Efeitos a partir de 10.09.91:

Parágrafo único - Com base no índice mensal, poderá ser estabelecido índice diário, para aplicação nos 30 (trinta) dias que se seguirem à sua divulgação, ou até que seja publicado novo índice.

## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 80 - “caput” - REDAÇÃO DADA PELO Art. 24 da Lei nº 7.541 de 30.12.88 - D.O.E. de 30.12.88 - Efeitos a partir de 1.1.89:

Art. 80 - A partir de 1º de janeiro de 1989, o valor da Unidade Fiscal de Referência - UFR será de Cz\$ 2.000,00 (dois mil cruzados) e será atualizado, mensalmente, a partir de 1º de fevereiro de 1989, de acordo com a variação do valor nominal da Obrigação do Tesouro nacional - OTN.

§§ 1º e 2º - REDAÇÃO DADA PELO Art. 91 da Lei nº 7.547, de 27.01.89 - D.O.E. de 27.01.89 - Efeitos a partir de 01.03.89:

§ 1º - Na impossibilidade de adoção do critério de atualização monetária previsto no “caput”, adotar-se-á o estabelecido no art. 74.

§ 2º - Na imposição de multas expressas em UFR, será considerado sempre o valor vigente na data do efetivo pagamento.

§ 3º - ACRESCIDO - Art. 1º da Lei nº 8.309, de 30.08.91 - D.O.E. de 10.09.91 - Efeitos a partir de 10.09.91:

§3º - Atendido o critério previsto no parágrafo único do art. 79, a UFR poderá ter seu valor estabelecido diariamente, para fins de atualização monetária dos débitos fiscais.

Art. 81 - Poderá o Conselho Estadual de Contribuintes propor ao Secretário de Estado da Fazenda dispensa ou redução de multas, com base no princípio de equidade. Parágrafo único - As propostas de aplicação de equidade apresentadas atenderão às características pessoais ou materiais da espécie julgada e serão restritas à dispensa total ou parcial de penalidades pecuniárias, nos casos em que não houver reincidência específica, nem sonegação, fraude ou conluio.

## CAPÍTULO IX

Art. 82 - Os pedidos de reconsideração apresentados ao Conselho Estadual de Contribuintes serão julgados com a presença de todos os seus membros.

Art. 83 - Os débitos fiscais, vencidos anteriormente à data referida no art. 76, serão corrigidos, segundo as normas da Lei nº 5.292, de 30 de novembro de 1976, até 31 de dezembro de 1979, aplicando-se, daí em diante, sobre o resultado dessa atualização, o disposto no art. 74 desta Lei.

Art. 84 - Ficam revogadas as Leis nº 5.292, de 30 de novembro de 1976, nº 5.299, de 12 de maio de 1977, nº 5.643, de 30 de novembro de 1979, nº 5.670 de 18 de abril de 198 e os arts. 3º, 4º e 5º da Lei nº 5.811, de 27 de novembro de 1980, e demais disposições em contrário

Art. 85 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro de 1982.

Florianópolis, em 27 de novembro de 1981.

#### OBSERVAÇÕES:

a) O art. 3º da lei nº 6.594, de 27 .08.85, publicada no D.O.E.

“Art. 3º - Todo aquele que, por qualquer meio ou forma, embaraçar, dificultar ou impedir a ação fiscalizadora das autoridades fazendárias, fica sujeito à multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência - UFIR”.

b) As penalidades relativas às infrações praticadas por micro-empresas estão previstas no art. 16 da Lei nº 6.569 de 21.06.85 - D.O.E. de 27.06.85 - (Art. 21 do Anexo 13 do RICM-SC/87).

## DECRETO Nº 1.790 de 24.04.97

“Aprova o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação do Estado de Santa Catarina”.

(...)

### CAPÍTULO X

#### DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO IMPOSTO

Art. 68 - Compete à Secretaria de Estado da Fazenda a supervisão, o controle da arrecadação e a fiscalização do imposto.

Art. 69 - A fiscalização será exercida sobre todas as pessoas, naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, que estiverem obrigadas ao cumprimento de disposições da legislação do imposto, mesmo as que gozarem de imunidade ou isenção.

§ 1º - Para os fins deste artigo, as pessoas nele referidas obrigam-se a manter sob sua guarda os livros e documentos fiscais, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do ano seguinte ao do seu encerramento.

§ 2º - As pessoas referidas no “caput” exibirão aos agentes do fisco, sempre que solicitado, as mercadorias, livros das escritas fiscal e comercial e todos os documentos, inclusive os relativos a sistema de processamento de dados e meios magnéticos, em uso ou já arquivados, que forem julgados necessários à fiscalização e lhes franquearão o acesso aos seus estabelecimentos, depósitos e dependências, bem como centrais ou equipamentos de processamento eletrônico de dados, veículos, cofres e outros móveis, em horário de funcionamento do estabelecimento.

§ 3º - Os agentes do fisco terão acesso às dependências internas do estabelecimento, mediante a apresentação de sua identidade

funcional aos encarregados diretos presentes no local.

§ 4º - É obrigatória a parada nos postos de fiscalização, fixos ou móveis, mantidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, de veículos:

I - de carga, em qualquer caso;

II - de transporte de passageiros;

III - quaisquer outros, quando transportando mercadorias.

Art. 70 - Os livros fiscais, bem como os correspondentes documentos de emissão própria ou de terceiros, somente poderão ser retirados do estabelecimentos para serem entregues à Gerência Regional da Fazenda Estadual ou aos agentes do fisco aos quais foi cometida a atribuição de fiscalizá-los.

§ 1º - Na hipótese deste artigo, será lavrado termo de recebimento, em duas vias, uma das quais entregue ao contribuinte ou seu preposto.

§ 2º - A administração tributária poderá credenciar contabilistas e organizações contábeis, estabelecidos neste Estado, para fins de guarda de livros e documentos fiscais, devendo obedecer ao seguinte:

I - utilizar etiqueta de identificação, fornecida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC/SC, nos procedimentos cadastrais à Secretaria de Estado da Fazenda;

II - manter os documentos e livros fiscais sempre à disposição do fisco, nos horários de expediente do contribuinte;

III - comunicar à repartição fazendária a que jurisdicionado quando o contribuinte abandonar ou encerrar suas atividades sem os procedimentos previstos para a baixa no CCICMS, mantendo à disposição do fisco os livros e documentos fiscais;

IV - ao deixar de deter a responsabilidade pela escrita contábil ou fiscal do contribuinte, comunicará esse fato, no prazo de 30 (trinta) dias, à Secretaria de

Estado da Fazenda, indicando, se possível, o nome do novo contabilista.

§ 3º - O credenciamento de contabilistas e organizações contábeis, a que se refere o parágrafo anterior, será feita mediante formulário próprio, aprovado por garantia do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 4º - Os contabilistas e organizações contábeis poderão ser descredenciados, mediante processo regular, assegurada a ampla defesa, se constatado:

I - infração ao disposto no § 2º ou da legislação tributária relativa à escrituração e guarda de livros e documentos fiscais;

II - qualquer ação ou omissão que contribua para a prática de infrações à legislação tributária;

III - embaraço à ação fiscal.

Art. 71 - Os livros, documentos fiscais, outros papéis e meios magnéticos que constituam prova de infração à legislação tributária poderão ser apresentados pelos agentes do fisco, mediante termo do qual se deixará cópia com o contribuinte.

§ 1º - A devolução da coisa apreendida somente será efetuada mediante apresentação de cópia autenticada da mesma e desde que isto não importe em prejuízo para a Fazenda Estadual.

§ 2º - As disposições deste artigo não são aplicáveis aos livros de escrituração comercial.

Art. 72 - Quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção, os agentes do fisco, diretamente ou por intermédio da Gerência Regional da Fazenda Estadual, poderão requisitar o auxílio da Força Pública Estadual.

Art. 73 - No exercício de suas funções, o agente do fisco procederá ao exame dos livros e documentos de escrituração contábil e fiscal do contribuinte, inclusive meios magnéticos.

Parágrafo único - No caso de recusa de apresentação dos livros e documentos ou meios magnéticos, o agente do fisco, diretamente ou por intermédio da Gerência Regional da Fazenda Estadual, providenciará junto ao Ministério Público para que se faça a exibição judicial, sem prejuízo da lavratura de notificação por embaraço à ação fiscal.

Art. 74 - Reputar-se-á infração à obrigação tributária acessória a simples omissão de registro de documentos fiscais de entrada na escrita fiscal, desde que lançados na comercial.

Art. 75 - Presumir-se-á operação ou prestação tributável não registrada, quando se constatar:

I - suprimimento de caixa sem comprovação da origem do numerário, quer esteja escriturado ou não;

II - diferença apurada pelo cotejo entre as saídas registradas e o valor das saídas a preço de custo acrescido do lucro apurado mediante a aplicação de percentual fixado em portaria do Secretário de Estado da Fazenda;

III - efetivação de despesas, pagas ou atribuídas, em limite superior ao lucro bruto auferido pelo contribuinte;

IV - registro de saídas em montante inferior ao obtido pela aplicação de índices de rotação de estoques levantados no local em que situado o estabelecimento, através de dados coletados em estabelecimentos do mesmo ramo;

V - diferença entre o movimento tributável médio apurado em regime especial de fiscalização e o registrado nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores;

VI - diferença apurada mediante controle quantitativo de mercadorias, assim



entendido o confronto entre a quantidade de unidades estocadas e as quantidades de entradas e de saídas;

VII - a falta de registro de documentos fiscais referentes à entrada de mercadorias ou bens ou à utilização de serviços, na escrita fiscal ou na contábil, quando existente esta;

VII - efetivação de despesas ou aquisição de bens e serviços por titular de empresa ou sócio de pessoa jurídica, em limite superior ao pró-labore ou às retiradas e sem comprovação da origem do numerário;

IX - o pagamento de aquisições e mercadorias, bens, serviços, despesas e outros ativos e outros ativos e passivos, em valor superior às disponibilidades do período;

X - a existência de despesas ou de título de crédito pagos e não escriturados, bem como a posse de bens do ativo permanente não contabilizados;

XI - a existência de valores registrados em máquina registradora, terminal ponto de venda, equipamento emissor de cupom fiscal, processamento de dados, ou outro equipamento utilizado sem prévia autorização ou de forma irregular, apurados mediante a leitura do equipamento.

§ 1º - Não perdurará a presunção mencionada nos incisos II, III, IV e IX quando em contrário provarem os lançamentos efetuados em escrita contábil revestida das formalidades legais.

§ 2º - Não produzirá os efeitos previstos no parágrafo anterior a escrita contábil, quando:

I - contiver vícios ou irregularidades que objetivem ou possibilitem a sonegação de tributos;

II - os documentos fiscais emitidos ou recebidos contiverem omissões ou vícios, ou quando se verificar que as quantidades, operações ou valores lançados são inferiores aos reais;

III - os livros ou documentos fiscais forem declarados extraviados, salvo se o contribuinte fizer comprovação das operações ou prestações e de que sobre elas pagou o imposto devido;

IV - o contribuinte, embora intimado, persistir no propósito de não exhibir seus livros e documentos para exame.

§ 3º - O Gerente Regional da Fazenda Estadual poderá determinar a instauração de regime especial de fiscalização para fins de arbitramento do movimento tributável médio previsto no inciso V, observado o seguinte:

I - a duração do regime não será inferior a 10 (dez) nem superior a 60 (sessenta) dias, de cada vez;

II - os documentos fiscais, bem como outros meios destinados ao registro das operações poderão ser visados previamente pelos servidores designados para aplicação do regime.

Art. 76 - As Gerências Regionais da Fazenda Estadual, sem prejuízo de outras providências cabíveis, deverão comunicar à Diretoria de Administração as seguintes ocorrências:

I - inexistência ou inatividade de estabelecimento para o qual foi obtida inscrição no CCICMS;

II - existência de documentos fiscais supostamente emitidos por:

a) estabelecimento que se encontre na situação descrita no inciso anterior;

b) empresas fictícias que tiverem existência legal;

c) empresas inscritas nesta ou em outra unidade, emitirem ou tiverem seu nome utilizado para emissão de documentos fiscais destinados a documentar operações irregulares;

III - impressão de documentos fiscais em duplicidade ou sem a competente autorização fiscal.

§ 1º - A Diretoria de Administração Tributária, recebido a comunicação, tomará as seguintes providências:

I - cancelamento de ofício da inscrição no CCICMS, a hipótese descrita no inciso I;

II - publicação de edital declaratório, no Diário oficial do Estado, noticiando a ocorrência, identificando o estabelecimento envolvido e declarando os documentos fiscais inidôneos para fins de escrituração de créditos fiscais.

§ 2º - Os contribuintes que tenham créditos escriturados em seus livros fiscais com base em documentos declarados inidôneos deverão, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do edital declaratório:

I - recolher, a título de estorno, o valor do crédito indevidamente escriturado, juntamente com os acréscimos cabíveis mencionando no Documento de Arrecadação: "Recolhimento efetuado nos termos do RICMS, art. 78, § 2º, I;

II - comunicar o fato por escrito, à Gerência Regional da Fazenda Estadual a que jurisdicionado, indicando as pessoas de quem receberam os documentos, acompanhando ou não mercadorias.

§ 3º - Aplica-se o disposto nos §§ 1º e 2º à hipótese de extravio de documentos fiscais ao fisco pelo próprio sujeito passivo.

§ 4º - O disposto no § 2º, I, não terá aplicação se ficar cabalmente provado o recolhimento do imposto destacado nos indigitados documentos fiscais.

§ 5º - independe de publicação de edital a ação fiscal contra o contribuinte que escriturar créditos fiscais nas condições previstas neste artigo, se ficar provado dolo, fraude ou simulação.

Art. 77 - As mercadorias transportadas ou estocadas sem documentação fiscal ou com documentação fiscal fraudulenta poderão ser retidas em depósito até a identificação de seu proprietário, mediante

lavratura de Termo de ocorrência e Depósito, de modelo oficial, entregando-se cópia a quem detiver a posse das mercadorias.

§ 1º - Havendo prova ou fundada suspeita de que mercadorias se encontram em residência particular ou dependência do estabelecimento utilizada como moradia, será promovida busca e apreensão judicial, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar sua remoção clandestinas.

§ 2º - Caso o sujeito passivo não seja domiciliado neste Estado, deverá ser garantido o crédito tributário, mediante fiança idôneos ou depósito de bens, valores ou títulos mobiliários.

§ 3º - As mercadorias poderão ser depositadas junto a terceiro idôneo se a sua guarda for possível em depósito do Estado.

§ 4º - A devolução da coisa depositada far-se-á mediante pagamento das despesas decorrentes do depósito, se existentes, e assunção da responsabilidade pelo crédito tributário, em termo próprio, pelo real proprietário da mercadoria, contra quem será emitida a Notificação Fiscal.

Art. 78 - Se dentro de 30 (trinta) dias contados do depósito, a mercadoria apreendida não for reclamada, será iniciado o processo de leilão público, na forma da Lei nº 3.938 de 26-12-66, artigos 125 a 130.

§ 1º - Tratando-se de bens rapidamente deterioráveis, o prazo referido neste artigo poderá ser reduzido para 24 (vinte e quatro) horas ou menos, findo o qual os bens serão doados a instituições beneficentes, fazendo-se constar essa circunstância no Termo de Ocorrência e Depósito.

§ 2º - Enquanto não entregue a coisa ao arrematante, o real proprietário poderá reclamá-la, observando o disposto no art. 77, § 4º.

# LEI Nº 8.137 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1990

“Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências.”

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

## CAPÍTULO I

### DOS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

#### Seção I

Dos crimes praticados por particulares

Art. 1º - Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

\* V. Arts. 8º e 12.

\* V. Art. 1º, III, Dec. 982/93 (Crimes de natureza tributária - fiscalização e lançamento).

\* V. Art. 34, Lei 9.249/95 (Altera a legislação do Imposto de Renda).

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operações de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;

III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço,

efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Parágrafo único - A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso V.

Art. 2º - Constitui crime da mesma natureza:

\* V. Arts. 8º e 12.

\* V. Art. 1º, III, Dec. 982/93 (Crimes de natureza tributária - fiscalização e lançamento).

\* V. Art. 34, Lei 9.249/95 (Altera a legislação do Imposto de Renda).

I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se total ou parcialmente, de pagamento de tributo;

II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;

III - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal;

IV - deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento;

V - utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública.

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

## Seção II

### Dos crimes praticados por funcionários públicos

Art. 3º - Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no Decreto-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (Título XI, Capítulo I):

\* V. Arts. 8º e 12.

\* V. Art. 1º, III, Dec. 982/93 (Crimes de natureza tributária - fiscalização e lançamento).

\* V. Art. 34, Lei 9.249/95 (Altera a legislação do Imposto de Renda).

I - extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão de função, sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social;

II - exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente;

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos e multa.

III - patrocinar, direta ou indiretamente interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.

Pena - reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

## CAPÍTULO II

### DOS CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E AS RELAÇÕES DE CONSUMO

Art. 4º - Constitui crime contra a ordem econômica:

\* V. Arts. 9º, I e 12.

\* V. Art. 34, Lei 9.249/95 (Altera a legislação do Imposto de Renda).

I - abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante:

a) ajuste ou acordo de empresas;

b) aquisição de acervos de empresas ou cotas, ações, títulos ou direitos;

c) coalizão, incorporação, fusão ou integração de empresas;

d) concentração de ações, títulos, cotas ou direitos em poder de empresa, empresas coligadas ou controladas, ou pessoas físicas;

e) cessação parcial ou total das atividades da empresa;

f) impedimento a constituição, funcionamentos ou desenvolvimento de empresa concorrente;

II - formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando:

a) à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas;

b) ao controle regionalizado do mercado por empresa ou grupo de empresas;

c) ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de distribuição ou de fornecedores;

III - discriminar preço de bens ou de prestação de serviços por ajustes ou acordos de grupo econômico, com o fim de estabelecer monopólio, ou eliminar, total ou parcialmente a concorrência;

IV - açambarcar, sonegar, destruir ou inutilizar bens de produção ou de consumo, com o fim de estabelecer monopólio ou de eliminar, total ou parcialmente, a concorrência;

V - provocar oscilação de preços em detrimento de empresa concorrente ou vendedor de matéria-prima, mediante ajuste ou acordo, ou por outro meio fraudulento;

VI - vender mercadorias abaixo do preço de custo, com o fim de impedir a concorrência;

VII - elevar sem justa causa o preço do bem ou serviço, valendo-se de posição dominante no mercado.

Pena - reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.

\* inciso VII com redação determinada pela Lei 8.884/94.

Art. 5º - Constitui crime da mesma natureza:

\* V. Arts. 9º, II e 12.

\* V. Art. 34, Lei 9.249/95 (Altera a legislação do Imposto de Renda).

I - exigir exclusividade de propaganda, transmissão ou difusão de publicidade, em detrimento de concorrência;

II - subordinar a venda de bem ou a utilização de serviço à aquisição de outro bem, ou ao uso de determinado serviço;

III - sujeitar a venda de bem ou a utilização de serviço à aquisição de quantidade arbitrariamente determinada;

IV - recusar-se, sem justa causa, o diretor, administrador, ou gerente de empresa a prestar à autoridade competente ou prestá-la de modo inexato, informação sobre o custo de produção ou preço de venda.

Pena - detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.

Parágrafo único - A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertido em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso IV.

Art. 6º - Constitui crime da mesma natureza:

\* V. Arts. 9º, II e 12.

\* V. Art. 34, Lei 9.249/95 (Altera a legislação do Imposto de Renda).

I - vender ou oferecer à venda mercadoria, ou contratar ou oferecer serviço, por preço

superior ao oficialmente tabelado, ao fixado por órgão ou entidade governamental, e ao estabelecido em regime legal de controle;

II - aplicar fórmula de reajustamento de preços ou indexação de contrato proibida, ou diversa daquela que for legalmente estabelecida, ou fixada por autoridade competente;

III - exigir, cobrar ou receber qualquer vantagem ou importância adicional de preço tabelado, congelado, administrado, fixado ou controlado pelo Poder Público, inclusive por meio da adoção ou de aumento de taxa ou outro percentual, incidente sobre qualquer contratação.

Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, ou multa.

Art. 7º - Constitui crime contra as relações de consumo:

\* V. Arts. 9º, III e 12.

\* V. Arts. 61 a 80, Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

\* V. Art. 34, Lei 9.249/95 (Altera a legislação do Imposto de Renda).

I - favorecer ou preferir, sem justa causa, comprador ou freguês, ressalvados os sistemas de entrega ao consumo por intermédio de distribuidores ou revendedores;

II - vender ou expor à venda mercadoria cuja embalagem, tipo, especificação, peso ou composição esteja em desacordo com as prescrições legais, ou que não corresponda à respectiva classificação oficial;

III - misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros; misturar gêneros e mercadorias de qualidades desiguais para vendê-los ou expô-los à venda por preço estabelecido para os de mais alto custo;

IV - fraudar preços por meio de:

a) alteração, sem modificação essencial ou de qualidade de elementos tais como

denominação, sinal externo, marca, embalagem, especificação técnica, descrição, volume, peso, pintura ou acabamento de bem ou serviço;

b) divisão em partes de bem ou serviço, habitualmente oferecido à venda em conjunto;

c) junção de bens ou serviços, comumente oferecidos à venda em separado;

d) aviso de inclusão de insumo não empregado na produção do bem ou na prestação dos serviços;

V - elevar o valor cobrado nas vendas a prazo de bens ou serviços, mediante a exigência de comissão ou de taxa de juros ilegais;

VI - sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação;

VII - induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de indicação ou afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade de bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária;

VIII - destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preços, em proveito próprio ou de terceiros;

IX - vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo.

Pena - detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, ou multa.

Parágrafo único - nas hipóteses dos incisos II, III e IX pune-se a modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte.

### CAPÍTULO III DAS MULTAS

Art. 8º - Nos crimes definidos nos arts. 1º a 3º desta Lei, a pena de multa será fixada entre 10 (dez) e 360 (trezentos e sessenta) dias-multa, conforme seja necessário e

suficiente para reprovação e prevenção do crime.

Parágrafo único - O dia-multa será fixado pelo juiz em valor não inferior a 14 (quatorze) nem superior a 200 (duzentos) Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

Art. 9º - A pena de detenção ou reclusão poderá ser convertida em multa de valor equivalente a:

I - 200.000 (duzentos mil) até 5.000.000 (cinco milhões) de BTN, nos crimes definidos no art. 4º;

II - 5.000 (cinco mil) até 200.000 (duzentos mil) BTN, nos crimes definidos nos arts. 5º e 6º;

III - 50.000 (cinquenta mil) até 1.000.000 (um milhão) de BTN, nos crimes definidos no art. 7º.

Art. 10 - Caso o juiz, considerado o ganho ilícito e a situação econômica do réu, verifique a insuficiência ou excessiva onerosidade das penas pecuniárias previstas nesta Lei, poderá diminuí-la até a 10ª (décima) parte ou elevá-las ao décuplo.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 - Quem, de qualquer modo, inclusive por meio de pessoa jurídica, concorre para os crimes definidos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade.

\* V. Art. 59, Lei 9.069/95 (Plano Real).

Parágrafo único - Quando a venda ao consumidor for efetuada por sistema de entrega ao consumo ou por intermédio de distribuidor ou revendedor, seja em regime de concessão comercial ou outro em que o preço ao consumidor é estabelecido ou sugerido pelo fabricante ou concedente, o ato por este praticado não alcança o distribuidor ou revendedor.

Art. 12 - São circunstâncias que podem agravar de 1/3 (um terço) até a metade as penas previstas nos arts. 1º, 2º e 4º a 7º:

I - ocasionar grave dano à coletividade;

II - ser o crime cometido por servidor público no exercício de suas funções;

III - ser o crime praticado em relação à prestação de serviços ou ao comércio de bens essenciais à vida ou à saúde.

Art. 13 - (Vetado)

Art. 14 - (Revogado pela Lei 8.383/91).

Art. 15 - Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública, aplicando-se-lhes o disposto no art. 100 do Dec-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Art. 16 - Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos crimes descritos nesta Lei, fornecendo-lhe por escrito informações sobre o fato e a autoria, bem como indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

Parágrafo único - Nos crimes previstos nesta Lei, cometidos em quadrilha ou co-autoria, o co-autor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços.

\* Parágrafo único acrescentado pela Lei 9.080/95.

Art. 17 - Compete ao Departamento nacional de Abastecimento e Preços, quando e se necessário, providenciar a desapropriação de estoques, a fim de evitar crise no mercado ou colapso no abastecimento.

Art. 18 - (Revogado pela Lei 8.176/91).

Art. 19 - O *caput* do art. 172 do Dec-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a ter a seguinte redação:

\* Alteração processada no volume do Código Penal.

Art. 20 - O § 1º do art. 316 do Dec-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a ter a seguinte redação:

\* Alteração processada no volume do Código Penal.

Art. 21 - O art. 318 do Dec-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, quanto a fixação da pena, passa a ter a seguinte redação:

\* Alteração processada no volume do Código Penal.

Art. 22 - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, o art. 279 do Dec-lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

FERNANDO COLLOR

**LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.**

(DOU 27.12.1995)

Altera a legislação do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As bases de cálculo e o valor dos tributos e contribuições federais serão expressos em Reais.

Art. 2º. O Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas e a contribuição social sobre o lucro líquido serão determinados segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta Lei.

Art. 3º. A alíquota do Imposto sobre a Renda das pessoas jurídicas é de quinze por cento.

§ 1º. A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado que exceder o valor resultante da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração, sujeita-se à incidência de adicional de Imposto sobre a Renda à alíquota de dez por cento. (Redação dada ao parágrafo pela Lei nº 9.430, de 27.12.1996, DOU 30.12.1996)

Nota: Assim dispunha a redação anterior:

"§ 1º. A parcela do lucro real, presumido ou arbitrado, apurado anualmente, que exceder a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais), sujeita-se à incidência de adicional de Imposto sobre a Renda à alíquota de dez por cento."

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior aplica-se, inclusive, nos casos de incorporação, fusão ou cisão e de extinção da pessoa jurídica pelo encerramento da liquidação. (Redação dada ao parágrafo pela Lei nº 9.430, de 27.12.1996, DOU 30.12.1996)

Nota: Assim dispunha a redação anterior:

"§ 2º. O limite previsto no parágrafo anterior será proporcional ao número de meses transcorridos, quando o período de apuração for inferior a doze meses."

§ 3º. O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à pessoa jurídica que explore

atividade rural de que trata a Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990.

§ 4º. O valor do adicional será recolhido integralmente, não sendo permitidas quaisquer deduções.

Art. 4º. Fica revogada a correção monetária das demonstrações financeiras de que tratam a Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989, e o artigo 1º da Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações financeiras, inclusive para fins societários.

Art. 5º. O inciso IV do artigo 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 187.....

.....

IV - o lucro ou prejuízo operacional, as receitas e despesas não operacionais;

....."

Art. 6º. Os valores controlados na parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real, existentes em 31 de dezembro de 1995, somente serão corrigidos monetariamente até essa data, observada a legislação então vigente, ainda que venham a ser adicionados, excluídos ou compensados em períodos-base posteriores.

Parágrafo único. A correção dos valores referidos neste artigo será efetuada tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996.

Art. 7º. O saldo do lucro inflacionário acumulado, remanescente em 31 de dezembro de 1995, corrigido monetariamente até essa data, será realizado de acordo com as regras da legislação então vigente.

§ 1º. Para fins do cálculo do lucro inflacionário realizado nos períodos-base posteriores, os valores dos ativos que estavam sujeitos a correção monetária, existentes em 31 de dezembro de 1995, deverão ser registrados destacadamente na contabilidade da pessoa jurídica.

§ 2º. O disposto no parágrafo único do artigo 6º aplica-se à correção dos valores de que trata este artigo.



§ 3º. A opção da pessoa jurídica, o lucro inflacionário acumulado existente em 31 de dezembro de 1995, corrigido monetariamente até essa data, com base no parágrafo único do artigo 6º, poderá ser considerado realizado integralmente e tributado à alíquota de dez por cento.

§ 4º. A opção de que trata o parágrafo anterior, que deverá ser feita até 31 de dezembro de 1996, será irretratável e manifestada através do pagamento do imposto em cota única, podendo alcançar também o saldo do lucro inflacionário a realizar relativo à opção prevista no artigo 31 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992.

§ 5º. O imposto de que trata o § 3º será considerado como de tributação exclusiva.

Art. 8º. Permanecem em vigor as normas aplicáveis às contrapartidas de variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações do contribuinte em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual.

Art. 9º. A pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

§ 1º. O efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados. (Redação dada ao parágrafo pela Lei nº 9.430, de 27.12.1996, DOU 30.12.1996)

Nota: Assim dispunha a redação anterior:

"§ 1º. O efetivo pagamento ou crédito dos juros fica condicionado à existência de lucros, computados antes da dedução dos juros, ou de lucros acumulados, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados."

§ 2º. Os juros ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte à alíquota de

quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário.

§ 3º. O imposto retido na fonte será considerado:

I - antecipação do devido na declaração de rendimentos, no caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real;

II - tributação definitiva, no caso de beneficiário pessoa física ou pessoa jurídica não tributada com base no lucro real, inclusive isenta, ressalvado o disposto no § 4º;

§ 4º. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 27.12.1996, DOU 30.12.1996)

Nota: Assim dispunha o parágrafo revogado:

"§ 4º. No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, os juros de que trata este artigo serão adicionados à base de cálculo de incidência do adicional previsto no § 1º do artigo 3º."

§ 5º. No caso de beneficiário sociedade civil de prestação de serviços, submetida ao regime de tributação de que trata o artigo 1º do Decreto-lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, o imposto poderá ser compensado com o retido por ocasião do pagamento dos rendimentos aos sócios beneficiários.

§ 6º. No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real o imposto de que trata o § 2º poderá ainda ser compensado com o retido por ocasião do pagamento ou crédito de juros a título de remuneração de capital próprio a seu titular, sócios ou acionistas.

§ 7º. O valor dos juros pagos ou creditados pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor dos dividendos de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sem prejuízo do disposto no § 2º.

§ 8º. Para os fins de cálculo da remuneração prevista neste artigo, não será considerado o valor de reserva de reavaliação de bens ou direitos da pessoa jurídica, exceto se esta for adicionada na determinação da base de cálculo do Imposto sobre a Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 9º. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 27.12.1996, DOU 30.12.1996)

Nota: Assim dispunha o parágrafo revogado:

"§ 9º. A opção da pessoa jurídica, o valor dos juros a que se refere este artigo poderá ser incorporado ao capital social ou mantido em conta de reserva destinada a aumento de capital, garantida sua dedutibilidade desde que o imposto de que trata o § 2º, assumido pela pessoa jurídica, seja recolhido no prazo de 15 dias contados a partir da data do encerramento do período-base em que tenha ocorrido a dedução dos referidos juros, não sendo reajustável a base de cálculo nem dedutível o imposto pago para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido."

§ 10. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 27.12.1996, DOU 30.12.1996)

Nota: Assim dispunha o parágrafo revogado:

"§ 10. O valor da remuneração deduzida, inclusive na forma do parágrafo anterior, deverá ser adicionado ao lucro líquido para determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido."

Art. 10. Os lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados a partir do mês de janeiro de 1996, pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, não ficarão sujeitos à incidência do Imposto sobre a Renda na fonte nem integrarão a base de cálculo do Imposto sobre a Renda do beneficiário, pessoa física ou jurídica, domiciliado no País ou no exterior.

Parágrafo único. No caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados a partir do mês de janeiro de 1996, ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.

Art. 11. Os rendimentos produzidos por aplicação financeira de renda fixa, auferidos por qualquer beneficiário, inclusive pessoa jurídica isenta, sujeitam-se à incidência do Imposto sobre a Renda à alíquota de quinze por cento.

§ 1º. Os rendimentos de que trata este artigo serão apropriados pro rata tempore até 31 de dezembro de 1995 e tributados, no que se refere à parcela relativa a 1995, nos termos da legislação então vigente.

§ 2º. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 27.12.1996, DOU 30.12.1996)

Nota: Assim dispunha o parágrafo revogado:

"§ 2º. No caso de beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, os rendimentos de que trata este artigo, bem como os rendimentos de renda variável e os ganhos líquidos obtidos em bolsas, serão adicionados à base de cálculo de incidência do adicional previsto no § 1º do artigo 3º."

§ 3º. O disposto neste artigo não elide as regras previstas nos artigos 76 e 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

Art. 12. O inciso III do artigo 77 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77....."

.....

III - nas operações de renda variável realizadas em bolsa, no mercado de balcão organizado, autorizado pelo órgão competente, ou através de fundos de investimento, para a carteira própria das entidades citadas no inciso I;

....."

Art. 13. Para efeito de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, são vedadas as seguintes deduções, independentemente do disposto no artigo 47 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964:

I - de qualquer provisão, exceto as constituídas para o pagamento de férias de empregados e de décimo-terceiro salário a de que trata o artigo 43 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, com as alterações da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, e as provisões técnicas das companhias de seguro e de capitalização, bem como das entidades de previdência privada cuja constituição é exigida pela legislação especial a elas aplicável.

II - das contraprestações de arrendamento mercantil e do aluguel de bens móveis ou imóveis, exceto quando relacionados intrinsecamente com a produção ou comercialização dos bens e serviços

III - de despesas de depreciação, amortização, manutenção, reparo, conservação, impostos, taxas, seguros e quaisquer outros gastos com bens móveis ou imóveis, exceto se intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços;

IV - das despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores;

V - das contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica;

VI - das doações, exceto as referidas no § 2º;

VII - das despesas com brindes.

§ 1º. Admitir-se-ão como dedutíveis as despesas com alimentação fornecida pela pessoa jurídica, indistintamente, a todos os seus empregados.

§ 2º. Poderão ser deduzidas as seguintes doações:

I - as de que trata a Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991;

II - as efetuadas às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do artigo 213 da Constituição Federal, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada sua dedução e a de que trata o inciso seguinte;

III - as doações, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, efetuadas a entidades civis, legalmente constituídas no Brasil sem fins lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, observadas as seguintes regras:

a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária;

b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal, fornecida pela entidade beneficiária, em que esta se compromete a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

c) a entidade civil beneficiária deverá ser reconhecida de utilidade pública por ato formal de órgão competente da União.

Art. 14. Para efeito de apuração do lucro real, fica vedada a exclusão, do lucro líquido do exercício, do valor do lucro da exploração de atividades monopolizadas de que tratam o § 2º do artigo 2º da Lei nº 6.264, de 18 de novembro de 1975, e o § 2º do artigo 19 do Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 1.730, de 17 de outubro de 1979.

Art. 15. A base de cálculo do imposto, em cada mês, será determinada mediante a aplicação do percentual de oito por cento sobre a receita bruta auferida mensalmente, observado o disposto nos artigos 30 a 35 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995.

§ 1º. Nas seguintes atividades, o percentual de que trata este artigo será de:

I - um inteiro e seis décimos por cento, para a atividade de revenda, para consumo, de combustível derivado de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural;

II - dezesseis por cento:

a) para a atividade de prestação de serviços de transporte, exceto o de carga, para o qual se aplicará o percentual previsto no caput deste artigo;

b) para as pessoas jurídicas a que se refere o inciso III do artigo 36 da Lei nº 8.981, de

20 de janeiro de 1995, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 29 da referida Lei;  
III - trinta e dois por cento, para as atividades de:

- a) prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares;
- b) intermediação de negócios;
- c) administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;
- d) prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

§ 2º No caso de atividades diversificadas será aplicado o percentual correspondente a cada atividade.

§ 3º As receitas provenientes de atividade incentivada não comporão a base de cálculo do imposto, na proporção do benefício a que a pessoa jurídica, submetida ao regime de tributação com base no lucro real, fizer jus.

Art. 16. O lucro arbitrado das pessoas jurídicas será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta, quando conhecida, dos percentuais fixados no artigo 15, acrescidos de vinte por cento.

Parágrafo único. No caso das instituições a que se refere o inciso III do artigo 36 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, o percentual para determinação do lucro arbitrado será de quarenta e cinco por cento.

Art. 17. Para os fins de apuração do ganho de capital, as pessoas físicas e as pessoas jurídicas não tributadas com base no lucro real observarão os seguintes procedimentos:

I - tratando-se de bens e direitos cuja aquisição tenha ocorrido até o final de 1995, o custo de aquisição poderá ser corrigido monetariamente até 31 de dezembro desse ano, tomando-se por base o valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996, não se lhe aplicando qualquer correção monetária a partir dessa data;

II - tratando-se de bens e direitos adquiridos após 31 de dezembro de 1995, ao custo de

aquisição dos bens e direitos não será atribuída qualquer correção monetária.

Art. 18. O ganho de capital auferido por residente ou domiciliado no exterior será apurado e tributado de acordo com as regras aplicáveis aos residentes no País.

Art. 19. A partir de 1º de janeiro de 1996, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido, de que trata a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988, passa a ser de oito por cento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às instituições a que se refere o § 1º do artigo 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para as quais a alíquota da contribuição social será de dezoito por cento.

Art. 20. A partir de 1º de janeiro de 1996, a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, devida pelas pessoas jurídicas que efetuarem o pagamento mensal a que se referem os artigos 27 e 29 a 34 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, e pelas pessoas jurídicas desobrigadas de escrituração contábil, corresponderá a doze por cento da receita bruta, na forma definida na legislação vigente, auferida em cada mês do ano-calendário.

Art. 21. A pessoa jurídica que tiver parte ou todo o seu patrimônio absorvido em virtude de incorporação, fusão ou cisão deverá levantar balanço específico para esse fim, no qual os bens e direitos serão avaliados pelo valor contábil ou de mercado.

§ 1º. O balanço a que se refere este artigo deverá ser levantado até trinta dias antes do evento.

§ 2º. No caso de pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado, que optar pela avaliação a valor de mercado, a diferença entre este e o custo de aquisição, diminuído dos encargos de depreciação, amortização ou exaustão, será considerada ganho de capital, que deverá ser adicionado à base de cálculo do Imposto sobre a Renda devido e da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 3º. Para efeito do disposto no parágrafo anterior, os encargos serão considerados

incorridos, ainda que não tenham sido registrados contabilmente.

§ 4º. A pessoa jurídica incorporada, fusionada ou cindida deverá apresentar declaração de rendimentos correspondente ao período transcorrido durante o ano-calendário, em seu próprio nome, até o último dia útil do mês subsequente ao do evento.

Art. 22. Os bens e direitos do ativo da pessoa jurídica, que forem entregues ao titular ou a sócio ou acionista, a título de devolução de sua participação no capital social, poderão ser avaliados pelo valor contábil ou de mercado.

§ 1º. No caso de a devolução realizar-se pelo valor de mercado, a diferença entre este e o valor contábil dos bens ou direitos entregues será considerada ganho de capital, que será computado nos resultados da pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou na base de cálculo do Imposto sobre a Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido devidos pela pessoa jurídica tributada com base no lucro presumido ou arbitrado.

§ 2º. Para o titular, sócio ou acionista, pessoa jurídica, os bens ou direitos recebidos em devolução de sua participação no capital serão registrados pelo valor contábil da participação ou pelo valor de mercado, conforme avaliado pela pessoa jurídica que esteja devolvendo capital.

§ 3º. Para o titular, sócio ou acionista, pessoa física, os bens ou direitos recebidos em devolução de sua participação no capital serão informados, na declaração de bens correspondente à declaração de rendimentos do respectivo ano-base, pelo valor contábil ou de mercado, conforme avaliado pela pessoa jurídica.

§ 4º. A diferença entre o valor de mercado e o valor constante da declaração de bens, no caso de pessoa física, ou o valor contábil, no caso de pessoa jurídica, não será computada, pelo titular, sócio ou acionista, na base de cálculo do imposto de renda ou da contribuição social sobre o lucro líquido.

Art. 23. As pessoas físicas poderão transferir a pessoas jurídicas, a título de integralização de capital, bens e direitos pelo valor

constante da respectiva declaração de bens ou pelo valor de mercado.

§ 1º. Se a entrega for feita pelo valor constante da declaração de bens, as pessoas físicas deverão lançar nesta declaração as ações ou quotas subscritas pelo mesmo valor dos bens ou direitos transferidos, não se aplicando o disposto no artigo 60 do Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e no artigo 20, II, do Decreto-lei nº 2.065, de 26 de outubro de 1983.

§ 2º. Se a transferência não se fizer pelo valor constante da declaração de bens a diferença a maior será tributável como ganho de capital.

Art. 24. Verificada a omissão de receita, a autoridade tributária determinará o valor do imposto e do adicional a serem lançados de acordo com o regime de tributação a que estiver submetida a pessoa jurídica no período-base a que corresponder a omissão.

§ 1º. No caso de pessoa jurídica com atividades diversificadas tributadas com base no lucro presumido ou arbitrado, não sendo possível a identificação da atividade a que se refere a receita omitida, esta será adicionada àquela a que corresponder o percentual mais elevado.

§ 2º. O valor da receita omitida será considerado na determinação da base de cálculo para o lançamento da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para a seguridade social - COFINS e da contribuição para os Programas de Integração Social - PIS, e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP.

§ 3º. (Revogado pela Lei nº 9.430, de 27.12.1996, DOU 30.12.1996)

Nota: Assim dispunha o parágrafo revogado:

"§ 3º. Na hipótese deste artigo, a receita de lançamento de ofício será de trezentos por cento sobre a totalidade ou diferença dos tributos e contribuições devidos, observado o disposto no § 1º do artigo 4º da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991."

Art. 25. Os lucros, rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior serão computados na determinação do lucro real

das pessoas jurídicas correspondentes ao balanço levantando em 31 de dezembro de cada ano.

§ 1º. Os rendimentos e ganhos de capital auferidos no exterior serão computados na apuração do lucro líquido das pessoas jurídicas com observância do seguinte:

I - os rendimentos e ganhos de capital serão convertidos em Reais de acordo com a taxa de câmbio, para venda, na data em que forem contabilizados no Brasil;

II - caso a moeda em que for auferido o rendimento ou ganho de capital não tiver cotação no Brasil, será ela convertida em dólares norte-americanos e, em seguida, em Reais;

§ 2º. Os lucros auferidos por filiais, sucursais ou controladas, no exterior, de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil serão computados na apuração do lucro real com observância do seguinte:

I - as filiais, sucursais e controladas deverão demonstrar a apuração dos lucros que auferirem em cada um de seus exercícios fiscais, segundo as normas da legislação brasileira;

II - os lucros a que se refere o inciso I serão adicionados ao lucro líquido da matriz ou controladora, na proporção de sua participação acionária, para apuração do lucro real;

III - se a pessoa jurídica se extinguir no curso do exercício, deverá adicionar ao seu lucro líquido os lucros auferidos por filiais, sucursais ou controladas, até a data do balanço de encerramento;

IV - as demonstrações financeiras das filiais, sucursais e controladas que embasem as demonstrações em Reais deverão ser mantidas no Brasil pelo prazo previsto no artigo 173 da Lei nº 5 172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º. Os lucros auferidos no exterior por coligadas de pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil serão computados na apuração do lucro real com observância do seguinte:

I - os lucros realizados pela coligada serão adicionados ao lucro líquido, na proporção da participação da pessoa jurídica no capital da coligada;

II - os lucros a serem computados na apuração do lucro real são os apurados no balanço ou balanços levantados pela coligada no curso do período-base da pessoa jurídica;

III - se a pessoa jurídica se extinguir no curso do exercício, deverá adicionar ao seu lucro líquido, para apuração do lucro real, sua participação nos lucros da coligada apurados por esta em balanços levantados até a data do balanço de encerramento da pessoa jurídica;

IV - a pessoa jurídica deverá conservar em seu poder cópia das demonstrações financeiras da coligada.

§ 4º. Os lucros a que se referem os §§ 2º e 3º serão convertidos em Reais pela taxa de câmbio, para venda, do dia das demonstrações financeiras em que tenham sido apurados os lucros da filial, sucursal, controlada ou coligada.

§ 5º. Os prejuízos e perdas decorrentes das operações referidas neste artigo não serão compensados com lucros auferidos no Brasil.

§ 6º. Os resultados da avaliação dos investimentos no exterior, pelo método da equivalência patrimonial, continuarão a ter o tratamento previsto na legislação vigente, sem prejuízo do disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

Art. 26. A pessoa jurídica poderá compensar o Imposto sobre a Renda incidente, no exterior, sobre os lucros, rendimentos e ganhos de capital computados no lucro real, até o limite do Imposto sobre a Renda incidente, no Brasil, sobre os referidos lucros, rendimentos ou ganhos de capital.

§ 1º. Para efeito de determinação do limite fixado no caput, o imposto incidente, no Brasil, correspondente aos lucros, rendimentos ou ganhos de capital auferidos no exterior, será proporcional ao total do imposto e adicional devidos pela pessoa jurídica no Brasil.

§ 2º. Para fins de compensação, o documento relativo ao Imposto sobre a Renda incidente no exterior deverá ser reconhecido pelo respectivo órgão arrecadador e pelo Consulado da

Embaixada Brasileira no país em que for devido o imposto.

§ 3º O Imposto sobre a Renda a ser compensado será convertido em quantidade de Reais, de acordo com a taxa de câmbio, para venda, na data em que o imposto foi pago; caso a moeda em que o imposto foi pago não tiver cotação no Brasil, será ela convertida em dólares norte-americanos e, em seguida, em Reais.

Art. 27. As pessoas jurídicas que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior estão obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real.

Art. 28. A alíquota do Imposto sobre a Renda de que tratam o artigo 77 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958 e o artigo 100 do Decreto-lei nº 5.844, de 23 de setembro de 1943, com as modificações posteriormente introduzidas, passa, a partir de 1º de janeiro de 1996, a ser de quinze por cento.

Art. 29. Os limites a que se referem os artigos 36, I e 44, da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro, com a redação dada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, passam a ser de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais).

Art. 30. Os valores constantes da legislação tributária, expressos em quantidade de UFIR, serão convertidos em Reais pelo valor da UFIR vigente em 1º de janeiro de 1996.

Art. 31. Os prejuízos não operacionais, apurados pelas pessoas jurídicas, a partir de 1º de janeiro de 1996, somente poderão ser compensados com lucros de mesma natureza, observado o limite previsto no artigo 15 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.

Art. 32. (VETADO)

Art. 33. (VETADO)

Art. 34. Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 35. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1996.

Art. 36. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente:

I - o Decreto-lei nº 1.215, de 4 de maio de 1972, observado o disposto no artigo 178 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966

II - os artigos 2º a 19 da Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989

III - os artigos 9º e 12 da Lei nº 8.023, de 12 de abril de 1990

IV - os artigos 43 e 44 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992

V - o artigo 28 e os incisos VI, XI e XII e o parágrafo único do artigo 36, os artigos 46. 48 e 54, e o inciso II do artigo 60, todos da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, alterada pela Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, e o artigo 10 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995.


Brasília, 26 de dezembro de 1995 174º da Independência e 107º da República.

Fernando Henrique Cardoso - Presidente da República.

## **ANEXO 2**

**Acompanhamento das ações fazendárias**



	<u>Conheça a Secretaria</u>	<u>Arquivos para Download</u>	<u>Balanco Anual 1997</u>	<u>Boletim Informativo</u>
	<u>Informações Sócio-Econ.Fiscais</u>	<u>Informações Tributárias</u>	<u>Consultas</u>	<u>Licitações</u>

### **IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS**

A arrecadação do ICMS no mês de abril, registrou um acréscimo em valores nominais de 6,70% em relação ao mês anterior e 13,32% ao mês de abril de 1998, totalizando um valor de R\$ 192.718.418,32. Este incremento deixa claro que começa a repercutir a reação positiva da sociedade ao novo governo, associada ao esforço da Secretaria de Estado da Fazenda, através da efetiva fiscalização, que tem dado retorno favorável à arrecadação do ICMS.

No que se refere a arrecadação do ICMS setorial, em relação ao mês de abril de 1998, observa-se um acréscimo em valores nominais em todos os setores. O setor industrial cresceu 16,35%, o comércio atacadista 11,91%, o comércio varejista 7,36% e o setor de serviços 17,57%.

Do total da arrecadação por setor de atividade da economia, podemos destacar a indústria Têxtil com um incremento de 42,14%, a indústria de Matérias Plásticas com 20,60% e a indústria de Bebidas com 191,45%, neste último caso, devido principalmente ao término dos benefícios concedidos pelo Estado (PRODEC - Brahma).

No comércio atacadista podemos destacar o comportamento dos Combustíveis e Lubrificantes com um incremento de 15,16%, reflexo dos reajustes de preços autorizados pelo governo federal, caracterizando uma demanda inelástica.

O crescimento de 17,38% na arrecadação do ICMS dos Supermercados, 14,83% dos Veículos e Autopeças e 22,29% dos Materiais de Construção, é uma resposta do esforço fiscal empreendido pela Secretaria de Estado da Fazenda, contribuindo assim para o desempenho positivo do comércio varejista.

No setor de Serviços, destacam-se os Serviços de Transporte com um incremento de 111,12%.

No que se refere as atividades com maior peso na arrecadação do ICMS, verificamos uma queda da participação relativa na indústria Mecânica (24,31%), na indústria Metalúrgica (23,79%), na indústria de Papel e Papelão (14,14%), no comércio varejista de Utilidades Domésticas (11,82%) e nos serviços de Telefonia e Telecomunicações (17,07%).

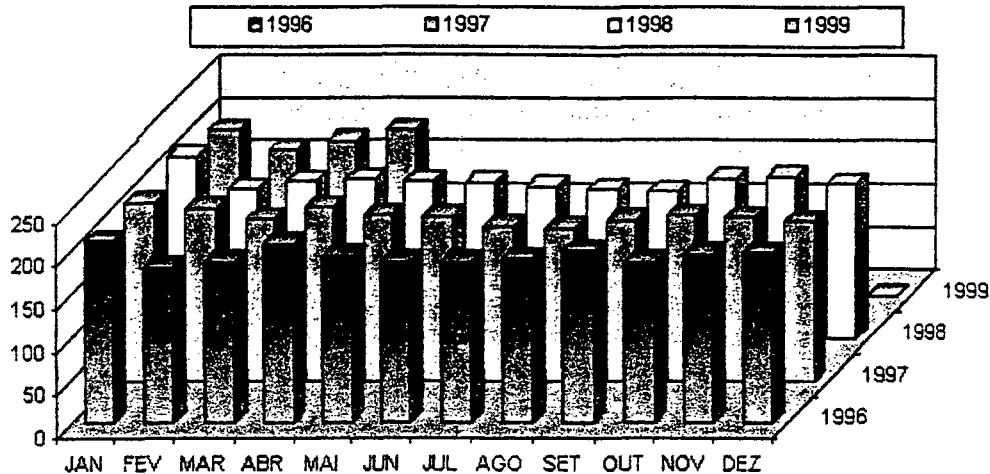
### **ARRECADAÇÃO MENSAL DO ICMS 1996-99**

(R\$)

MÊS	1996	1997	1998		1999	
	CONSTANTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE
JAN	212.031.918	207.293.428	194.473.470	211.412.406	181.262.072	193.212.894
FEV	179.858.533	200.644.222	159.062.593	172.882.611	166.307.346	169.735.912
MAR	188.020.149	187.720.229	168.190.131	182.383.705	180.611.472	180.755.961
ABR	207.914.359	201.282.475	170.061.951	184.653.538	192.718.418	192.718.418
MAI	193.698.508	192.298.553	168.117.387	182.123.243	0	0
JUN	187.707.910	191.195.179	167.168.571	180.589.730	0	0
JUL	187.445.404	180.223.354	162.259.012	175.954.635	0	0
AGO	191.170.478	177.887.694	159.616.501	173.383.832	0	0

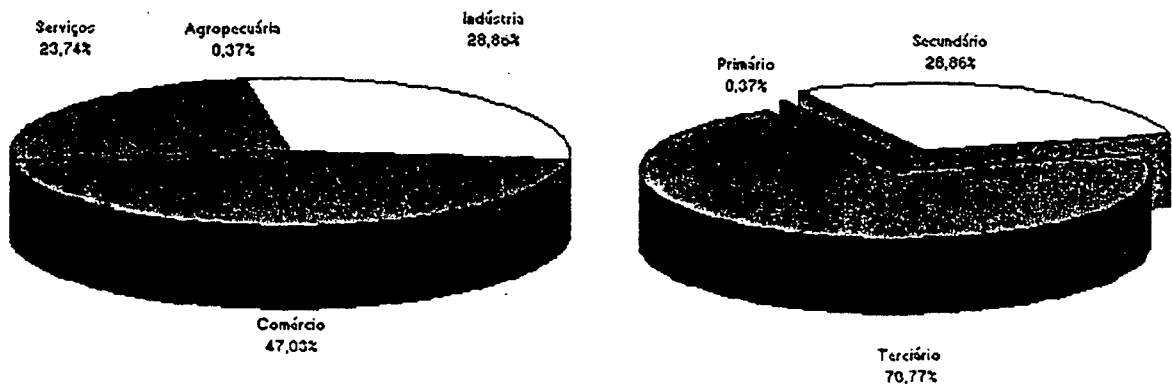
SET	200.376.224	186.773.573	156.879.020	170.444.325	0	0
OUT	187.965.201	192.024.343	171.309.682	186.178.657	0	0
NOV	196.788.174	190.127.470	172.190.295	187.473.156	0	0
DEZ	197.716.920	185.470.336	166.821.958	179.865.666	0	0
TOTAL	2.330.693.779	2.292.940.856	2.016.150.570	2.187.345.504	720.899.307	736.423.185

Nota: Defrator = IGP - DI

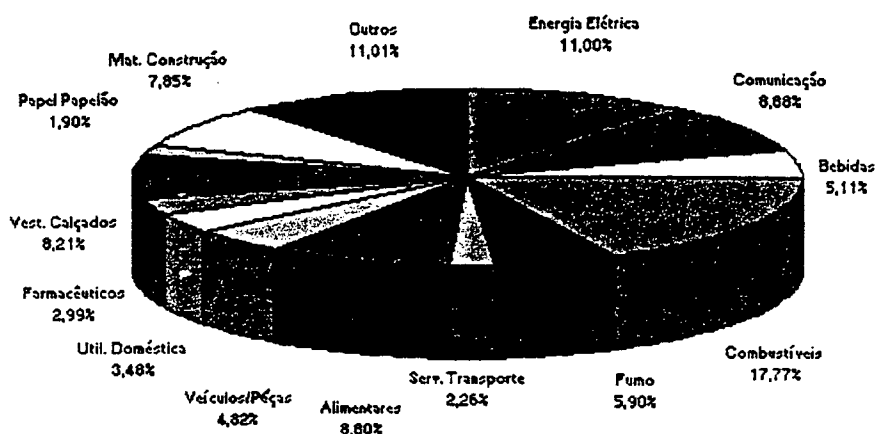
**COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS - 1996-99****ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SETORES DE ATIVIDADE**

(Reais Mil)

SETOR	ABR/98	PART.	FEV/99	PART.	MAR/99	PART.	ABR/99	PART.
		( % )		( % )		( % )		( % )
Agropecuária	743	0,44	700	0,42	797	0,44	718	0,37
Indústria	47.803	28,11	46.165	27,76	49.897	27,63	55.621	28,86
Comércio	82.600	48,57	73.921	44,45	85.962	47,60	90.627	47,03
Serviços	38.916	22,88	45.521	27,37	43.955	24,34	45.752	23,74
TOTAL	170.062	100,00	166.307	100,00	180.611	100,00	192.718	100,00

**ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SETORES DE ATIVIDADE  
Março/99**

## ARRECAÇÃO DO ICMS POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

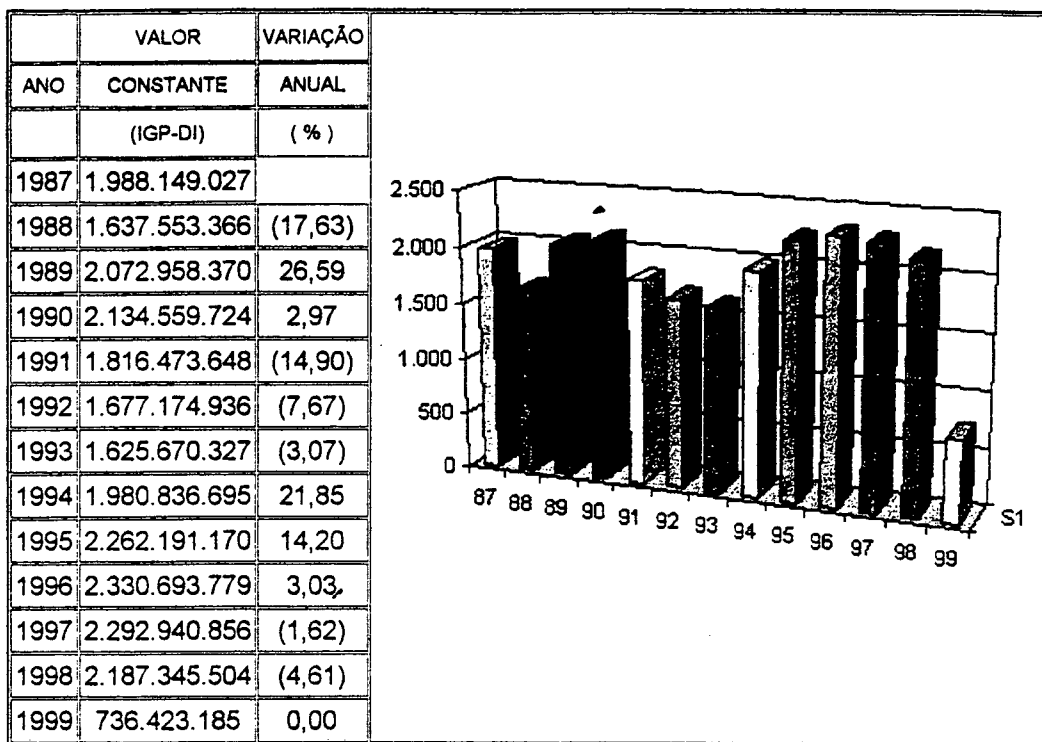


## ARRECAÇÃO DO ICMS POR REGIÃO FISCAL

REGIÃO FISCAL	ABR/98	PART.	FEV/99	PART.	MAR/99	PART.	ABR/99	PART.
		( % )		( % )		( % )		( % )
1ª Florianópolis	60.001	35,28	62.681	37,69	61.905	34,28	64.439	33,44
2ª Itajaí	8.502	5,00	7.821	4,70	9.312	5,16	9.593	4,98
3ª Blumenau	13.753	8,09	14.573	8,76	16.773	9,29	18.219	9,45
4ª Rio do Sul	4.573	2,69	2.172	1,31	3.085	1,71	4.159	2,16
5ª Joinville	20.805	12,23	18.901	11,37	21.290	11,79	21.901	11,36
6ª Porto União	2.428	1,43	2.023	1,22	2.392	1,32	2.458	1,28
7ª Joaçaba	2.740	1,61	3.240	1,95	2.801	1,55	2.674	1,39
8ª Chapecó	5.334	3,72	4.636	2,79	4.720	2,61	5.144	2,67
9ª Curitiba	2.661	1,56	2.194	1,32	4.211	2,33	2.492	1,29
10ª Lages	3.832	2,25	5.873	3,53	5.692	3,15	7.241	3,76
11ª Tubarão	2.783	1,64	2.497	1,50	3.009	1,67	3.466	1,80
12ª Criciúma	5.837	3,43	5.728	3,44	7.539	4,17	7.183	3,73
13ª São Miguel D'Oeste	1.244	0,73	839	0,50	1.883	1,04	917	0,48
14ª Mafra	2.404	1,41	2.410	1,45	3.817	2,11	3.071	1,59
15ª Araranguá	2.412	1,42	2.606	1,57	3.992	2,21	3.643	1,89
Outros Estados	28.170	16,56	27.799	16,72	27.500	15,23	33.741	17,51
Tesouraria	1.583	0,93	314	0,19	691	0,38	2.377	1,23
TOTAL	170.062	100,00	166.307	100,00	180.612	100,00	192.718	100,00

Nota: Acumulado até abril/99

## ARRECAÇÃO DO ICMS ANUAL

Voita

<b>SECRETARIA DA FAZENDA SANTA CATARINA</b>	<u>Conheça a Secretaria</u>	<u>Arquivos para Download</u>	<u>Balanco Anual 1997</u>	<u>Boletim Informativo</u>
	<u>Informações Sócio- Econ.Fiscais</u>	<u>Informações Tributárias</u>	<u>Consultas</u>	<u>Licitações</u>

# IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - IPVA

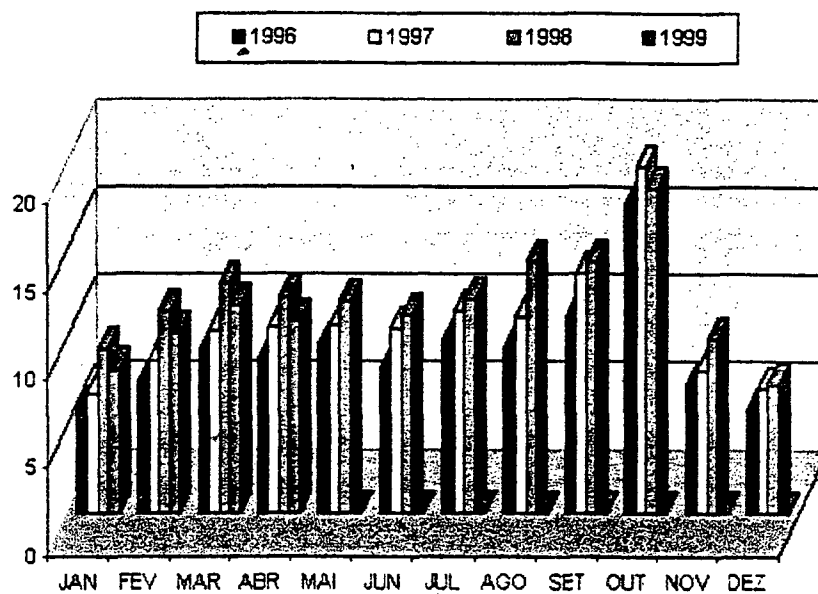
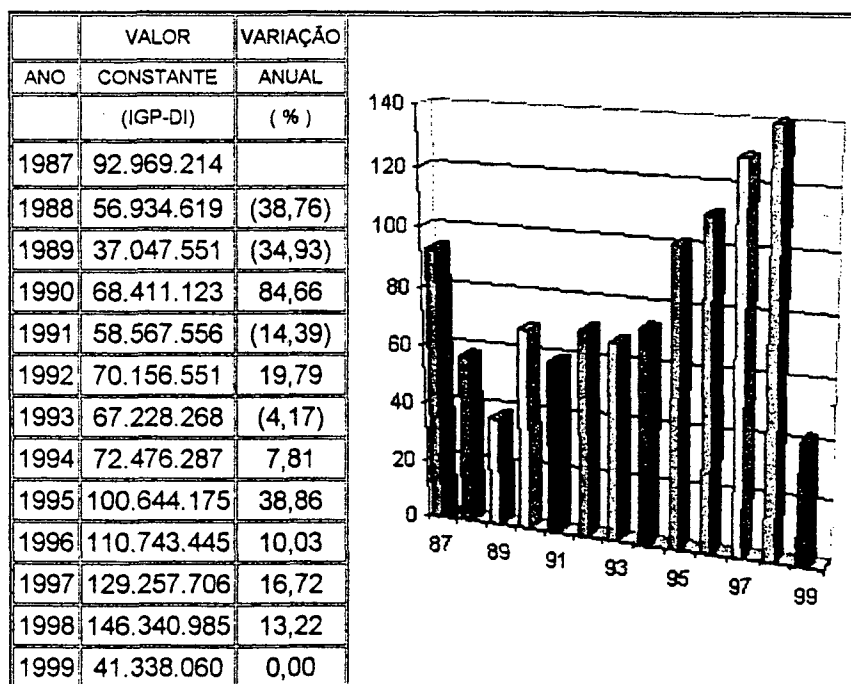
## ARRECAÇÃO MENSAL DO IPVA - 1996-99

(R\$)

MÊS	1996	1997	1998		1999	
	CONSTANTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE
JAN	5.997.729	6.807.115	8.655.702	9.409.626	7.685.553	8.192.270
FEV	7.453.870	8.757.980	10.606.738	11.528.296	10.021.597	10.228.201
MAR	9.264.480	10.401.731	12.091.344	13.111.733	11.902.743	11.912.266
ABR	8.774.034	10.602.124	11.295.876	12.265.080	11.005.323	11.005.323
MAI	9.597.249	10.699.027	11.188.564	12.120.683	0	0
JUN	8.237.482	10.479.186	10.489.399	11.331.542	0	0
JUL	9.780.515	11.551.296	11.202.756	12.148.335	0	0
AGO	9.489.456	11.163.592	13.161.541	14.296.757	0	0
SET	11.240.887	13.718.842	13.180.782	14.320.522	0	0
OUT	17.679.409	19.813.839	17.086.447	18.569.481	0	0
NOV	7.363.003	8.142.233	9.112.989	9.921.818	0	0
DEZ	5.865.332	7.120.742	6.786.480	7.317.111	0	0
TOTAL	110.743.445	129.257.706	134.858.618	146.340.985	40.615.216	41.338.060

Nota: Deflator = IGP-DI

## COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO IPVA - 1996-99

Comportamento da Arrecadação do IPVA  
ANUAL 1987/99

Nota: 1998 acumulado até abril/99

Volta

<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b> <b>SANTA CATARINA</b>	<u>Conheça a Secretaria</u>	<u>Arquivos para Download</u>	<u>Balanço Anual 1997</u>	<u>Boletim Informativo</u>
	<u>Informações Sócio- Econ.Fiscais</u>	<u>Informações Tributárias</u>	<u>Consultas</u>	<u>Licitações</u>

### IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO - CAUSA MORTIS E DOAÇÃO - ITCMD

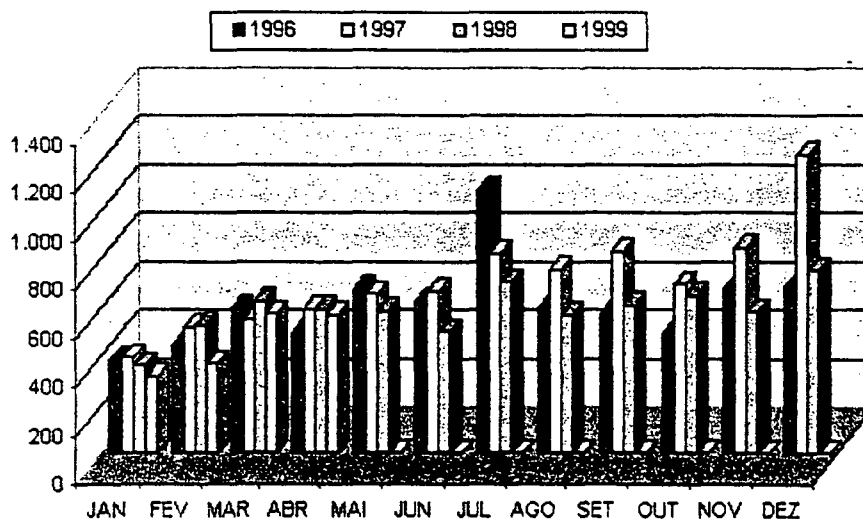
#### ARRECADAÇÃO MENSAL DO ITCMD - 1995/98

(Reais)

MÊS	1996	1997	1998		1999	
	CONSTANTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE
JAN	382.480	391.931	327.669	356.210	295.148	314.608
FEV	443.707	514.665	483.232	525.217	357.396	364.764
MAR	595.560	546.803	572.366	620.668	569.488	569.944
ABR	493.238	589.266	543.484	590.116	566.902	566.902
MAI	671.667	651.624	537.003	581.741	0	0
JUN	623.435	662.638	458.643	495.466	0	0
JUL	1.079.302	819.515	643.952	698.305	0	0
AGO	593.449	754.826	521.778	566.782	0	0
SET	570.959	826.078	559.232	607.589	0	0
OUT	489.778	691.575	594.300	645.883	0	0
NOV	677.250	841.337	530.101	577.150	0	0
DEZ	682.812	1.227.823	693.279	747.486	0	0
TOTAL	7.303.637	8.518.081	6.465.039	7.012.612	1.788.934	1.816.217

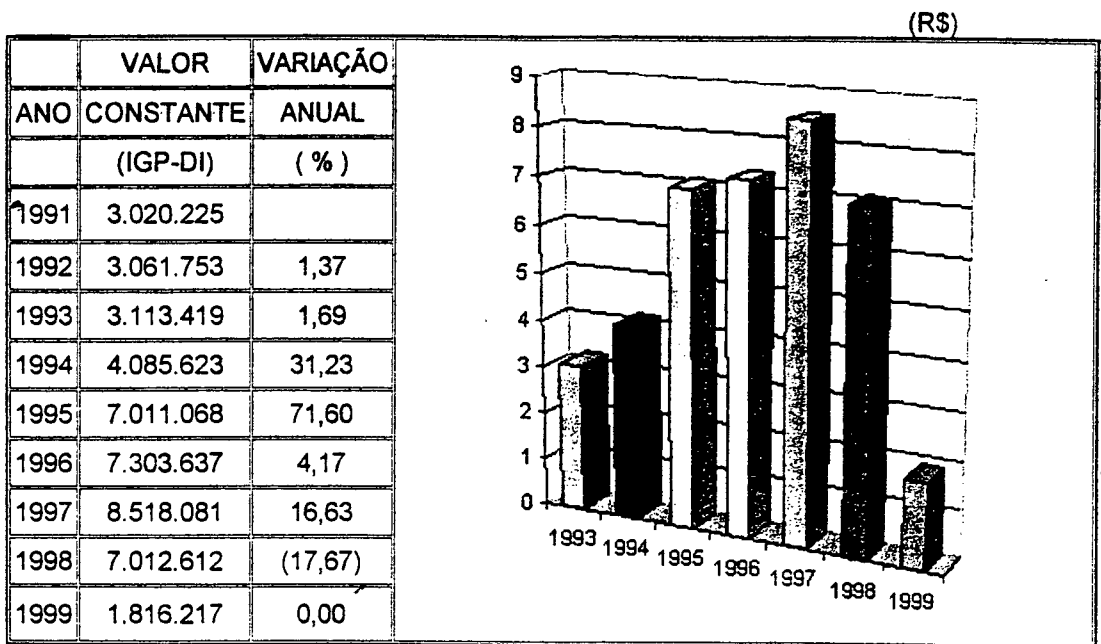
Nota: Defrator = IGP - DI

#### COMPORTAMENTO DA ARRECADAÇÃO DO ITCMD - 1996-99



#### CAUSA MORTIS ANUAL - 1990-98





Volta

<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b> <b>SANTA CATARINA</b>	<u>Conheça a Secretaria</u>	<u>Arquivos para Download</u>	<u>Balanco Anual 1997</u>	<u>Boletim Informativo</u>
	<u>Informações Sócio- Econ.Fiscais</u>	<u>Informações Tributárias</u>	<u>Consultas</u>	<u>Licitações</u>

## FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS - FPE

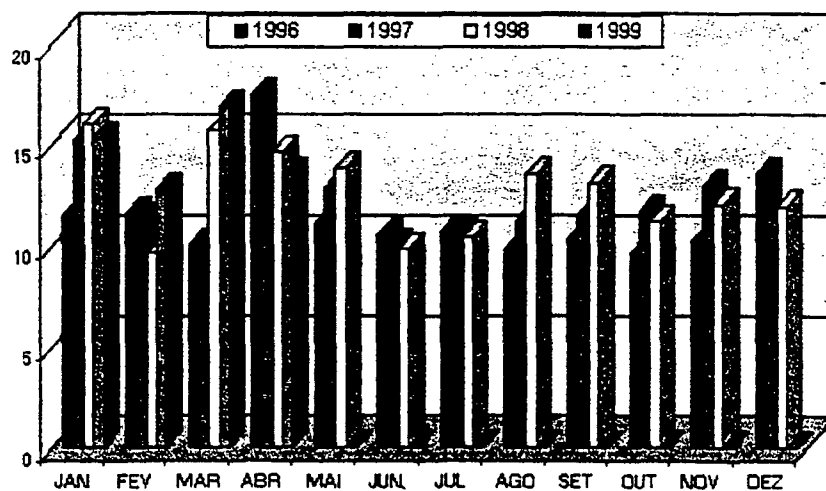
### ARRECAÇÃO MENSAL DO FPE - 1995-99

(R\$)

MÊS	1996	1997	1998		1999	
	CONSTANTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE
JAN	11.440.707	15.192.726	14.679.666	15.958.287	14.322.646	15.266.955
FEV	11.539.427	11.281.134	8.868.994	9.639.569	12.496.200	12.753.820
MAR	10.004.774	10.170.916	14.497.425	15.720.863	16.911.848	16.925.378
ABR	17.503.642	12.679.773	13.450.389	14.604.454	13.496.932	13.496.932
MAI	11.074.066	12.901.409	12.793.247	13.859.052	0	0
JUN	10.454.984	9.950.752	9.065.220	9.793.023	0	0
JUL	10.663.805	10.675.992	9.542.911	10.348.389	0	0
AGO	9.801.420	11.228.126	12.458.486	13.533.062	0	0
SET	10.335.731	11.498.098	12.056.931	13.099.492	0	0
OUT	9.583.077	11.712.156	10.258.449	11.148.840	0	0
NOV	10.209.625	12.920.862	11.034.518	12.013.894	0	0
DEZ	13.537.838	11.294.922	11.052.428	11.916.611	0	0
TOTAL	136.149.094	141.506.867	139.758.664	151.635.536	57.227.626	58.443.084

Nota: Defrator = IGP - DI

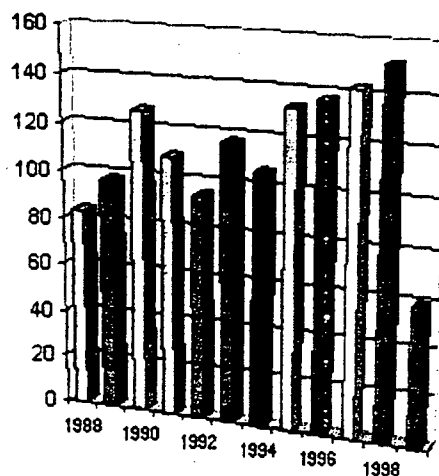
### FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO 1996-99



### COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO ANUAL 1986-98

R\$

	VALOR	VARIAÇÃO
ANO	CONSTANTE	ANUAL
	(IGP-DI)	( % )
1987	101.700.085	
1988	83.531.514	(17,86)
1989	97.129.021	16,28
1990	127.016.464	30,77
1991	108.984.704	(14,20)
1992	94.114.171	(13,64)
1993	116.722.127	24,02
1994	105.678.256	(9,46)
1995	132.494.893	25,38
1996	136.149.094	2,76
1997	141.506.867	3,94
1998	151.635.536	7,16
1999	58.443.084	0,00



Nota: Acumulado até abril/99

Voita

<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b> <b>SANTA CATARINA</b>	Conheça a Secretaria	Arquivos para Download	Balanco Anual 1997	Boletim Informativo
	Informações Sócio- Econ.Fiscais	Informações Tributárias	Consultas	Licitações

### FUNDO DE RESSARCIMENTO IPI-EXPORTAÇÕES

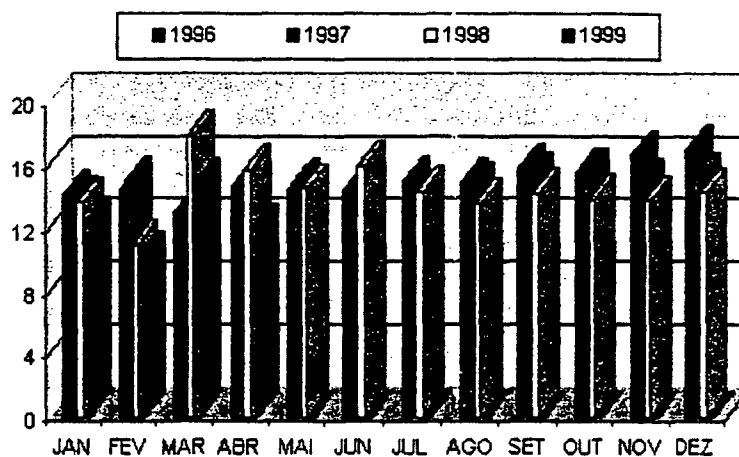
#### ARRECADAÇÃO MENSAL DO FUNDO DE RESSARCIMENTO IPI-EXPORTAÇÕES - 1996-99

(R\$)

MÊS	1996	1997	1998		1999	
	CONSTANTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE
JAN	14.189.539	13.725.141	12.587.738	13.684.149	11.467.908	12.224.000
FEV	14.403.970	15.079.642	10.093.969	10.970.974	9.978.870	10.184.593
MAR	13.019.950	13.659.914	16.495.097	17.887.119	14.866.565	14.878.459
ABR	14.698.138	14.990.912	14.513.037	15.758.278	12.014.030	12.014.030
MAI	14.490.880	14.887.673	13.424.978	14.543.413	0	0
JUN	14.486.227	14.619.007	14.821.034	16.010.944	0	0
JUL	15.075.988	14.066.788	13.211.250	14.326.358	0	0
AGO	14.921.469	14.599.175	12.514.363	13.593.759	0	0
SET	15.803.655	15.254.551	13.100.144	14.232.912	0	0
OUT	15.582.041	15.496.400	12.730.576	13.835.537	0	0
NOV	16.656.526	14.937.486	12.651.574	13.774.473	0	0
DEZ	16.983.563	15.237.992	13.241.148	14.276.465	0	0
TOTAL	180.311.945	176.554.682	159.384.909	172.894.383	48.327.373	49.301.082

Nota: Defrator = IGP-DI

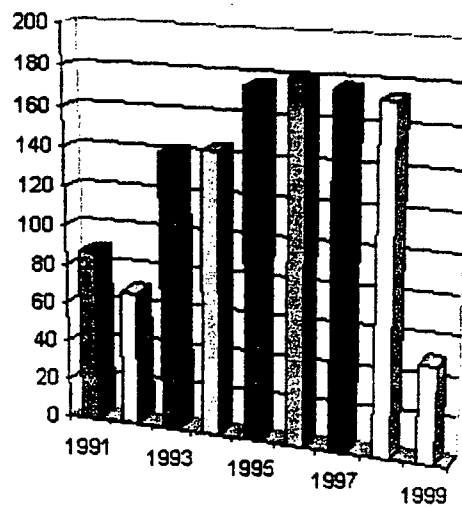
#### FUNDO DE RESSARCIMENTO IPI - EXPORTAÇÃO - 1996-99



#### FUNDO DE PARTICIPAÇÃO IPI - EXPORTAÇÃO ANUAL - 1986-98

R\$

	VALOR	VARIAÇÃO
ANO	CONSTANTE	ANUAL
	(IGP-DI)	( % )
1991	87.503.671	
1992	68.110.854	(22,16)
1993	140.601.322	106,43
1994	143.283.849	1,91
1995	175.320.855	22,36
1996	180.311.945	2,85
1997	176.554.682	(2,08)
1998	172.894.383	(2,07)
1999	49.301.082	0,00



Nota: Acumulado até abril/99

Volta

<b>SECRETARIA DA FAZENDA</b> <b>SANTA CATARINA</b>	<u>Conheça a Secretaria</u>	<u>Arquivos para Download</u>	<u>Balanco Anual 1997</u>	<u>Boletim Informativo</u>
	<u>Informações Sócio- Econ.Fiscais</u>	<u>Informações Tributárias</u>	<u>Consultas</u>	<u>Licitações</u>

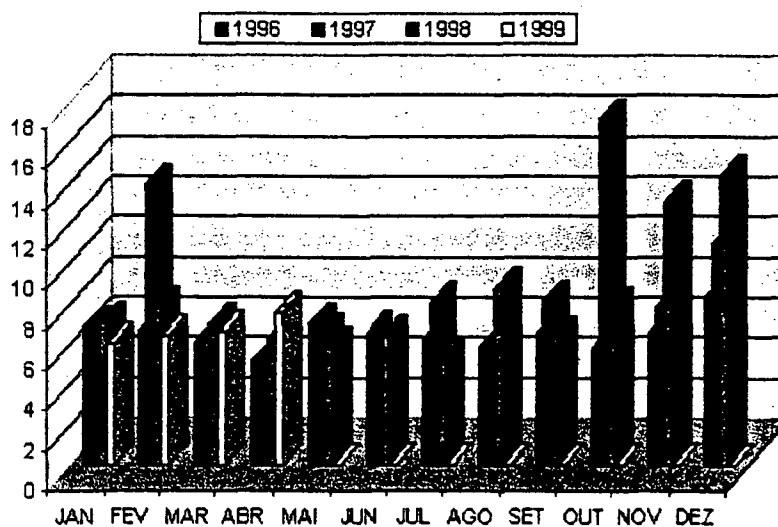
## IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS - IRRF

### ARRECADAÇÃO MENSAL DO IRRF - 1996-99

MÊS	1996	1997	1998		1999	
	CONSTANTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE	CORRENTE	CONSTANTE
JAN	6.843.946	4.344.471	6.460.647	7.023.379	5.624.803	5.995.652
FEV	6.639.082	13.932.895	7.166.504	7.789.160	6.237.879	6.366.479
MAR	6.116.317	6.124.523	6.412.242	6.953.371	6.568.526	6.573.781
ABR	5.168.214	5.438.026	5.738.279	6.230.632	7.592.490	7.592.490
MAI	7.026.631	6.534.647	5.410.449	5.861.194	0	0
JUN	6.590.044	5.721.327	5.915.400	6.390.319	0	0
JUL	6.279.162	8.076.303	4.945.310	5.362.724	0	0
AGO	5.840.261	5.967.998	8.043.497	8.737.269	0	0
SET	6.547.194	8.099.807	5.824.195	6.327.813	0	0
OUT	5.821.903	17.152.616	7.180.683	7.803.937	0	0
NOV	6.581.268	7.895.500	12.041.216	13.109.942	0	0
DEZ	8.351.344	10.957.166	13.320.920	14.362.474	0	0
TOTAL	77.805.366	100.245.280	88.459.342	95.952.213	26.023.698	26.528.401

Nota: Defrator

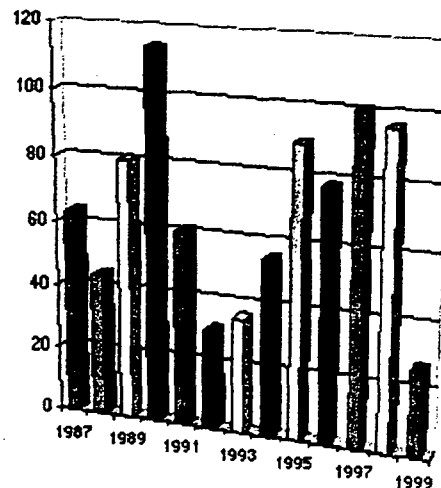
### IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - 1996-99



### ARRECADAÇÃO ANUAL DO IRRF - 1987-99


R\$

	VALOR	VARIAÇÃO
ANO	CONSTANTE	ANUAL
	(IGP-DI)	( % )
1987	63.220.094	
1988	44.235.408	(30,03)
1989	80.528.637	82,05
1990	114.140.163	41,74
1991	60.543.841	(46,96)
1992	30.875.402	(49,00)
1993	35.435.198	14,77
1994	54.616.545	54,13
1995	89.481.914	63,84
1996	77.805.366	(13,05)
1997	100.245.280	28,84
1998	95.952.213	(4,28)
1999	26.528.401	0,00



Nota: Acumulado até abril/99

Volta

	<u>Conheça a Secretaria</u>	<u>Arquivos para Download</u>	<u>Balanco Anual 1997</u>	<u>Boletim Informativo</u>
	<u>Informações Sócio-Econ.Fiscais</u>	<u>Informações Tributárias</u>	<u>Consultas</u>	<u>Licitações</u>

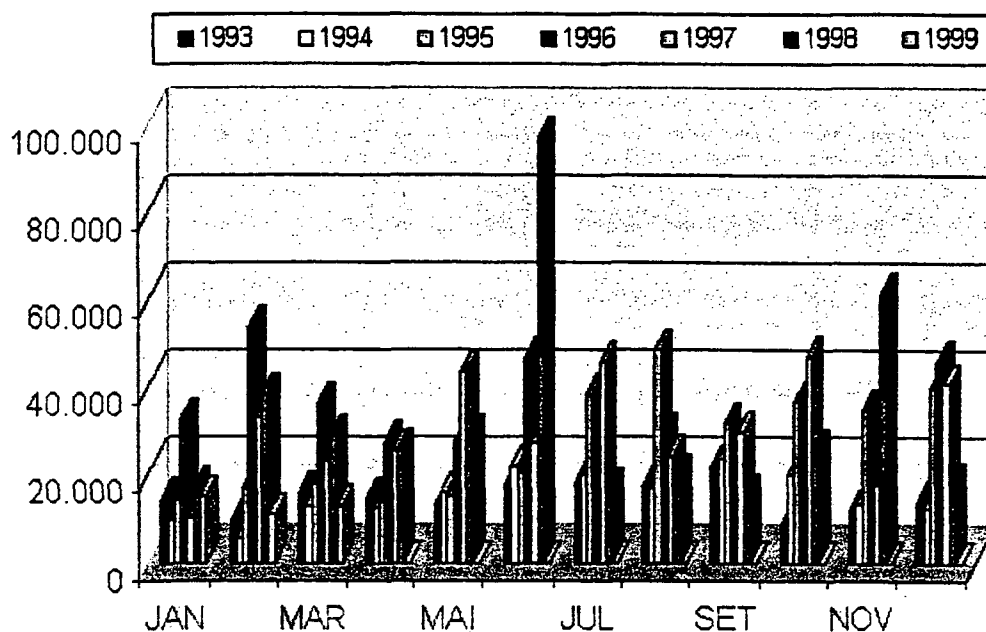
## ARRECAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

### NOTIFICAÇÕES EMITIDAS - TIPO DE INFRAÇÃO (UFIR mil)

MÊS	FALTA DE RECOLHIMENTO		SONEGAÇÃO		SONEGAÇÃO NO TRANSITO		INFRAÇÕES ACESSÓRIAS		TOTAL	% Cresc.	PART. (%)
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor			
JAN - 98	843	8.520	105	7.407	380	968	272	196	17.091	-58	8,45
FEV	477	8.506	90	28.803	392	1.034	100	79	38.422	125	33,54
MAR	1.239	17.581	100	9.363	361	885	175	1.071	28.900	-25	16,51
ABR	1.226	14.598	95	8.602	369	803	242	1.678	25.681	-11	14,51
MAI	939	12.412	133	15.392	424	912	239	212	28.928	13	16,53
JUN	1.405	25.643	78	69.983	457	971	184	213	96.810	235	56,00
JUL	1.288	10.603	108	5.261	365	700	147	413	16.977	-82	10,05
AGO	262	6.565	71	12.732	314	606	31	37	19.940	17	12,00
SET	327	7.619	72	7.198	240	651	101	110	15.578	-22	8,36
OUT	269	7.358	78	17.588	281	990	71	44	25.980	67	14,57
NOV	738	13.450	60	47.413	362	0	45	42	61.630	137	34,39
DEZ	158	3.176	69	14.470	189	609	62	85	18.340	-70	10,57
TOTAL	9.171	136.031	1.059	244.212	4.134	9.854	1.669	4.180	394.277		
JAN - 99	452	6.659	90	7.235	502	1.199	148	100	15.193	-17	8,92
FEV	178	4.840	57	4.875	759	953	158	256	10.924	-97	6,41
MAR	285	6.898	83	4.748	878	1.287	447	244	13.177	20,62	7,13
ABR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
MAI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
JUN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
JUL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
AGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
SET	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
OUT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
NOV	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DEZ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
TOTAL	915	18.397	230	16.858	2.139	3.439	753	600	39.294		



## NOTIFICAÇÕES EMITIDAS - 1996-99



### NOTIFICAÇÕES EMITIDAS MENSAL - 1993-99 (Ufir mil)

MÊS/ANO	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
JAN	14.370	9.649	14.100	32.819	10.395	17.091	15.193
FEV	9.497	5.926	17.151	53.746	33.270	38.422	10.924
MAR	15.752	12.753	17.845	36.251	23.382	28.900	13.177
ABR	14.674	12.451	13.914	27.626	25.480	25.681	0
MAI	13.197	16.064	15.099	27.666	43.652	28.928	0
JUN	18.068	22.186	20.837	46.769	27.550	96.810	0
JUL	18.019	20.400	38.496	31.762	45.978	16.977	0
AGO	17.211	17.107	48.719	29.307	24.401	19.940	0
SET	22.153	23.937	31.811	28.082	29.835	15.578	0
OUT	8.969	20.190	36.904	28.047	46.977	25.980	0
NOV	11.787	13.324	34.941	24.636	17.888	61.630	0
DEZ	13.958	12.598	39.955	46.197	40.915	18.340	0
TOTAL	177.655	186.585	329.772	412.908	369.723	394.277	39.294

Obs: Valor da UFIR em janeiro/99 = 0,9770

### COBRANÇA DE ICMS EM ATRASO (UFIR mil)

MÊS	Cód. 1490	Cód. 1503	Cód. 1538	Cód. 1546	Cód. 5827	Cód. 5835	TOTAL	VAR.( %)	PART.( %)
JAN - 98	243	3.660	12	2.909	54	1.079	7.957	-55,72	3,93
FEV	377	3.415	8	2.331	147	1.185	7.463	-6,21	4,50
MAR	1.441	3.917	17	3.113	173	1.320	9.981	33,74	5,70
ABR	251	3.260	2	2.781	159	1.193	7.646	-23,39	4,32
MAI	298	3.174	6	2.665	102	1.029	7.274	-4,87	4,32
JUN	297	3.204	24	2.585	150	1.127	7.387	1,55	4,25
JUL	566	2.663	9	2.052	413	791	6.494	-12,09	3,84
AGO	887	2.140	3	1.611	1.378	669	6.688	2,99	4,02
SET	1.110	1.370	4	1.794	4.671	720	9.669	44,57	6,16
OUT	6.348	2.885	26	2.655	9.225	2.738	23.877	146,94	13,40
NOV	111	1.484	6	2.552	87	1.757	5.997	-74,88	3,34
DEZ	571	1.865	5	2.774	208	1.884	7.307	21,84	4,21
TOTAL	12.500	33.037	122	29.822	16.767	15.492	107.740		
JAN - 99	159	1.448	7	3.013	44	1.515	6.186	-15,34	3,63
FEV	408	1.536	4	2.684	104	1.521	6.257	1,15	3,67
MAR	3.711	2.284	6	4.949	4.897	2.827	18.675	198,47	10,10
ABR	406	1.695	7	4.036	68	2.206	8.418	-54,92	4,26
MAI	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
JUN	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
JUL	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
AGO	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
SET	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
OUT	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
NOV	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
DEZ	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00
TOTAL	4.685	6.963	24	14.682	5.113	8.069	39.536		

**LEGENDA**

Cód. 1490 - ICMS Notificação Integral

Cód. 1503 - ICMS Notificação Parcelada

Cód. 1538 - ICMS Notificação Parcial

Cód. 1546 - ICMS Confissão Espontânea

Cód. 5827 - ICMS Dívida Ativa Integral

Cód. 5835 - ICMS Dívida Ativa Parcelada

**Dívida Ativa**  
( R\$ )

MÊS	DIVIDA ATIVA ACUMULADA	RECEBIMENTOS MENSAIS	PARTICIPAÇÃO ( % )
JAN/99	1.378.198.021	1.523.636	0,11
FEV	1.398.362.085	1.588.169	0,11
MAR	1.419.499.763	7.546.527	0,53
ABR	1.442.485.173	2.220.343	0,15
MAI	0	0	0,00
JUN	0	0	0,00
JUL	0	0	0,00
AGO	0	0	0,00
SET	0	0	0,00
OUT	0	0	0,00
NOV	0	0	0,00
DEZ	0	0	0,00

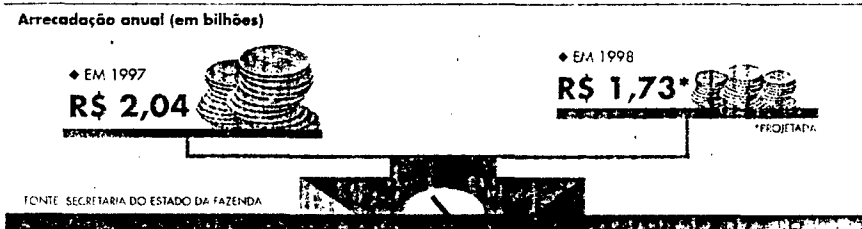
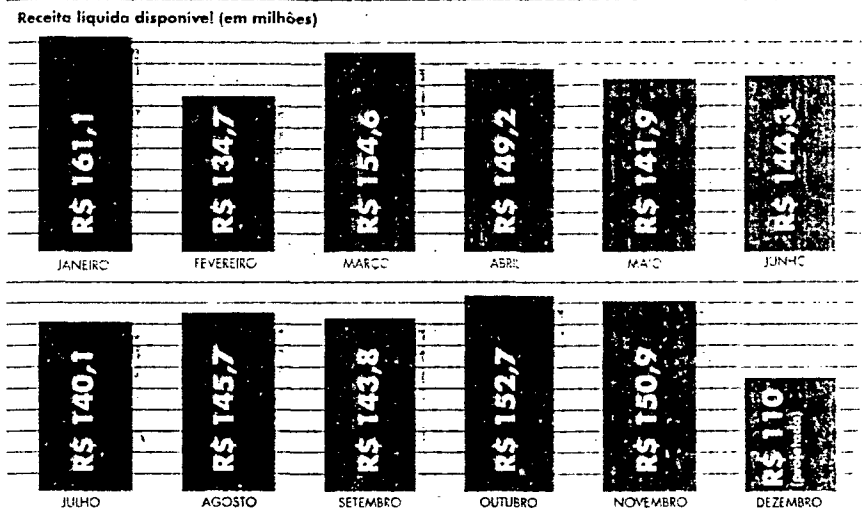
Volta

## **ANEXO 3**

**A mídia e o ICMS**

# Arrecadação é a pior em 5 anos

## Arrecadação de ICMS em 1998



Fonte: SECRETARIA DO ESTADO DA FAZENDA

*Fazenda aponta que a receita com o ICMS em 1998 é 15% inferior à do ano anterior*

ROGÉRIO CRISTOFOLETTI

Florianópolis — A arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado deve fechar o exercício de 1998 aproximadamente 15% inferior ao ano anterior. Os números oficiais do recolhimento de dezembro último devem ser totalizados hoje, mas projeções da Gerência de Arrecadação e Crédito Tributário da Secretaria da Fazenda dão conta de que a receita líquida disponível do mês deve chegar a R\$ 110 milhões, somando R\$ 1,73 bilhão nos doze meses. Em 1997, a arrecadação anual foi de R\$ 2,04 bilhões. A arrecadação de 98 registrou o pior resultado dos últimos cinco anos.

Ontem, os técnicos da Fazenda trabalhavam na totalização das listagens de dados para observar a performance alcançada no mês passado. Havia certa apreensão na secretaria para os números, já que eles podem dar um indicativo de como está a saúde financeira do Estado e do que pode ser feito a curto prazo.

Segundo o gerente de Arrecadação e Crédito Tributário, Claudio Chies, a previsão de entrada de dezembro era de R\$ 180 milhões brutos, mas descontadas as parcelas municipais de ICMS e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), mais a cota do Fundo da Educação (Fundef), devem restar ao Estado R\$ 110 milhões.

Amanhã, devem chegar aos coltes públicos mais alguns recursos, vindos do parcelamento de dívidas renegociadas no ano passado, mas não é o "grosso" do recolhimento. Para o mês que vem, no entanto, há expectativas positivas, já que tradicionalmente é um período forte no recolhimento, pois reflete as compras de final de ano. Desde 1992, o Estado registrava crescimento na arrecadação.

### DÍVIDAS

Se a queda na arrecadação preocupa o governo estadual, as dívidas herdadas também. A Fazenda estima R\$ 1,1 bilhão de dívidas vencidas em 1998 e que não foram pagas pelo governo anterior. O executivo de Negociação da Dívida Pública, João Carlos de Carvalho, ainda finaliza os cálculos de sua área, mas já se preocupa com algumas penalidades que o Estado pode sofrer com os atrasos.

Ele se preocupa ainda com os 20% da conta gráfica da dívida rolada que não foram pagos em novembro passado graças a um entendimento com a União, que passou a cobrança para novembro que vem. "Isso foi uma penalização grande para o Estado e deve ser considerado uma dívida que deixou de ser paga no ano passado. Estão incidindo taxa Selic de juros sobre os R\$ 267 milhões da parcela. Este é um custo muito grande para o Estado, que precisa pagar esta dívida com urgência."

## Comércio vai ser fiscalizado no litoral de Santa Catarina

A Secretaria da Fazenda inicia esta semana a sua Operação Verão de Fiscalização, esforço concentrado durante a temporada para combater o cerco sobre comerciantes prestadores de serviço na emissão de notas fiscais. Com término previsto para março, a operação vai acontecer no litoral, mas vai esbarrar num problema logístico criado pelo governo anterior: dos 59 fiscais, mais da metade está em férias, o que pode prejudicar o trabalho da Fazenda.

Segundo o gerente de fiscalização da secretaria, Flávio Galluf Pederneiras, o Estado vai colocar

todos os profissionais disponíveis para o serviço, deslocando inclusive pessoal interno para as visitas aos estabelecimentos. Como o comércio cresce muito na época de verão, devido à concessão de regimes especiais de temporada, a Fazenda quer intensificar a verificação de lojas, bares, mercados, shoppings e feiras especiais, autuando quem não emite notas ou aqueles que operam com equipamentos obsoletos, que permitem a sonegação fiscal. Para os comerciantes irregulares, as multas podem chegar a R\$ 977,00.

Pederneiras determinou às regionais da Fazenda em todo o Estado

que semanalmente enviem relatórios dando a posição das notificações e os estabelecimentos visitados.

Além da Operação Verão, a Fazenda deve anunciar em breve projetos para o aumento da arrecadação de impostos. Entre as ideias cogitadas, está o lançamento de um cartão magnético que seria usado pelo consumidor, incentivando-o a exigir a emissão de notas fiscais.

Outro projeto é a troca de notas fiscais por ingressos para partidas de futebol e espetáculos, iniciativa que teve resultados positivos no governo Miguel Arraes (PSB), em Pernambuco. (RC)

# Fiscais da Fazenda flagram irregularidades

**Meta é combater a sonegação de impostos  
e aumentar a arrecadação de Santa Catarina**

FLORIANÓPOLIS

**U**ma blitz da Secretaria da Fazenda, com apoio da Polícia Militar, realizada na manhã de ontem no posto da Polícia Rodoviária Estadual, da SC-401, notificou 15 veículos que transportavam mercadorias com nota fiscal irregular. Ao todo, foram cobrados R\$ 9 mil em multas.

A operação começou às 7h30min e já nos primeiros 10 minutos de fiscalização três veículos foram notificados. Num deles, conduzido por Alcides Lopes, os fiscais encontraram uma carga de 30 caixas de ovos, sem nota fiscal.

O fiscal da Fazenda Tarcísio Lima, que coordenou a blitz, explica que toda mercadoria precisa da nota fiscal. A nota deve informar a quantidade exata e o valor total dos produtos transportados e do imposto correspondente, além da origem e destinatário da carga. Outro item importante da nota é a data. "Nós temos que observar a data. Dependendo do tipo de carga, há um limite de tolerância na entrega", disse Lima. No caso da chamada venda ambulante, a nota precisa ser revalidada em um

prazo máximo de quatro dias. Já para os produtos perecíveis, a validade é de um dia.

Por causa desta norma, o atraso de dois dias na entrega de um carregamento de 50 quilos de batata complicaram a vida do motorista Gerciel Mendes, 23 anos. A data que constava na nota apresentada pelo motorista foi considerada irregular pelos fiscais. Mendes foi notificado e multado. As multas aplicadas pela Secretaria da Fazenda são de 30% sobre o valor total das mercadorias não especificadas em nota fiscal. Além da multa, a empresa responsável pela carga é obrigada a pagar a alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) devido, que pode variar entre 7 a 17% do valor do produto. Para os veículos que transportarem cargas irregulares, com placas de Santa Catarina, o prazo para regularizar a situação junto à Secretaria da Fazenda é de até 30 dias. Se o veículo transportador for de outros estados, a multa deve ser paga na hora da notificação, ou a mercadoria é apreendida.

As blitzes serão repetidas diariamente em diferentes pontos da Grande Florianópolis. O objetivo é combater a sonegação de impostos e aumentar a arrecadação do Estado. A meta da Secretaria da Fazenda é chegar a um índice de 20% de incremento da receita do Estado, pela cobrança de impostos. Em números reais, esse acréscimo corresponderia a R\$ 200 milhões.

SÃO JOAQUIM

## Aperta o cerco contra sonegadores do ICMS

**F**iscais da Secretaria da Fazenda estão apertando o cerco contra os sonegadores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na região serrana. Três equipes da Receita Estadual estão montando postos ao longo das rodovias que cortam o Planalto Serrano. Ontem, das 8h às 16h, uma destas equipes estava na SC-438, Lages-Serra do Rio do Ras-

tro, ao lado do portal de entrada de São Joaquim. Todos os caminhões e ônibus foram vistoriados. Segundo os fiscais, a intenção é verificar as mercadorias em trânsito e apreender todos os produtos que não possuam nota fiscal. Eles informaram ainda que, apesar do rigor nas vistorias, poucas autuações haviam sido feitas na parte da manhã.



SALMO DUARTE/DC/São Joaquim

**VISTORIA:** Ônibus e caminhões foram averiguados



"Vieira" aponta a redução de comissionados

Saretta quer a cobrança da dívida ativa

## Servidor luta contra demissão

*Sintese pressionará bancada federal para evitar reforma*

**Florianópolis** — Entidades representativas do funcionalismo público estadual de Santa Catarina não pressionarão a bancada com representação no Congresso Nacional para impedir a demissão dos servidores. Esta foi uma das alternativas apresentadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de envigar a máquina administrativa moldando as despesas dos governos estaduais aos 60% da receita estabelecidas pela Lei Camata.

Depois da aprovação na quarta-feira do projeto que institui a cobrança previdenciária dos servidores públicos inativos e aumenta a contribuição dos que estão na ativa, o alvo das entidades é barrar a aprovação de proje-

tos que regulamentam a reforma administrativa. Um deles dispõe sobre a perda de cargo público por excesso de despesas, dentro do que é estipulado pela Lei Camata. O outro — projeto de lei complementar — estabelece a perda da estabilidade do servidor por insuficiência de desempenho.

Para o diretor-financeiro do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual (Sintesepe), Gerson Florencio Rosa, o servidor público "está no limite". "A política do governo é diminuir o quadro do pessoal ao máximo, mas espero que isso não aconteça mais. O Estado vem tratando o servidor como um vilão. Mas onde estão todas estas despesas com os servidores?", questiona o

sindicalista. Ele pede mais transparência nos dados que vêm sendo divulgados pelo governo estadual para que as entidades possam se orientar melhor na política mais clara do Executivo.

"Primeiro foi divulgado que o funcionalismo consumia 67% da receita líquida, depois, tivemos que era 70%. Pedimos transparências. Os dados parecem nebulosos", diz. Segundo ele, as outras formas de envigar a máquina, eliminando gastos desnecessários com publicidade, por exemplo, "se pegarmos o balcão de empréstimo do Estado, nos falta a taxa para pagar juros de dívida contrada. Qual é o retorno disso para a sociedade?", pergunta. (Ana Cláudia Menezes)

## Saretta pede combate à sonegação

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Neodi Saretta (PT), acredita que, em vez de admitir, o governo poderia combater a sonegação fiscal no Estado. "Sabemos que a dívida ativa chega hoje a R\$ 1,5 bilhão. O governo tem escolhido o setor público como bode expiatório da crise", diz.

A redução dos cargos comissionados e a ocupação do máximo possível de servidores de carreira

para estes cargos seriam outras opções sugeridas pelo petista. Segundo o secretário da Fazenda, Antônio Carlos Vieira, pelo menos 25% dos 1,200 cargos em comissão não foram preenchidos neste governo.

Apesar de o assunto não ter sido discutido pela bancada do PPB, o vice-líder (Gilmar Knäsel) diz ser "contra a pura e simples demissão ainda mais num momento como este, de crise". Ao mesmo

tempo, considera um "mal necessário" que o governo gaste com folha de pagamento, enquanto mantém recursos para investimentos em obras, saúde e educação. Para ele, as alternativas seriam o aumento da arrecadação, o combate à sonegação e, em último caso, a redução da carga de trabalho e adoção do sistema de dois turnos. Desta forma, o trabalhador não perderia seu emprego, apesar de ter seu salário reduzido. (ACM)



## ARRECADÇÃO

### Fazenda Estadual quer reduzir sonegação

*Criciúma — A Gerência Regional da Fazenda Estadual em Criciúma quer diminuir a sonegação no Sul do Estado, utilizando os dados do sistema chamado super-rede. Ao invés de visitar as empresas individualmente, a Exatoria Estadual irá acompanhar as informações que as empresas mandam a cada três meses sobre movimento de entrada e saída de mercadorias. O gerente regional da Fazenda Edson Búrigo, disse que são arrecadados mensalmente cerca de R\$ 8 milhões em Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na região carbonífera. Búrigo disse que a Fazenda quer ampliar em 30% a arrecadação no Sul.*

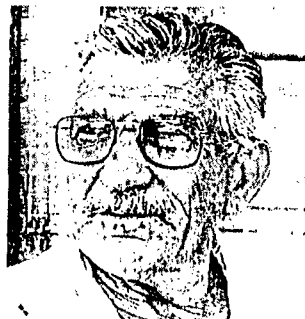
# Você exige nota fiscal?

❑ LUIZ ANDRÉ CARVALHO, 23 anos, auxiliar de escritório



Depende do produto. Se é barato, não peço, mas exijo se a mercadoria é cara porque tenho condições de receber garantias. Pedir nota fiscal é importante. Caso contrário, posso estar pagando mais e o comerciante fica com o lucro porque não paga impostos.

❑ LINO CIPRIANI, 68 anos, aposentado



Não tenho o hábito de pedir nota porque compro muito pouco. As compras sempre são feitas pela minha mulher. Mas quando decido adquirir alguma coisa, esqueço de exigí-la. Sei que tenho esse direito, mas não peço nota fiscal ao comprar um produto.

❑ LUIZA MANTOVANI, 37 anos, dona de casa



Sim, sempre exijo porque utilizo as notas fiscais para abater no Imposto de Renda. Se todo mundo agisse dessa maneira, haveria menos sonegação de impostos. É grande o número de pessoas que costumo ver fazendo compras sem exigir a nota fiscal.

❑ ANDREA JANSEN, 20 anos, funcionária pública



Geralmente sim, porque me baseio nas campanhas que existiam antigamente sobre o assunto, alertando para a arrecadação de impostos. Mas quando o valor da compra é muito baixo não me importo em pedir, por causa da pressa. Demora muito esperar uma nota.

❑ ANGELITA TORMEN BRANCO, 19 anos, secretária



Todas as compras que faço vêm acompanhadas de nota fiscal. Quando não dão, eu exijo. Acho importante ter a nota, pois na eventualidade de acontecer algum problema, tenho como ir atrás dos meus direitos. Além disso, estou ajudando a combater a sonegação fiscal.

# Operação Verão deverá garantir R\$ 2,4 milhões

*Falta de emissão de notas e uso de equipamentos não-autorizados são as principais infrações*

**Joinville** — Aproximadamente R\$ 2,4 milhões que deviam ser arrecadados pela Fazenda Estadual por conta de irregularidades no comércio de alimentos parada devem entrar nos cofres do Estado até o fim de ano. O número estimado pela Receita Estadual faz parte do planejamento da blitz de fiscalização que o órgão vem realizando no litoral catarinense desde o dia 11.

Até a sexta-feira, cerca de 200 fiscais do recente envolvimento na Operação Verão já haviam notificado 1.011 dos 1.839 estabelecimentos comerciais visitados. Os recursos referem-se principalmente ao recolhimento de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O cerne da fiscalização deve ser apertado em fevereiro, quando entram em ação na blitz outros 200 fiscais que estão de férias este mês.

Segundo o gerente de fiscalização da Receita Estadual, Elvino Gillof Pederneras, além da falta de emissão de notas fiscais, outra irregularidade frequente é o uso de equipamentos fiscais não autorizados pelo órgão. A multa nestes casos é de 1.000 Ufrs (R\$ 977,00). O comerciante também fica obrigado, em média, a recolher à receita estadual 4,6% sobre o faturamento mensal estimado, até o final da temporada de verão. Gillof afirma que o problema com os equipamentos ocorre principalmente nos estabelecimentos que obtiveram licença para funcionar apenas durante a temporada.

## NOTA FISCAL

Somente os encaminhamentos por falta de nota fiscal e equipamento ilegítimo vão tender ao fisco perto de R\$ 1 milhão. Outros R\$ 1,3 milhões serão arrecadados de estabelecimentos fixos e que também apresentaram alguma irregularidade. As notificações de trânsito feitas pela blitz até sexta-feira não proporcionaram R\$ 88 mil a mais nos cofres do Estado. Do total de estabelecimentos visitados, 222 foram intimados a regularizar suas situações. Se não o fizerem, serão novamente visitados pelos fiscais, também terão que pagar multa e regularizar os recolhimentos.

A Receita está dando prazo de pagamento em até duas vezes para os comerciantes enquadrados pelo fisco. A primeira parcela é cobrada no momento da visita do fiscal. A segunda parcela terá de ser paga até o dia 10 de fevereiro.

A Operação Verão está levando em conta também a arrecadação antecipada com a circulação da safra de milho e feijão, no posto fiscal de Mafra. O recolhimento é feito normalmente no posto durante a temporada de verão, mas nunca havia sido divulgado. Nas duas semanas de blitz, a arrecadação antecipada representou mais R\$ 49,3 mil em ICMS.

## Operação Verão

### ◆ Estabelecimentos visitados

11/1 a 15/1	1.117
16/1 a 22/1	722

### ◆ Enquadramentos e regimes especiais concedidos

11/1 a 15/1	667	valor: R\$ 528.040
16/1 a 22/1	344	valor: R\$ 478.016,57

### ◆ Estabelecimentos intimados

11/1 a 15/1	154
16/1 a 22/1	68

### ◆ Notificações expedidas (R\$)

11/1 a 15/1	R\$ 4.107.191,22
16/1 a 22/1	R\$ 381.263,89

### ◆ Notificações de trânsito

11/1 a 15/1	R\$ 48.652,17
16/1 a 22/1	R\$ 29.441,98

### ◆ Arrecadação antecipada

11/1 a 15/1	R\$ 11.026,65
16/1 a 22/1	R\$ 38.278,92



ICMS: QUINZENA DE FISCALIZAÇÃO VOLTARÁ PARA O LITORAL

AN 4 Integrália

## Fazenda Estadual quer aumentar arrecadação no Médio Vale do Itajaí

**Blumenau** — A gerente da Fazenda Estadual pretende incrementar em 25% o volume de arrecadação nos próximos quatro meses. Do patamar mensal de R\$ 18 milhões, o total deve passar a R\$ 22,5 milhões. O gerente do escritório de Blumenau, Luiz Ayr Ferreira da Silva, diz que a nova filosofia de fiscalização é permanente, e inclui a circulação e ações específicas para verificar, entre as 14 mil empresas do Médio Vale, aquelas com índice de recolhimento de ICMS abaixo das médias convencionais aos setores que atuam.

O objetivo, segundo ele, não é notificar. Com a presença ostensiva dos fiscais, a pretensão é cobrar a sonegação. "Não montamos armadilhas para punir o contribuinte. Queremos apenas que todos paguem o ICMS devido".

Na última quinzena, foram emitidas mais de 500 notificações, no valor aproximado de R\$ 20 mil, na blitz de fiscalização de circulação de mercadorias nos 11 municípios do Médio Vale do Itajaí. O gerente diz que, para a operação, foi reativado o posto de fiscalização situado na BR-470, em Apurina, fechado há dois anos, e escalados fiscais para plantão nos postos da Polícia Rodoviária Estadual de Blumenau e Gaspar.

Outra providência foi a da montagem de uma estrutura especial para acompanhar o processo de comercialização da safra de arroz de Gaspar, o décimo produtor do Estado e o maior da região. Com isso, acredita Silva, a sonegação que era de dois terços sobre o total do arroz colhido, 16 mil toneladas, deve cair a zero.

## Paulo Alceu

☐ (048) 216-3546

### Caminho certo

**C**obrar com eficiência de quem está devendo é a fórmula mais coerente para tentar recuperar o déficit de caixa do governo do Estado, aumentando, aliás, a arrecadação. Uma decisão que começa a ser cumprida na forma de mutirão com a Secretaria da Fazenda e o Tribunal de Justiça trabalhando na mesma direção. Unidos permitirão que os processos sejam agilizados e não adormeçam no Judiciário. Esse mutirão nasceu na reunião-almoço do governador com os demais chefes de poderes. Teve, depois, a presença do procurador-geral do Estado, Walter Zigelli, e o secretário Antônio Carlos Vieira, que revelou um dado fundamental: da dívida de R\$ 1,3 bilhão, cerca de 40% estão concentradas em cem empresas catarinenses. A Lei de Anistia, aprovada pela Assembléia, permitirá que até o dia 31 de março os devedores fiquem isentos do pagamento de multas e juros. Facilita.

INANÇAS

# Estado acumula quase 73 mil processos na Justiça

maioria das ações dizem respeito à cobrança da dívida ativa do Estado, que soma R\$ 1,3 bi

celo de Oliveira Santos  
BARIPOJIS

A Procuradoria-geral do Estado (PGE) está concluindo um levantamento sobre o contencioso que envolve o Estado. Os primeiros resultados divulgados tratam processos relativos à administração pública e trazem números assustadores: o Estado tem quase 73 mil processos tramitando na Justiça, seja como réu, seja no autor. A cada ano, milhares deles são abertos. O ano de 1996 é o recordista absoluto - cerca de 27 mil processos foram abertos envolvendo o Estado. A maior parte dos processos trata da cobrança da dívida ativa, que hoje chega a R\$ 1,3 bilhão. São 52.106 processos dessa espécie. As ações movidas por funcionários públicos são a maioria dos 20 mil litígios restantes. "O Estado consome suas energias nessa briga", disse o procurador-geral do Estado, Walter Zigelli.

Nessa lista, encontram-se os 13.463 processos administrativos. São estes processos, por exemplo, que os funcionários abrem para conseguir agregação de vantagens aos salários ou isonomia a outra categoria correlata à sua. "Está aí também é outra maneira de consumir o dinheiro do Estado", explicou o procurador.

Só a folha de janeiro foi onerada em R\$ 8 milhões por conta de decisões judiciais que garantiram gratificações e adicionais, entre outros. No ano todo, con-

tando com 13º salário, esse número chega a R\$ 104,6 milhões.

Zigelli revelou que, embora sejam em menor número, os 2.387 processos trabalhistas podem ser considerados os mais importantes, por envolver grande número de pessoas. "As vezes, uma simples ação chega a reunir cerca de 10 mil pessoas", explicou.

Do total de processos, 65% - pouco menos de 10% - já estão tramitando nos tribunais superiores - Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal Superior do Trabalho (TST). Com 3.638 processos, Santa Catarina é o sexto "cliente" do STF, só perdendo para a União, São Paulo, INSS, Banco do Brasil e Minas Gerais.

Para o procurador-geral, um dos culpados da atual situação é o ex-governador Paulo Afonso Vieira (PMDB). O número de processos praticamente dobrou nos quatro anos em que ele esteve à frente do Executivo estadual. "Ele não fez nada para melhorar e ainda contribuiu para piorar", acusou Zigelli.

Paulo Afonso e alguns de seus secretários estão sendo processados pela PGE por diversos atos do final da administração. Zigelli disse não se tratar de "caça às bruxas" contra o antigo governo. "Fazemos levantamentos da situação e, se encontramos alguma coisa errada, revogamos e procuramos responsabilizar os culpados", esclareceu. "Estamos olhando para o futuro: não procuramos culpados, mas a impunidade acaba", completou.

## EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROCESSOS

Por espécie

	31/03/1991	31/03/1995	31/01/1996
Executivo fiscal	23.044	29.848	52.106
Processo trabalhista	076	1.982	2.387
Processo administrativo	630	5.858	13.463
Processo patrimonial	252	580	1.643
Processo tributário	154	747	2.027
Não-especificado	116	544	750
<b>Total</b>	<b>24.874</b>	<b>39.560</b>	<b>72.376</b>

Fonte: Procuradoria-geral do Estado



CLÁUDIO SILVA/IC/ITORIANOJIS

**DESPERDÍCIO:** Estado se desgasta nessa briga, alerta procurador-geral Walter Zigelli

## Fazenda intensifica a fiscalização nos fretes

**Florianópolis** — A Secretaria do Estado da Fazenda deve aumentar o cerco aos transportadores de produtos agrícolas nas próximas semanas, cuidando para que mercadorias não ultrapassem as fronteiras sem o pagamento do Imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS). Com o final da temporada de verão e a queda nos regimes especiais de funcionamento, os fiscais da Fazenda ficam disponíveis para averiguar cargas de caminhões e o movimento de entrepostos. "Estamos nos preparando para as safras do arroz, do alho, do feijão e da maçã. Já começamos a atuar no posto fiscal de Mafra" afirma o gerente de Fiscalização da Secretaria da Fazenda, Flávio Galluf Pederneiras.

Conforme a Fazenda, até o dia 12 deste mês, a arrecadação de ICMS no posto fiscal de Mafra foi de R\$ 184,3 mil, com base em ações da secretaria na fiscalização de fretes agrícolas. Além da intensificação destas averiguações, o

governo vai ainda observar as substituições tributárias, que acontecem quando estabelecimentos de outros Estados vendem produtos para Santa Catarina. "Queremos arrecadar e não punir, por isso estamos colocando nossas equipes nas ruas", completa Pederneiras.

De acordo com a Gerência de Fiscalização, neste mês, até o dia 12, foram visitados 738 estabelecimentos comerciais, sendo concedidos 67 enquadramentos de regimes especiais somando R\$ 85,8 mil. Dos visitados, 49 foram intimados, e as notificações totalizaram R\$ 724,5 mil, enquanto que as notificações de trânsito devem render R\$ 610,6 mil aos cofres públicos.

Em janeiro, 3.015 estabelecimentos comerciais foram visitados pelos fiscais, foram enquadrados 1.531 regimes especiais (rendendo R\$ 1,502 milhão) e 258 intimações. As notificações aplicadas somaram R\$ 12,54 milhões e as notificações de trânsito, R\$ 322,49 mil.

# A Fazenda aperta a fiscalização

**Além de multar lojas, fiscais vão penalizar consumidores que não pedirem nota fiscal**

Lizlane Rodrigues  
FLORIANÓPOLIS

A Secretaria da Fazenda vai apertar ainda mais a fiscalização para tentar diminuir a sonegação do Imposto sobre Circulação e Mercadorias (ICMS). Ontem, durante uma blitz no Centro de Florianópolis que resultou em 65 estabelecimentos comerciais multados, o gerente regional da Fazenda, Wilson Jorge Diener, anunciou que outra estratégia que será adotada pelos fiscais: a abordagem de consumidores que estiverem carregando compras para constatar a existência de nota fiscal. "Quem não tiver nota, deve levar o fiscal até o local da compra ou poderá ser obrigado a pagar a multa mínima de 500 Ufrs, que representam hoje R\$ 488,50."

A operação de ontem deverá reverter em R\$ 31.752,50 aos cofres do Estado, que precisam ser pagos em 30 dias pelas empresas, informou Diener. Os fiscais visitaram 223 estabelecimentos e também apreenderam 180 pares de tênis - sem procedência comprovada, mas provavelmente importados - que estavam sendo desembarcados, sem nota fiscal, próximo à Secretaria de Educação. No entanto, o proprietário da mercadoria, que não quis identificar-se, foi até a Secretaria da Fazenda, pagou R\$ 2.115,00 referentes à multa de 30% sobre o valor dos calçados mais 17% de ICMS e, depois, teve os mesmos liberados.

Diener diz que a fiscalização deve acontecer novamente hoje e se repetirá pelo menos duas vezes por semana. Ele quer reduzir em 10 pontos percentuais a sonegação de ICMS que, calcula-se, chega a 40% no Estado. Como Santa Catarina arrecada cerca de R\$ 170 milhões mensalmente em ICMS, o valor sonegado chega a R\$ 68 milhões.



TK HELENA/DC/FLORIANÓPOLIS

**SEM NOTA:** Durante a blitz, fiscais apreenderam caixas com tênis importados

## ▼ EMPRESAS

### *Termina prazo para adesão ao Simples*

Silvana Pisani  
FLORIANÓPOLIS

Encerra hoje o prazo para que as empresas interessadas se inscrevam no Simples. A opção pelo programa permite a condensação do pagamento de uma série de tributos federais em parcela e data únicas. De acordo com Kátia R. R. de Souza, da assessoria de Políticas Públicas do Sebrae, esta é a principal vantagem, embora a opção também permita uma redução significativa (mais de 20%) nos encargos sociais.

Podem aderir ao Simples empresas cujo faturamento anual não ultrapasse R\$ 1,2 milhão. Kátia estima que o número de empresas vinculadas ao Simples em Santa Catarina já ultrapasse 100 mil. A proximidade do término do prazo deixou lotada a delegacia da Receita Federal em Florianópolis ontem.

De acordo com delegado Jamir Cassol, mais de 250 senhas chegaram a ser distribuídas. Micro e pequenos empresários interessados em inscrever-se devem procurar a delegacia da Receita em sua cidade munidos do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) da empresa ou utilizar o site da Receita na Internet ([www.receita-federal.gov.br](http://www.receita-federal.gov.br)). O imposto devido por cada micro ou pequena empresa vinculada ao Simples será determinado mediante a aplicação de percentuais que aumentam conforme a receita bruta mensal auferida por cada uma.

# Dívida com ICMS chega a R\$ 1,8 bi

*Governo do Estado prorroga prazo para empresas com débitos requererem anistia dos juros e multas devidos*

CLAUDIO LOEIZ

**Jornville** — A Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina prorrogou o prazo para as empresas devedoras do imposto sobre Mercadorias e Serviços (ICMS) requererem anistia dos juros e multas até o dia 31 de março. Somente a dívida ativa chegou a R\$ 1,8 bilhão. As notificações fiscais emitidas originam débitos de mais R\$ 500 milhões a favor do estado. O total da dívida é de R\$ 2,3 bilhões, o que representa 10 meses de arrecadação de ICMS.

A meta é cobrar 20% dos débitos totais. Parece pouco, mas a expectativa é otimista. Do total da dívida ativa, 80% é cobrável, estimou, ainda em dezembro, o então gerente de fiscalização da Secretaria da Fazenda, Inácio Erdmann.

Quase metade da dívida ativa — cerca de R\$ 850 milhões — são de empresas da região fiscal de Joinville, abrangendo 12 municípios, incluindo Jaraguá do Sul, de acordo com o gerente regional Amilton Moura. Os três maiores devedores inscritos em dívida ativa têm de pagar R\$ 100 milhões, somados. São empresas dos setores plástico, metalúrgico e têxtil, com sede em Joinville e Jaraguá do Sul.

Em Joinville, o Estado tem menos de 500 fiscalizadores, tributos para percorrer mais de 170 mil empresas. A gerência regional da Fazenda estadual em Joinville tem 30 fiscais de tributos e mais 20 fiscais de mercadorias e serviços, responsáveis por verificar a regularidade de 20 mil empresas na sua área de abrangência, das quais 15 mil são micro. Duas mil delas não têm registro direto a usufruir das vantagens da anistia fiscal por estarem inexistentes.

Apesar de um quadro de alta salvação da dívida ativa, há uma tendência de diminuição do valor, após o término da anistia no ano passado. A questão mobilizou o empresário catarinense, liderado pela Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACI), em 98. As reclamações das empresas não se limitam a uma única maneira de reduzir os débitos.

Os empresários reclamavam, principalmente, da incidência dos juros e multas em prazos longos, muitas vezes, aumentando exponencialmente as dívidas.

## Sob o fisco

**Dívida ativa:**  
R\$ 1,8 bilhão

**Notificações fiscais:**  
R\$ 500 milhões

**Total:**  
R\$ 2,3 bilhão

Dívida representa 10 meses de arrecadação de ICMS

**Empresas a serem fiscalizadas:**  
150 mil

**Total de fiscais de tributos:**  
menos de 500

Empresas sediadas na região fiscal de Joinville representam 40,15% (R\$ 600 milhões) da dívida ativa

**Três maiores devedores:**  
R\$ 100 milhões

**Arrecadação de ICMS mensal média/98:**  
R\$ 178 milhões

**Previsão de arrecadação de ICMS**  
(média mensal '99):  
R\$ 200 milhões



## Meta é ampliar arrecadação com maior fiscalização

A partir do número 15 da Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, editada no início da atual administração, concedeu prazo de 15 dias, após a publicação, para que as empresas apresentem os tributos devidos. Se o prazo não for cumprido, serão cobrados juros e multas automaticamente, segundo o gerente regional. A nova administração tributária prevê a arrecadação mensal de ICMS de R\$ 200 milhões, a partir de março. A média mensal dos últimos 12 meses do ano passado foi R\$ 178 milhões.

Até 31 de março, o prazo para anistia relativamente a atos

administrativos, outorgados de 1998, com vencimento até 31 de novembro do ano passado, notificações fiscais com ênfase no devedor até 31 de outubro de 1998, e as certidões de dívida ativa originárias de notificações emitidas até 25 de outubro de 1998, emitidas espontaneamente, confessadas também podem ser beneficiadas.

Empresas que se recusarem a pagar ou não se enquadrarem na anistia, sofrerão forte fiscalização a partir de 27 de março Moura.

Até 31 de março, os artigos 23 e 24 da Lei 10.780/98, que prevê a anistia da dívida, serão estendidos a empresas que que-

ram fazer o pagamento em 31 de março de 1998, com exceção do Estado, por exemplo, em vez de pagar em dinheiro.

A dívida paga integralmente até 31 de março terá redução total dos juros e das multas. O parcelamento pode ser feito em até 100 meses. Neste caso, o valor pode cair 50%. Segundo Amilton Moura, os juros e as multas correspondem a aproximadamente metade dos débitos. Quanto mais antiga for a dívida, maior o benefício. Os casos em que o débito é apenas ligeiramente superior ao montante nominal, se for pago até 31 de março, lembra Moura (CL).





Pequenas empresas encontram mais dificuldades nos trâmites, por ter dificuldades em apresentar garantias ao Estado

# Burocracia impede empresas de saldar dívidas de ICMS

*Empecilho se mantém mesmo com dilatação dos prazos*

**Florianópolis** — A prorrogação do prazo para as empresas pedirem anistia de juros e multas por suas dívidas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pode não resolver o problema dos devedores do Estado. A burocracia da lei de incentivo aos pagamentos pode atrapalhar a ação das pequenas empresas que querem saldar suas pendências junto ao Tesouro do Estado, argumenta o presidente da Federação das Associações das Micros e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc), Luiz Carlos Floriani. "Entraves burocrá-

ticos como as cláusulas das garantias exigidas instabilizam as empresas menores, que não dispõem muitas vezes de um suporte jurídico. Se o empresário está devendo para o Estado, como pode ter aval, como pode dar garantias?", questiona.

Floriani adianta que vai sugerir ao governo do Estado o lançamento de uma linha de orientação voltada aos pequenos empresários para esclarecer o que podem fazer para regularizar suas situações. Seriam peças publicitárias de informação e palestras. Para a Fampesc, o empresário tem "boa vontade em negociar suas dívidas e até aproveitar os benefícios da lei", mas muitas vezes, não consegue liquidar seus débitos por causa da burocracia e da crise financeira. "Na realidade, estou vendo que a maioria das pequenas empresas não vai conseguir renegociar suas dívidas de ICMS até o prazo final de 31 de

março, conforme prototegou o governo do Estado", raciocina. A Fampesc não tem dados sobre a inadimplência de ICMS no setor, mas estima que 50% dos pequenos estejam na lista de devedores. "O número dos inadimplentes é grande, apesar do volume das dívidas não ser muito. Há muitas empresas na lista que nem existem mais, já fecharam", lembra.

MA JES

Segundo a Secretaria da Fazenda, as dívidas de ICMS totalizam R\$ 1,8 bilhão, a maioria de débitos de grandes empresas. O gerente de Fiscalização, Flávio Gallat Pederniras, estima que os cem maiores devedores do Estado correspondam a 50% do total, cerca de R\$ 900 milhões. Os três maiores inscritos na dívida ativa devem R\$ 100 milhões. Estes grandes vendedores são

na maioria, indústrias de todas as regiões do Estado. O governo reconhece que cobrar dos maiores é historicamente mais difícil, que os pequenos devedores sempre tentam acertar.

O governo conta que os devedores procurem a Fazenda para aceitar suas pendências, e caso isso não aconteça, a Gerência de Fiscalização promete voltar à carga contra os devedores, acionando inclusive a Procuradoria de Justiça do Estado, para cobrar judicialmente as dívidas. "Muitos reclamam da crise, mas esta desculpa é velha. Como é que se compra carro importado, barco, móveis e não há dinheiro para pagar impostos? Passa ano, passa governo e não se cobra esta dívida", indigna-se Pederniras. No ano passado, a Fazenda esperava receber R\$ 30 milhões em parcelamentos com a nova lei, mas não chegou a metade do volume.

**BLUMENAU**

# Descoberta rede de contrabando

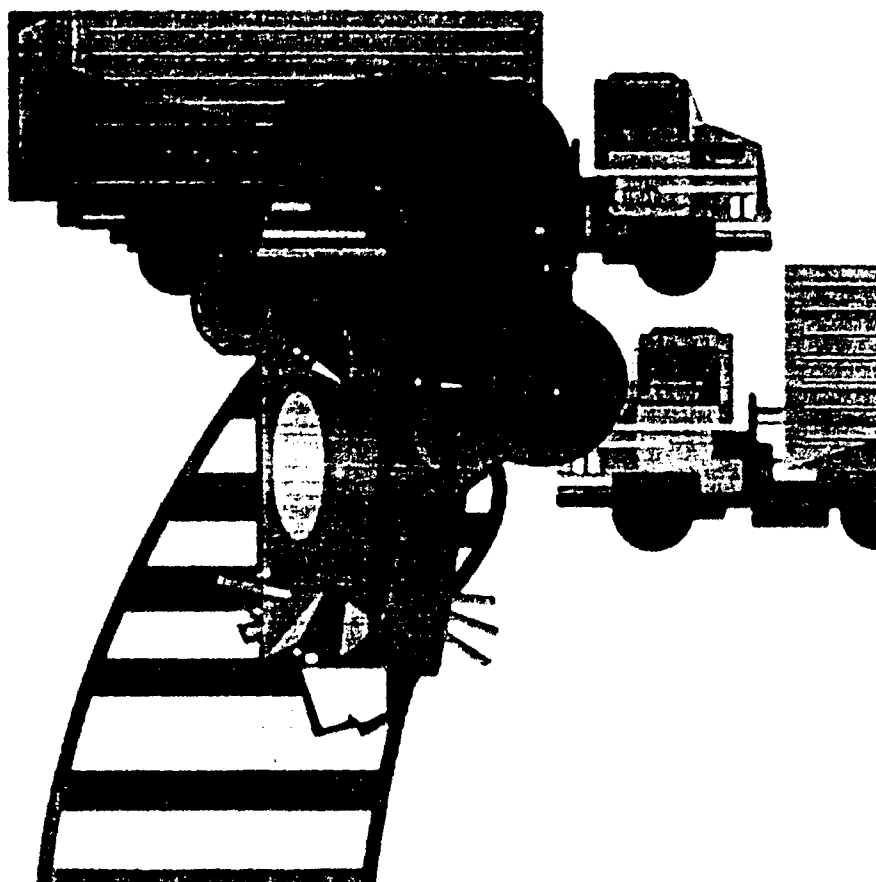
*PF de Dionísio Cerqueira  
inicia hoje investigação  
sobre quadrilha que agia  
no Sul do Brasil*

**Dionísio Cerqueira** - A Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro (FERJ) anunciou a criação de uma competição para desbarratar o futebol amador do Rio de Janeiro. A competição será denominada "Campeonato de Futebol Amador do Estado do Rio de Janeiro". A competição será disputada em 1990, com 16 equipes participantes. A competição será disputada em 1990, com 16 equipes participantes. A competição será disputada em 1990, com 16 equipes participantes.

O exemplo dos contrabandos com o qual se iniciou o trabalho de cultura social da Polícia Militar nos Estados da Polícia Federal, das defensorias e Ministério do Exército, representa um aproveitamento simplificado com as práticas contrabandistas locais. De acordo com os relatos, os contrabandistas locais não se preocupam com a mudança de endereço, nem com a mudança de nome. A polícia não foi feita no dispositivo, em São Paulo há um comércio de Mantrina polaco, de *centos* 12 quadras, e uma loja de outra rede de exportação, *centos* 6 quadras, com vendas em feiras e pontos de ônibus. A polícia não revelou nada sobre o comércio de produtos ilegais, nem de drogas, pois não dispõe

Estos son muy diferentes, que el de la corte-  
bando la Patria, y el de la corte de la Patria.  
Federal, nada que de la corte de la Patria.  
que a la corte de la Patria, y el de la corte de la Patria.

Muito. Foi um momento apavorante, não sei se ainda  
problemas de Breda. Talvez os problemas tenham se  
apagado até agora, e assim como eu acho que em Parna-  
mirim Santa Estrepa. Aconteceu com o filho de um  
durante meses e eu não sei se ele foi de Parna-  
Dionísio. Quando eu cheguei lá, ele estava de  
município para o município de Parna-  
que eu não sei se eu sei. Aconteceu com  
deitar lá e ali.



# Acats faz denúncia contra atacadistas

*Vice-presidente da entidade diz que setor vende contrabando*

**São Miguel do Oeste** — O vice-presidente regional da Associação Catarinense dos Supermercados (Acats), Francisco Crestani, denunciou ontem a existência de uma máfia envolvendo indústrias e atacadistas de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul que vem despejando nos supermercados produtos que supostamente estariam sendo exportados para países do Conesul. Crestani denunciou também que empresas atacadistas do Paraná estão interceptando cargas roubadas e colocando as mercadorias no mercado do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, sem nota fiscal.

Francisco Crestani resolveu fazer a denúncia depois que a Polícia Federal de Dionísio Cerqueira, no Extremo-oes-

te do Estado, estourou na semana passada os depósitos do atacado Coringão, na cidade paranaense de Salgado Filho, apreendendo cerca de 40 toneladas de produtos contrabandeados, entre eles muitas mercadorias fabricadas no Brasil exclusivamente para exportação. Segundo Crestani, este tipo de golpe vem sendo aplicado há muito tempo no Sul do País. O presidente da Acats, João Batista Löhn, disse ser contra esses atos ilegais, que causam concorrência desleal.

## RESPONSABILIDADE

Francisco Crestani acha que grande parcela da responsabilidade recai sobre as indústrias, das quais algumas de Santa Catarina, que simulam a exportação de mercadorias e descarregam fora do ponto de exportação, que seria Foz do Iguaçu, e repassam as cargas para atacadistas que atendem o mercado interno. Segundo Crestani, neste tipo de exportação fraudulenta só a nota fiscal sai do País, mas as cargas ficam em depósitos atacadistas, espe-

cialmente do Paraná. No Extremo-oeste, há supermercados revendendo essas mercadorias, afirma Crestani.

Segundo Crestani, a maioria destes produtos são colocados nas prateleiras de supermercados com preços menores dos que os praticados pelas indústrias. Ele cita como exemplo sabonetes com preço de custo em R\$ 0,17 e que estão sendo vendidos a R\$ 0,09. A regional da Acats no Extremo-oeste deverá repassar o caso à presidência da entidade em Florianópolis e à Associação Brasileira dos Supermercados (Abras).

Para o presidente da Associação Catarinense de Distribuidores e Atacadistas de Santa Catarina, Oldemar Müller, a questão "é antiga e difícil de ser resolvida". Há dois anos, houve reunião entre os atacadistas de Santa Catarina e Paraná com o secretário da Fazenda do Paraná. Mesmo assim, os crimes continuam sendo praticados. Oldemar confirma a existência das fraudes. "Somos os principais prejudicados", diz o líder da categoria no Estado.



# Prazo para quitar ICMS acaba hoje

*Devedores podem pagar débitos sem multa e juros*

**Florianópolis** — Termina hoje o prazo que os devedores de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) têm para pagar seus débitos com o governo sem multa e juros. A Secretaria do Estado da Fazenda alerta que esta será a última chance dos inadimplentes acertarem suas pendências fiscais vencidas até 30 de novembro de 1998.

A renegociação prevê redução de 100% da multa e juros quando os débitos forem totalmente quitados, e 80% de benefício, caso haja parcelamento. Encaixam-se na lei de incentivo ao pagamento as dívi-

das fiscais já notificadas pela Fazenda e inscritas em dívida ativa, e mesmo débitos de ICMS e ICM.

Segundo o gerente da Fazenda em Florianópolis, Ilson Jorge Diner, os devedores do fisco devem procurar as regionais fiscais para repactuar seus débitos. O parcelamento pode se dar em até cem vezes.

Só de débitos inscritos em dívida ativa, o governo do Estado contabiliza R\$ 1,4 bilhão, mas "muita coisa ainda tramita na Procuradoria da Fazenda, o que eleva o débito para um volume bem maior."

"O empresário que deve ICMS vai ter sua chance de regularizar sua

situação, pois depois que o débito é inscrito em dívida ativa, o empresário fica limitado a fazer uma série de coisas, como transações imobiliárias e outros negócios que dependem de certidão negativa da Fazenda."

Dados da Fazenda mostram que os cem maiores inadimplentes devem cerca de R\$ 900 milhões, e os três maiores inscritos na dívida ativa, R\$ 100 milhões. Diner está otimista quanto aos resultados que a Fazenda pode obter até o dia 31, mas no ano passado, o governo recolheu menos da metade do esperado em esforços semelhantes de quitação de dívidas.

# credenciário chega ao camelódromo

repassar aumento  
os comerciantes  
margem de lucro

ujo  
is

vendedores do Camelódromo Municipal de Florianópolis estão aceitando os credenciários pré-datados para queda nas vendas. O número de vendas caiu 35% desde que a valorização do dólar provocou reajuste das mercadorias. A vantagem não é prática, pois praticamente não existia antes da crise. O credenciário passou a ser usado por 60% dos compradores. Outra utilizada foi a redução na margem de lucro, que passou de 40% para 30%. "Esta foi a saída encontrada para não repassarmos integralmente o aumento do dólar", afirmou Leal. De acordo com os produtos sofreram um reajuste de 10%.

ro de parcelas que antes era de 12 (doze) subiu para 18 (dezoito). O temor dos comerciantes de que a inflação não se confirmasse, apenas 10% foram repassados. O credenciário passou a ser usado por 60% dos compradores. Outra utilizada foi a redução na margem de lucro, que passou de 40% para 30%. "Esta foi a saída encontrada para não repassarmos integralmente o aumento do dólar", afirmou Leal. De acordo com os produtos sofreram um reajuste de 10%.

vendas em baixa, os comerciantes passaram a comprar de novas mercadorias. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante.

que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante.

que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante.

que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante. "Hoje ninguém faz mais estocagem", afirmou Leal, que também é comerciante.



MAIS CARD: Eliane Lohr, cliente há cinco anos dos camelôs, diz que está comprando menos devido ao aumento dos preços

## TA LEM DOS PRODUTOS

### Caminho 1:

- Os comerciantes vão diretamente ao Paraguai, de campo ou de ônibus, e compram individualmente as mercadorias.
- Os produtos oferecidos no Paraguai, na grande maioria, não são produzidos naquele país. Grandes importadoras trazem os produtos de países como China, Japão, Malásia e Estados Unidos.
- A cota para cada comprador é de US\$ 150,00. Mas os compradores amassam-se trazendo mais, até US\$ 600,00.
- Este caminho está sendo cada vez menos procurado pelos pequenos comerciantes, devido ao risco das mercadorias serem apreendidas pela Polícia Federal.

### Caminho 2:

- Importadoras brasileiras, de São Paulo e Curitiba, trazem os produtos do exterior.
- Os comerciantes encomendam por telefone os produtos, que podem ser entregues pela importadora na cidade.
- Outros vão buscar a encomenda na importadora.
- A vantagem senão: cota livre, preços apenas 10% mais caros que os praticados no Paraguai, inexistência de risco de apreensão e entrega das mercadorias (sem necessidade de viagem).

## Rota dos "sacoleiros" não passa mais pelo Paraguai

A figura dos "sacoleiros do Paraguai", pequenos comerciantes que vão ao país vizinho comprar mercadorias importadas para revenda, pode estar com os dias contados. Um novo caminho para a aquisição dos produtos começa a ser seguido. Grandes importadoras de São Paulo e Curitiba estão facilitando a vida dos comerciantes, trazendo os produtos dos países de origem (Japão, China, Malásia, Estados Unidos, entre outros) e entregando no endereço desejado. Tudo a preços atrativos. O filho foi descoberto pelos comerciantes do Camelódromo Municipal de Florianópolis há dois anos. Hoje, cerca de 65% das mercadorias comercializadas no local têm essa origem.

O presidente da associação, José Roberto Leal, explicou que o maior atrativo são os preços. "As mercadorias chegam no máximo 10% mais caras que as vendidas no Paraguai, e tudo com nota fiscal", afirmou. Ele disse que em alguns casos, o preço fica até abaixo. Um exemplo demonstrado por ele foi de um aparelho de som da marca Aiwa, que no Paraguai custa US\$ 220, e foi adquirido nas importadoras brasileiras por R\$ 270. Já um aparelho de telefone da marca Panasonic,

que no Paraguai é encontrado por US\$ 42,00, está sendo vendido por R\$ 56,00 pela importadora no Brasil.

Além do preço acessível, o negócio com as importadoras brasileiras traz outras vantagens. Os comerciantes não precisam mais se sacrificar no famoso "bate-volta", a cansativa viagem de um dia até o Paraguai. Além disso, ficam livres da cota mínima de importação, que hoje é de US\$ 150,00. A alternativa também livrou os comerciantes do risco de apreensão de mercadorias. "A maioria se arriscava ultrapassando a cota mínima. Quando eram surpreendidos pela Polícia Federal, perdiam tudo o que tinham comprado", explicou Leal. De acordo com ele, ao longo dos anos, muitos comerciantes desistiram do negócio devido às sucessivas apreensões. As perdas, só entre os comerciantes do Camelódromo Municipal, chegavam a US\$ 20 mil por mês.

O objetivo da associação é expandir o negócio para todos os vendedores. A ideia é formar uma cooperativa. A associação encaminharia os pedidos para a importadora que faria a entrega de uma só vez, com descontos maiores.

## Fisco arrecada menos ICMS que o esperado

**Florianópolis** — O prazo para o acerto de contas com o fisco estadual sem multas e juros terminou em 31 de março e a Secretaria do Estado da Fazenda arrecadou menos do que esperava. A conclusão é preliminar, mas os cálculos dos técnicos da Fazenda apontam que apenas R\$ 11 milhões entrarão nos cofres públicos do Estado, volume aquém dos pelo menos R\$ 15 milhões esperados pelo governo.

Segundo o gerente de Fiscalização da Fazenda, Flávio Galluf Pedernheiras, um volume de R\$ 127 milhões em dívidas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) foram repactuados e parcelados. "Mas o governo esperava mais entrada à vista de acertos de dívidas, pois havia isenção total de multas e juros. Para quem parcelou os débitos, o benefício era de 80% de isenção", observa.

Ele acredita que a crise econômica pode ter contribuído com o recolhimento menor. "Todos os prazos foram dados para que os inadimplentes procurassem a Fazenda e saldassem suas dívidas. O governo passado, que aprovou a lei de incentivo ao pagamento já havia dado prazo, nós dilatamos de janeiro a março e agora, não há mais prorrogações". O acerto das dívidas, agora, traz embutido multas e juros.

Os números da Fazenda referem-se às quinze regionais fiscais espalhadas pelo Estado. As ações fiscais, como a verificação de cargas transportadas e as visitas a empresas, prosseguem. Os débitos inscritos em dívida ativa somam hoje R\$ 1,4 bilhão no Estado. Os cem maiores devedores respondem por R\$ 900 milhões de débito de ICMS, e os três maiores inscritos na dívida ativa, R\$ 100 milhões.

# Benefícios fiscais são criticados



Disputa pelas montadoras de automóveis foi marcada pela guerra fiscal entre os Estados

## Ford define situação no RS depois de sexta-feira

CLAUDIO LOETZ

**Joinville** — A Ford do Brasil emite depois de sexta-feira nota oficial sobre as negociações para a manutenção do acordo assinado com o governo gaúcho no ano passado. Na sexta-feira, encerra o prazo dado pela montadora ao governador Olívio Dutra (PT) começar a cumprir o contrato assinado no ano passado. O atual governador, Olívio Dutra, (PT) rejeita o aporte de R\$ 468 milhões em recursos públicos do Rio Grande do Sul para viabilizar a implantação da unidade fabril da montadora em Guaiaba.

O governo catarinense espera o desfecho das conversações entre

as partes. Caso a Ford desista de ter fábrica no Rio Grande do Sul, Santa Catarina vai disputar a unidade, garantiu o secretário de Desenvolvimento Econômico e de Integração ao Mercosul, Paulo Gonçalves da Costa. O governo da Bahia também acena com incentivos para atrair a fábrica. Um dos últimos encontros antes de expirar o prazo dado pela Ford ao governo rio-grandense ocorre hoje.

Segundo a assessoria de imprensa da Ford, a empresa investirá R\$ 700 milhões no empreendimento, independentemente dos R\$ 468 milhões que cabem ao governo. A futura unidade deverá produzir 150 mil veí-

culos por ano, a partir do final de 2001. Não há previsão para início de obras, condicionadas à definição da negociação em curso.

As negociações não avançaram até agora. Em reunião de 58 deputados federais e estaduais do Rio Grande do Sul e de quatro ex-governadores daquele Estado, anteontem, na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre, com representantes do governo, parlamentares do PT invocaram a necessidade de pressionarem a Ford para que sejam mudadas algumas cláusulas do contrato. O ex-governador Pedro Simon (PMDB), disse que é vital renegociar o contrato "porque a situação econômica mudou."

## Funcionários da Fazenda avaliam que incentivos podem complicar situação de contas públicas do Estado e municípios

ROGÉRIO CHRISTOFOLETTI

**Florianópolis** — A informação de que Santa Catarina possa atrair a instalação de uma fábrica da Ford nos limites locais já provoca repercussão. Diante da guerra fiscal entre os Estados para concentrar investimentos das multinacionais, o Sindicato dos Fiscais da Fazenda (Sindifisco) alerta para os perigos que a concessão de benefícios pode trazer a Santa Catarina.

O presidente do Sindifisco, Adalberto Eving, lembra que uma renúncia fiscal significa não apenas abrir mão de parte da receita de impostos, mas também deixar de ter recursos para arcar com a prestação de certos serviços. "Com uma renúncia fiscal, sempre tem alguém se beneficiando. Neste caso, é uma minoria, os montadores. Vale a pena este custo?"

Nas últimas de 20 e 29, quando a Ford instalou em Betim (MG), torcida em torno da montadora uma diversificada cadeia produtiva de fornecedores, gerando emprego e impostos. "É o que todo Estado tenta repetir hoje. Mas será que os investimentos de milhões, não estão concentrados nas mãos de poucos. Não acredito que vá trazer benefícios significativos, e se forem incluídos estes recursos na agricultura? Os resultados sociais serão bem diferentes", raciocina.

Declaradamente contrário à renúncia e à guerra fiscal, o Sindifisco acredita que as renúncias para as montadoras são uma vantagem ilusória para os Estados. "Eles acham que estão ganhando, mas na verdade a sociedade perde parcela do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados. "Estado e municípios, por suas vezes, perdem parte dos seus fundos de participação. Aonde se vai para? Está e uma política que vai levar ao desastre", prevê. Para os fiscais da Fazenda, a solução passa por uma reforma tributária com legislação federal uniforme e pela compensação dos governantes do "aparente e enganoso".

Próxima segunda-feira, às 16h30-min, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco Oliveira Filho, e o procurador-geral do Estado, Valter Ziguelli, reúnem-se com a juíza Vera Bedin, que assumiu as execuções fiscais, para analisarem em conjunto a tramitação de 4 mil processos de execuções pendentes. Os devedores do fisco estadual, que apostavam na morosidade dos processos, em breve terão uma desagradável surpresa.

# Burocracia e impostos orçam a informalidade

Sebrae sugere mudança na legislação para estimular empresários a legalizar o negócio

de Araújo  
ANDRÉ LIAZOC

O excesso de burocracia para abrir um negócio, a carga pesada de impostos e falta de linhas de financiamento. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae/SC na Capital mostra que estes são os fatores que levam os empreendedores para a informalidade. Dos 150 empresários pesquisados, nos setores de indústria, comércio e serviços, 59% disseram que quer legalizar o negócio, mas só se houver mudanças na legislação.

O diretor-superintendente do Sebrae, Antonio Kieling, explicou que é urgente uma mudança na legislação pública voltada para as micros e pequenas empresas. "A carga tributária é monstruosa, o número de impostos exigidos para registro absurdo e as linhas de crédito para o setor limitadas", afirmou. "Numa situação dessas, não se pode dizer que as pessoas escolham a informalidade. Na verdade, elas são levadas a isso por falta de alternativas. Ele lembrou que com o alto índice de desemprego, uma das saídas encontradas pelos trabalhadores foi partir para um negócio próprio.

Para fazer o registro de uma firma individual, o candidato precisa reunir 24 documentos e comparecer em endereços diferentes. Se precisar de dinheiro para fazer o negócio, vai encontrar poucas oportunidades de crédito. Mas o que realmente afasta o empreendedor do comércio formal é a excessiva carga tributária. "Brasil, um terço do que o empresário arrecada vai para os impostos", disse Kieling. A pesquisa mostra que dos entrevistados querem que o governo reduza os custos.

A ideia do Sebrae é levar os dados da pesquisa até os órgãos oficiais para tentar reverter o quadro. O superintendente defende uma carga tributária de no máximo 20%, ampliação das linhas de crédito (criação de uma lei obrigando os bancos a destinarem parte dos recursos para financiamentos de micros e pequenas empresas) e desburocratização do procedimento para registro. Ele explicou que foi elaborado pelo Sebrae um projeto chamado "Fácil", que concentraria todos os procedimentos para registro em um lugar. A proposta está sendo avaliada pela Secretaria de Administração do Estado, mas a viabilidade depende de investimento de R\$ 2 milhões.

Além de trazer prejuízos para o Estado, que deixa de arrecadar impostos, a informalidade também não é um negócio para o empresário. Apesar de economizar com a sonegação de impostos, o empreendedor perde muito com a impossibilidade de conseguir crédito (apenas 3% dos entrevistados têm dívidas com bancos ou instituições), limitação de clientela (só 3% dos entrevistados têm negócios com empresas formais - que geralmente exigem nota fiscal, o restante atende apenas consumidores finais), e impossibilidade de melhorar o produto ou fazer divulgação (precisa manter-se escondido devido à fiscalização).

Kieling disse ainda que sem registro, o empreendedor fica privado de participar de treinamentos e qualificação profissional: apenas 10% deles costumam oferecer treinamento aos empregados, e 18% dos proprietários participam deles. As empresas do setor também vivem com falta de informação e apoio técnico: só 7% procuram assessoramento na condução dos negócios, e 95% raramente ou nunca têm um livro técnico à mão. Além disso, 69% dos entrevistados não acham vantajosa a filiação a alguma associação ou cooperativa. Outro agravante é o baixo nível de escolaridade dos en-

## OS NÚMEROS

O que mostra a pesquisa sobre o setor informal

### Sectores pesquisados



Serviço  
51%

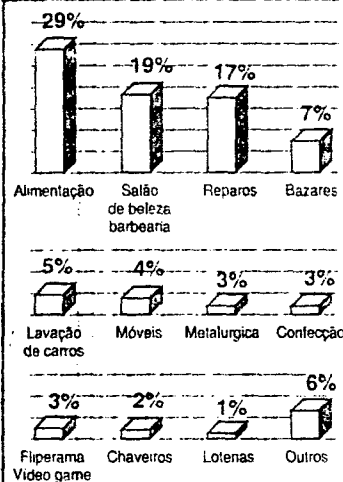


Comércio  
42%



Indústria  
7%

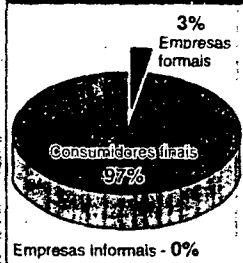
### Atividade das empresas



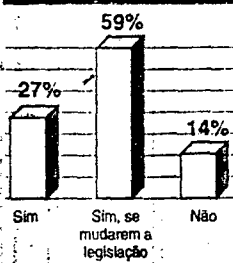
### O trabalho

Média de horas trabalhadas por dia	9,31 horas
Média de dias trabalhados por semana	6,01
Média de meses trabalhados por ano	11,97
Média de faturamento	R\$ 760,00

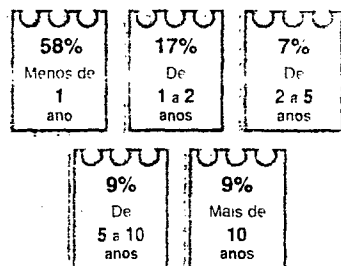
### Para quem vende



### Intenção de legalizar

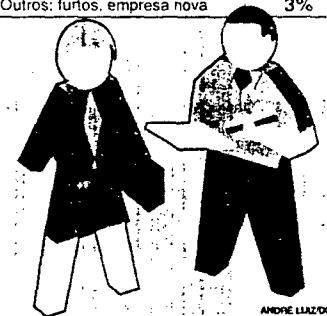


### Tempo de funcionamento



### Principais dificuldades

Recessão econômica do país	44%
Falta de clientes	42%
Maus pagadores	28%
Concorrência muito forte	26%
Falta de capital de giro	24%
Ponto inadequado	11%
Falta de crédito	7%
Problemas financeiros	5%
Instalações inadequadas	3%
Problemas com fiscalização	3%
Outros: furtos, empresa nova	3%



trevistados: 67,62% tem até a oitava série do primeiro grau. "Com todas estas restrições, não é possível competir", disse o diretor do Sebrae.

De acordo com a pesquisa, das microempresas informais consultadas, 58% tem menos de um ano. "Isto prova que o grau de mortalidade é alto", explicou ele. Outro mito derrubado pela pesquisa é o de que as empresas informais têm muito lucro por não pagarem impostos. A média de faturamento é de R\$ 760,00, sendo que a jornada diária é de 9,31 horas, a semanal chega a 6,01 dias e a anual fica em 11,97 meses.

Esta é a primeira vez que o mercado informal é pesquisado na Capital. O levantamento foi produzido pelo Sebrae em 18 bairros da cidade, atingindo 150 empresas, que tinham pelo menos um empregado. Foram ouvidos setores de indústria (7%), comércio (42%) e serviços (51%). A prestação de serviços tem maior participação neste segmento pelas facilidades de entrada no mercado, tanto pelo desdobramento de recursos (geralmente menor), quanto pela relação direta que já existe com o cliente, pessoa física. Os questionários apresentados ontem foram aplicados em setembro de 1998.



# Microempresas informais têm dificuldades na Capital

**Florianópolis** — Uma pesquisa com microempresários informais em 18 bairros de Florianópolis, divulgada ontem pelo Sebrae/SC, comprova que as desvantagens de uma organização não legalizada são maiores que o presumido na Capital. O estudo mostra que este microempresário trabalha o ano todo sem direito a férias (11,97 meses) para lucrar somente R\$ 760,00 a cada mês. No lugar da fiscalização, que nem é citada pelos informais, aparecem como principais dificuldades a falta de capital de giro, a restrição de mercado e a recessão econômica. A falta de clientes, apontada por 42% do setor, acaba limitando o tempo de funcionamento de 58% destas empresas para menos de um ano.

Com o estudo, o Sebrae pretende primeiro tornar público que a informalidade não é um bom negócio, para então discutir a questão com órgãos oficiais em busca de

novas políticas econômicas, financiamento e desburocratização. Dois pontos interessantes sobressaem aos números da pesquisa: o trabalhador que migra para a informalidade aposta numa realidade completamente diferente.

A segunda constatação surpreendeu o próprio Sebrae: quando já faz parte do segmento informal, o microempresário tem o desejo de legalizar o negócio (86%), mas não consegue sobreviver à burocracia e à carga tributária. Numa análise mais profunda, a pesquisa aponta que o perfil da informalidade é muito aproximado da microempresa legalizada. O índice de que 94% do universo pesquisado atua em local próprio ou alugado mostra que a atividade não é marginalizada e que 54% dos proprietários do negócio buscam uma atividade na qual já atuaram como empregados, autônomos ou mesmo como empresários formais. (Aline Felkl)

## Microempresários Informais

Situação em Florianópolis

FONTE: SEBRAE/SC

<b>ÁREA DE ATUAÇÃO</b>	
Serviço	51%
Comércio	42%
Indústria	7%
<b>ATIVIDADES DA EMPRESA</b>	
Alimentação	29%
Salão de beleza/barbearia	19%
Reparos	17%
<b>SITUAÇÃO DO IMÓVEL</b>	
Alugado	73%
Próprio	21%
Cedido	4%
Outros	2%
<b>TEMPO DE FUNCIONAMENTO</b>	
Menos de um ano	58%
Um a dois anos	17%
De cinco a 10 anos/mais de 10 anos	9%
<b>EXISTÊNCIA DE DÍVIDAS</b>	
Não têm dívidas	81%
Com fornecedores	14%
Com bancos ou instituições	3%
<b>PARA QUEM VENDE</b>	
Consumidores finais	97%
Empresas formais	3%
<b>PRINCIPAIS DIFICULDADES</b>	
Recessão econômica do País	44%
Falta de clientes	42%
Falta de capital de giro	24%
<b>INTENÇÃO DE LEGALIZAR</b>	
Sim, se mudarem a legislação	59%
Sim	27%
Não	14%

AN • Infográfia

# Polícia Federal recolhe mercadorias do Paraguai

Merchandise sem nota fiscal foi retirado em quatro caminhões sob protesto dos camelô

chado  
POLIS

2004-1978



FOTOS: CLAUDIO SILVA/INFLUENCIAL

**CONFUSÃO:** Vendedores tentaram impedir a fiscalização da receita federal



**DESESPERO:** Comerciantes exaltados queriam evitar a retirada dos produtos



**DEPÓSITO:** Todo material confiscado está sob a guarda dos policiais federais

## PRF apreende cigarros na BR-101

Izani Mustafá  
JOINVILLE

Aproximadamente quatro mil pacotes de cigarros e cerca de 400 CDs, contrabandeados do Paraguai, foram apreendidos ontem, por volta das 13h, em Joinville. A mercadoria estava no ônibus da empresa Piacete Turismo Ltda, placa AET 7378, de Joinville, interceptado pela Polícia Rodoviária Federal, na BR-101, no quilômetro 26, situado em Pirabeiraba, distrito de Joinville. A vistoria do veículo foi feita na delegacia da PRF durante quase toda a tarde.

As 22 pessoas, residentes em Joinville, que estavam no ônibus vindo de Ciudad del Este, no Paraguai, foram interrogadas pela PRF. Nenhuma delas se identificou como proprietária da carga e todas foram liberadas após às 17h30min, informou o chefe da 3ª Delegacia da Polícia Rodoviária Federal, Adelar Bittelbrunn. A mercadoria apreendida será entregue hoje à Receita Federal, que cuidará do termo de apreensão e determinará o destino dos cigarros e CDs.

Em geral, a Receita Federal costuma incinerar os cigarros contrabandeados e leiloar as demais mercadorias. Segundo Bittelbrunn, é comum as pessoas negarem a propriedade de qualquer mercadoria. A medida garante que não sejam enquadrados como contraventores.

## ATENÇÃO

A ação da Polícia Federal registrada ontem no camelódromo de Florianópolis e em Joinville está apoiada nos artigos 184 e 334 do Código Penal Brasileiro

**Artigo 184** - determina o respeito aos direitos autorais de produções intelectuais. Os CDs apreendidos no camelódromo foram falsificados no Paraguai e contrabandeados.

**Artigo 334** - estabelece os crimes de contrabando e descaminho. O material apreendido no camelódromo é resultado de descaminho, conhecido popularmente por contrabando. O descaminho é a entrada de produtos no País de forma ilegal. O contrabando é a entrada de produtos com comercialização proibida no País.



## Arrecadação

Vivemos na era da informática e o mundo encontra-se ligado por uma incrível rede de computadores. É pensando nisso que faço aqui uma sugestão para o Estado melhorar nosso deficiente sistema de arrecadação: cada empresa deveria, ao vender um produto e lavrar a nota fiscal, estar conectada em rede à Exatoria estadual e esta a todos os postos fiscais do Estado. Assim, fecharíamos o elo de produção e comercialização e o governo teria pleno conhecimento de tudo o que é comprado e vendido.

*Eriberto Zanella*  
Florianópolis

# Estado vai cobrar dívida ativa



MARCELO CRISTIANO

**Governo prepara  
ofensiva para recuperar  
R\$ 1,4 bilhão em  
ICMS e IPVA em atraso**

**Joinville** — O governo do Estado começou uma ofensiva para tentar cobrar parte dos R\$ 1,4 bilhão de dívida ativa. A intenção da Procuradoria Geral do Estado é trabalhar em conjunto com o Poder Judiciário para agilizar as execuções fiscais. As regiões Norte e Vale do Itajaí catarinense são as que concentram o maior número de devedores, atingindo R\$ 500 milhões em Blumenau e R\$ 650 milhões na região de Joinville. "O governo busca o equilíbrio das contas públicas e um dos caminhos a seguir é cobrar o que o Estado tem direito", diz procurador-geral do Estado, Walter Zigelli.

Os créditos do Estado ultrapassam, segundo estimativas do governo, R\$ 1,4 bilhão, entre sonegação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) — que responde por 90% do total da dívida ativa — e do imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Se todos os devedores pagassem o que devem, segundo estimativas feitas por Zigelli, seria possível abater quase toda a dívida do Estado, que chega a R\$ 1,5 bilhão.

O governo estadual, entretanto, admite as dificuldades para cobrar os devedores. Além do não-pagamento, o Estado enfrenta ainda a morosidade na esfera judicial, lentidão de procedimentos jurídicos que arrastam a cobrança da dívida. Em Joinville há um total de 5.105 ações de execução fiscal.

"Por isso estamos tomando a atitude de identificar onde está ocorrendo a lentidão e a ineficiência da cobrança das dívidas pelo Judiciário", afirmou o corregedor-geral da Justiça do Estado, desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho.

## PARCELAMENTO

Para tentar sensibilizar os caloteiros, o governo aceita com parcelamento e muito diálogo. "Queremos que o devedor venha até o Fórum, tenha disposição de pagar a dívida", explica Zigelli. O Estado está parcelando as dívidas em até 60 meses, desde que cada parcela não fique inferior a R\$ 200,00.

"O problema da sonegação nunca foi atacado de forma tão rigorosa como está sendo agora." Para os que não se sensibilizarem com a proposta de acordo do governo, a justiça promete rigor. "Quem não pagar, terá seus bens penhorados. Vamos até as últimas consequências", arremata Oliveira Filho, que lidera o movimento de mutirão entre governo e poder judiciário para tentar cobrar parte da dívida ativa do Estado. (Luís Fernando Assunção)

## Greve de declaração não será prejudicada por greve

**Recife** — Os auditores fiscais do Tesouro Nacional promoverão a terceira paralisação em menos de um mês. Desta vez, o movimento grevista vai durar 48 horas, exatamente nos dias 29 e 30 de abril. Apesar da paralisação, os servidores da Receita Federal em Recife vão receber as declarações dos contribuintes normalmente, com a decisão tomada em assembleia da categoria. Não queremos prejudicar os

contribuintes, mas precisamos denunciar o desmonte da Receita Federal e o descumprimento, por parte do governo, de acordo negociado com a carreira de auditoria do Tesouro Nacional", explica o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal. O acordo previa que o governo enviaria ao Congresso Nacional, junto com as primeiras medidas do ajuste fiscal, um projeto de lei reestruturando a carreira.

Na avaliação dos sindicalistas, a situação da Receita Federal piorou. Segundo eles, hoje faltam

recursos para efetivar a fiscalização e mesmo para o pagamento de luz, água e telefone. Os auditores defendem o combate à sonegação, o que dispensaria a necessidade de aumentar os impostos e corte de benefícios fiscais.

O movimento grevista reivindica a inclusão da carreira de auditor entre as que desenvolvem atividades de Estado; fortalecimento da Secretaria da Receita Federal; plano de carreira e reposição das perdas inflacionárias de janeiro de 1995 a fevereiro de 1999, que superam 50%.



Paraná utilizou os incentivos fiscais como alavanca para o crescimento e atraiu montadoras como a Volkswagen/Audi

# ICMS é utilizado na guerra pela indústria automobilística

*Estados sacrificam receita objetivando atrair recursos de multinacionais*

**Florianópolis** — Nos últimos vinte anos, os Estados têm recorrido muito à prática de conceder benefícios fiscais para levar adiante projetos de desenvolvimento regional. Esses incentivos são desde a redução e isenção de impostos até mesmo aplicação direta de recursos em empreendimentos privados.

O uso dos incentivos fiscais como alavanca de crescimento tem se convertido, ultimamente, na maior arma dos governos para atrair a instalação de empresas, principalmente montadoras automobilísticas. Minas Gerais e Paraná se especializaram nesta modalidade, e o Rio Grande do Sul, no governo passado, chegou a assinar contratos com a General Motors e a Ford em que impedia recursos para trazer multinacionais no Estado. Rio de Janeiro concedeu incentivos para a instalação da Peugeot.

Ainda na região Sul, quando com vantagens fiscais, o Paraná atraiu a sede da Volkswagen/Audi, da Renault, da Chrysler, e investimentos na unidade da já instalada Volvo, o que rendeu investimentos de US\$ 4 bilhões.

Santa Catarina — segundo exemplo paulista — deu trabalho à alíquota do ICMS dos automóveis não para atrair empresas, mas para impulsionar as vendas no

setor. Os Estados criaram e o Conselho de Política Fazendária (Confaz) estabeleceu nesta semana que o imposto menor só pode vigorar até 26 de maio.

Em todos estes exemplos, os Estados deixam de receber impostos para gerar alguma modificação na economia local. A deputada estadual Ildeli Salvatti (PT), por exemplo, se preocupa com a renúncia fiscal em Santa Catarina. Tanto que pediu ao governo do Estado o demonstrativo do efeito de isenções, anistias, remissões e subsídios.

## CASO FORD

A desistência da Ford de se instalar no Rio Grande do Sul fez Santa Catarina voltar-se ao projeto. No entanto, isto não é visto com bons olhos por todos os setores. O presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do Estado de Santa Catarina (Famape), Eur Carlos Fiorani, por exemplo, não concorda com a concessão de benefícios para que empresas se instalem no Estado. "Por que é que não se privilegia com benefícios as empresas que já estão fazendo a nossa economia funcionar? É preciso se pensar no custo social antes de conceder vantagens. Metade dos recursos dados às montadoras, se aplicados no setor das micro e pequenas empresas, dobraria a oferta de emprego, com retorno muito mais rápido", diz.

Para o empresário, Santa Catarina é que deveria estar cobrando para que as empresas de fora viessem se instalar aqui e se beneficiar do mercado consumidor já desenvolvido. (Rogerio Christofaletti)

## Fazenda não sabe quanto SC deixa de recolher

A Secretaria do Estado da Fazenda ignora quanto o Estado deixe de receber em impostos, por meio de isenções ou outras formas de renúncia fiscal. Segundo o diretor de Administração Tributária, João Paulo Mosena, a Fazenda já finaliza um estudo que deve dar um perfil em dois de como anda a situação no Estado. "No princípio de maio, vamos ter uma posição mais clara disso. Entretanto, vamos confrontar o relatório com números de outros anos, para ter uma visão histórica de evolução. Mas isso só deve sair mesmo em junho", completa.

Mosena relata que há cerca de 70 dias encomendou o estudo junto à Gerência de Cadastro Tributário e às divisões de acompanhamento e controle. Ele reconhece que a questão da renúncia fiscal é um tema "preocupante" para o governo estadual, mas as ações, que podem reverter benefícios, readaptar legislação e até mesmo recuperar receita, só são definidas diante de um relatório mais detalhado da situação.

## UNIÃO

Embora não se saiba quantos recursos o Estado deixe de recolher, em termos nacionais, a Secretaria da Receita Federal já tem a resposta, estimando que em 1999 cerca de R\$ 16,2 bilhões não entrem nos cofres públicos. A maior parte deste bolo (45,4%) são rendimentos isentos, não tributáveis e deduções mensais do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF).

A Zona Franca de Manaus e a Amazônia ocidental respondem por mais de R\$ 3 bilhões em benefícios tributários e, entre os incentivos diretos à indústria, o ramo automobilístico absorve 7,3% do total, mais de R\$ 1,1 bilhão de impostos não recolhidos.

# Justiça planeja cobrança de R\$ 1,4 bi

## Esquema em implantação vai agilizar execução de 35 mil ações

ULA WEISS

**Timbó** — Dentro de 120 dias, estará implantado em todas comarcas com falta de infra-estrutura, o Sistema Integrado de Execuções Fiscais (SIEF), que tem como meta aplicar a cobrança de R\$ 1,4 bilhão de créditos tributários do Estado, em 35 mil ações de execução. A previsão é do corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco de Oliveira Filho, que ontem esteve fazendo um levantamento das deficiências nos fóruns de Itirama e Timbó, e hoje dará prosseguimento à rotina em Itajaí.

De acordo com o desembargador, o SIEF foi criado há pouco mais de 30 dias, numa parceria do Poder Judiciário com a Procuradoria Geral do Estado, Tribunal de Contas e tem apoio de outras instituições como do Correio e o Conselho Registral de Santa Catarina (dos cartórios de registros de imóveis).

A idéia do SIEF foi inspirada na experiência que já vinha sendo desenvolvida pelo judiciário com prefeituras catarinenses, a exemplo de Florianópolis, onde há 110 mil ações de cobranças de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços (ISS) e outras taxas. Com a disposição temporária de funcionários à Justiça e mais uma série de ações parafas, exemplifica o juiz corregedor Ricardo da Luz Fontes — que acompanhou o desem-

bargador em Timbó ontem — foram cobrados apenas no mês passado, R\$ 600 mil. Em Criciúma, experiência idêntica permitiu o encaminhamento de 2 mil processos em 60 dias. Na comarca de Balneário Camboriú, são 29 mil ações em trâmite.

Por causa da situação econômica do País, avalia o desembargador, o volume de execuções fiscais é o maior dos últimos anos. Em contrapartida, o Poder Judiciário está com um déficit de pessoal estimado em 500 vagas no nível técnico. "Não há como dar andamento satisfatório e efetivo a todo esse trabalho sem uma retaguarda", explica. Diante da possibilidade de buscar os valores devidos pelos contribuintes catarinenses, a Procuradoria do Estado se interessou no projeto e está dando todo apoio para sua viabilização. Até porque, se o governo conseguir fazer essa cobrança, poderá oxigenar suas finanças. Para se ter uma idéia, os R\$ 1,4 bilhão de créditos fiscais seriam suficientes para cobrir as três folhas de pagamento que a administração Amin herdou do governo passado.

Nas maiores comarcas de Santa Catarina, o SIEF já está em adiantado processo de implementação. Em Florianópolis e Joinville, cita Oliveira Filho, há 33 dias o Correio está entregando citações e intimações, atos antes restritos aos oficiais de justiça. Em Blumenau ele acompanha hoje a transferência da estrutura de cobrança de créditos fiscais para um conjunto de salas do governo estadual, com instalações mais adequadas ao serviço. Paralelo a isso, o Conselho Registral está orientando seus associados para que agilizem à Justiça e Procuradoria o acesso a informações sobre imóveis penhorados em processos de execução.



Francisco de Oliveira Filho: situação econômica proporcionou o aumento das ações

## Parceria com a Junta Comercial

Ainda não é possível dizer quanto dos R\$ 1,4 bilhões em créditos do Estado são cobráveis, considera o corregedor-geral Francisco de Oliveira Filho. Há muitos casos em que os contribuintes não pagam ou não pagam o devido, mas não há a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), já que não há condições de suas empresas em manter bens disponíveis para a cobrança.

Nesse aspecto, porém, defende que a adesão da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCEC) terá efeitos muito importantes, possibilitando a cobrança de créditos e assim evitando o efeito inflacionário da dívida.

Outro aspecto da parceria da JUCEC, diz o desembargador, que a entidade poderá fornecer certidões sobre a situação de empresas que não pagam a dívida da Justiça. Isso permitirá a cobrança de execuções fiscais já em processo. Com essa rotina, explica Oliveira Filho, a JUCEC captará cerca de 135 milhões de reais quando o contribuinte não pagar a dívida e a Justiça não tiver o patrimônio para cobrir a dívida que comprovada a má gestão em atividades com o Estado.

Ele informa ainda que a JUCEC, dentro de 15 dias, deve apresentar um plano de trabalho com metas e com prazo para a redução da dívida para 60% do resultado em matéria de execuções fiscais da Justiça, quer pela falta de pagamento ou por não pagamento de créditos em favor do Estado em favor da JUCEC (JUCEC).

**DIONÍSIO CERQUEIRA**

## Comerciante preso é levado para Chapecó

O comerciante Airton Dirceu Keser, preso pela Polícia Federal de Dionísio Cerqueira na segunda-feira, em Iporã do Oeste, foi transferido ontem para Chapecó onde ficará detido até a Justiça determinar o valor da fiança. Na loja de Airton a polícia encontrou cerca de 18 mil fitas cassetes, quatro máquinas de gravação além de fitas virgens e outras já pirateadas.





A NOTÍCIA • SÁBADO • 8/5/99

## ◆ Quem frauda \*

A carga fiscal extorsiva faz do cigarro o rei do contrabando universal. No Brasil, a coisa passa de US\$ 1 bilhão por ano. Na maioria, cigarros brasileiros "reinternados" via Paraguai.

## Execuções fiscais

Na próxima segunda-feira, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Francisco de Oliveira Filho, e assessores estarão em Lages, e depois irão a Joaçaba. Na agenda: um mutirão para identificar as causas dos problemas que emperram a tramitação das execuções fiscais nas respectivas regiões.

O governo estadual tem para receber créditos tributários de R\$ 1,4 bilhão, dinheirama para ninguém botar defeito e que resolveria muitos problemas.

DIÁRIO CATARINENSE □ SÁBADO, 15 DE MAIO DE 1999

## Livre Mercado

CLAUDIO LOETZ

### FAZENDA E PF CONTRA EMPRESAS

**M**obilização sem precedentes em Santa Catarina une fiscais da Secretaria da Fazenda do Estado, a Polícia Federal e a Polícia Civil no combate à prática de crimes contra a economia e o fisco. Há de tudo. Até agora, já foi possível identificar ilegalidades cometidas por produtores de arroz, soja, feijão de diferentes Estados. Também foram descobertas fraudes com notas fiscais "frias" em negócios de firmas fictícias do ramo têxtil. Detectou-se entrada irregular de combustível. As polícias vão fechar as fronteiras catarinenses para conter as fraudes e espantar os empresários criminosos em no máximo 60 dias.

"Nunca vi tantos problemas em tão pouco tempo nos meus 30 anos de trabalho", diz, estarrecido, o gerente de fiscalização da Secretaria da Fazenda, Flávio Galluf Pederneiras.

O início da ação conjunta foi em maio. Na ocasião, o comando da fiscalização de tributos dos governos de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Espírito Santo decidiu que somente trabalho comum poderá dar fim às ilegalidades.

Grupo de 30 fiscais da Fazenda estadual dirige-se a estes estados para levantar a extensão dos problemas. "Sabemos que há firmas laranjas no processo. Por isso, vamos reivindicar apoio do Departamento Especial de Investigações Criminais (Deic)".

Os empresários criminosos usam carimbos e documentos de arrecadação com autenticação "fria" do Besc e do Banco do Brasil, "legalizando" as transações.

No caso da venda de combustíveis, a Fazenda cadastrou 183 distribuidoras em operação no Estado. Cento oitenta e três! Algumas delas entram em Santa Catarina com caminhão de outra bandeira, ou clandestinamente, sem ostentar qualquer identificação. Neste caso, a Fazenda calcula perdas de arrecadação de R\$ 4 milhões por mês. O imposto sobre a comercialização de combustíveis é de 25%.

Apareceram, este ano, em Santa Catarina, notas fiscais emitidas em 1997 por empresa têxtil sediada no Rio de Janeiro. Detalhe: a empresa foi fechada há dez anos, em 1989.

Outra medida para coibir os crimes fiscais será a reativação dos postos de fiscalização em Garuva e em Mafra e Fragosos; as duas últimas no Planalto Norte, fronteira com o Paraná. A licitação para as obras deve estar na praça até o fim do mês.